



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2024, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO E A EMPRESA PERSONAL NET
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominado CONTRATANTE, e a **PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.687.900/0002-04, sediado(a) na Rua Blumenau, nº 178, Loja 2, América, Joinville, em Santa Catarina doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Deny Guazi Resende (Sócio Administrador), conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.032124/2024-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 90012/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, via internet, para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|----------------------------|---------|--|-------|-------------------|------------|------------------|----------------|
| 1 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade | 01 | R\$ 3.360,85 | R\$ 3.360,85 |
| 1 | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade | 01 | R\$ 203.881,22 | R\$ 203.881,22 |
| 1 | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade | 01 | R\$ 697.834,44 | R\$ 697.834,44 |
| 1 | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade | 01 | R\$ 6.622,32 | R\$ 6.622,32 |
| Valor Total para o item 01 | | | | | | R\$ 904.977,13 | |
| 2 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade | 01 | R\$ 12.298,72 | R\$ 12.298,72 |
| 2 | 2.2 | Serviços de manutenção com fornecimento de peças e acessórios de reposição para veículos | 3565 | Unidade | 01 | R\$ 872.250,02 | R\$ 872.250,02 |
| Valor Total para o item 02 | | | | | | R\$ 859.951,29 | |
| Valor Total da Contratação | | | | | | R\$ 1.764.928,42 | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.3.3.A Proposta do contratado; e

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início na data de 17/06/2024 e término na data de 17/06/2025, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Podendo a contratante findar o contrato antes do prazo acima, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, em razão da conclusão do procedimento licitatório cujo processo administrativo 23076.024971/2024-85 está em andamento, de modo a garantir a continuidade da prestação dos referidos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 1.764.928,42 (um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);



9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução nos moldes do art. 96 da Lei no 14.133, de 2021, na modalidade seguro garantia, conforme apólice 1007507106414, proposta 65876, emitida em 14/06/2024 pela JNS SEGURADORA S.A, no valor de R\$ 88.246,43 (oitenta e oito mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste Contrato e vigência de 17/06/2024 a 15/09/2025.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.1 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos



os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

13.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 15233/153409 UFPE/PROGEST
- II. Fonte de Recursos: Tesouro/ Próprio
- III. Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco
- IV. Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- V. Plano Interno: **M0032G0124N**



VI. Nota de Empenho: **2024NE000060**

13.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br ALFREDO MACEDO GOMES
Data: 17/06/2024 18:44:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante legal do
CONTRATANTE

Recife, 17 de Junho de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br DENY GUAZI RESENDE
Data: 17/06/2024 15:35:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante legal do
CONTRATADO

Termo de Referência 23/2024

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 23/2024 | 153409-DEPTO.DE ADMINISTRACAO DA UFPE | ROSANA MEDEIROS FERREIRA | 17/05/2024 19:09 (v 1.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 23076.032124 /2024-81 |

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

(Processo Administrativo nº 23076.032124/2024-81)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, via internet, para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---------|---|--------|-------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|-------|------------------|----|------------|-------------------|
| <u>1.3.</u> | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| <u>1.4.</u> | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| Valor Total Máximo Aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---|--|--------|-------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção com fornecimento de peças e acessórios de reposição para veículos | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo Aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|--|---------------------|
| Valor Total Máximo Estimado para Contratação (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.171,97 |
|--|---------------------|

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Podendo a contratante findar o contrato antes do prazo acima, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, em razão da conclusão do procedimento licitatório cujo processo administrativo 23076.024971/2024-85 está em andamento, de modo a garantir a continuidade da prestação dos referidos serviços.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado (sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva), tendo em vista que há a necessidade de que os veículos da universidade estejam disponíveis de forma contínua, visando evitar a suspensão das atividades que necessitem de transporte fornecido pela universidade, em decorrência da falta de manutenção e abastecimento da frota.

1.4.1. Trata-se de serviço comum, conforme a definição da lei 14.133/2021 e de natureza continuada, imprescindíveis à Administração, pois apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional.

1.4.2. A prestação do serviço de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) é constituída por atividade de execução indireta e contínua em face da inexistência desse tipo de mão de obra no quadro funcional desta Universidade e está fundamentada na IN Nº 5, de 26 de maio de 2017.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inc. XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021, conforme descrito neste Termo de Referência. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 9º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja execução indireta é vedada.

1.6. A Equipe de Planejamento da Contratação observou o Modelo Padronizado de Contratação de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra para contratação direta, da Advocacia-Geral da União, instituído pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia e disponibilizado no sistema TR Digital.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo VIII deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. 1. ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2024
- II. 2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III. 3. Id do item no PCA: 1685, 1686 e 1687
- IV. 4. Classe/Grupo: 851, 859 e 871.
- V. 5. Identificador da Futura Contratação: 90395/2024

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo VIII deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

4.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

4.1.3. Não ter sido condenada judicialmente, a empresa vencedora e seus dirigentes, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, conforme preconiza a Lei 14.133/2021.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: ctrans.progest@ufpe.br.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13.1. Caso realize a vistoria, a empresa participante será atestada pela contratante, conforme modelo do anexo I.

4.13.2. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do anexo II.

4.13.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até um dia útil após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Implantação de sistema informatizado para gerenciamento de frota, visando abastecimento e manutenção dos veículos da UFPE;

5.1.2.2. Fornecimento de treinamento, inclusive disponibilizando manuais, e suporte para execução do serviço contratado;

5.1.2.3. Fornecimento de cartões magnéticos, microprocessados, dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento: deve permitir o processamento de dados personalizados para cada veículo da frota da UFPE. Isso inclui também veículos que venham a ser incorporados à frota durante a vigência do contrato, sem custos adicionais por essas novas inclusões.

5.1.2.4. O sistema deverá ainda possuir previsão para lançamento manual do abastecimento ou da manutenção, com autorização fornecida via telefone ou outro meio de comunicação, de forma a manter o atendimento em caso de impossibilidade das transações online e off line;

5.1.2.5. Disponibilizar relação da rede credenciada de postos de combustíveis, bem como de Oficinas ou centros automotivos que farão as manutenções dos veículos da frota;

5.1.2.6. Realização de cronograma de manutenção preventiva na rede credenciada;

5.1.2.7. O processo de implantação do Sistema pela contratada compreende as seguintes atividades:

- a) Cadastramento dos veículos;
- b) Cadastramento dos usuários;
- c) Definição da logística da rede de oficinas e postos credenciados;
- d) Confecção e fornecimento dos cartões ou dispositivos em TAG ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento dos veículos.
- e) Fornecimento à contratante dos dados cadastrais da rede de oficinas e postos credenciados;
- f) Treinamento dos condutores e gestores.

5.1.2.8. Treinamento de Condutores

5.1.2.8.1. A contratada deverá disponibilizar, sem ônus para a contratante, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

- a) Operações de Cadastramento, parametrização dos cartões ou dispositivos e limite de crédito.
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios.
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las.
- d) Aplicação prática do Sistema.
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

| CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO | | | |
|--|------------------------|----|----|
| ATIVIDADES | PRAZO EM DIAS CORRIDOS | | |
| | 5 | 10 | 30 |
| Cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no Sistema Informatizado para Gerenciamento de frota da Contratada. | x | | |
| Confecção e fornecimento dos cartões ou dispositivos em TAG ou Tecnologia equivalente ou superior, individuais, para fins abastecimento. | x | x | |
| Credenciamento de pelo menos um posto de combustível e uma oficina mecânica em cada uma das cidades em que a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). | x | x | |
| Treinamento dos condutores e gestores da frota. | x | x | x |
| Fornecimento a Contratante dos dados cadastrais da rede de postos e oficinas credenciados necessárias para atendimento à totalidade das bases operacionais. | x | x | x |

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Os serviços serão prestados nos estabelecimentos da rede credenciada pela contratada, e a contratante se responsabiliza pelo encaminhamento do veículo, com exceção dos casos em que o mesmo necessite ser guinchado.

5.2.2. As demandas de transportes da Universidade Federal de Pernambuco abrangem deslocamentos para diversos estados do Brasil, por isso é necessário ampla rede credenciada a fim de fornecer todo suporte necessário.

5.2.3. Fisicamente a sede da UFPE localiza-se no campus Reitor Joaquim Amazonas (Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670- 901), as demais unidades encontram-se respectivamente nos endereços:

5.2.3.1. Centro Acadêmico do Agreste (Rodovia BR-104, Km 59, s/n - Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP: 55002-970);

5.2.3.2. Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (R. Alto do Reservatório, S/n - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, CEP: 55608-680.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. O sistema de gestão de frotas deve estar disponível online 24 horas por dia, permitindo acesso remoto via internet com todos os recursos de segurança da informação necessários. A ferramenta deverá possibilitar acesso remoto via internet (online) com todos os recursos de segurança da informação necessários.

5.3.2. Os estabelecimentos credenciados deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante o horário comercial praticado no mercado, com exceção dos casos que necessitem de guincho e serviços de socorro mecânico que demandam disponibilidade de 24h, todos os dias do ano.

5.3.3. A contratada deve prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, disponível via web e telefone, a disposição da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Implantação, treinamento e suporte do sistema de gerenciamento de frota.

5.4.2. O sistema de controle e gerenciamento informatizado, disponibilizado pela contratada, deverá ser compatível com os padrões de tecnologia utilizados pela contratante, devendo a contratada comunicar-se com a fiscalização ou gestão do contrato da contratante para obter detalhes técnicos para disponibilizar um sistema compatível com as tecnologias utilizadas pela contratante.

5.4.3. Deve permitir a identificação do usuário, com senha pessoal por condutor, de maneira a possibilitar o efetivo controle sobre as transações efetuadas evitando transações indevidas.

5.4.4. Deve possibilitar a emissão de relatórios gerenciais dos abastecimentos e das manutenções realizadas (informando local, estabelecimento, data, hora, motorista, km, quantidades, valores etc.). É necessário que o sistema possua manual completo online, bem como a contratada disponibilize a realização de treinamentos da equipe da contratante para uso do sistema.

5.4.5. Deve haver canal de suporte disponível 24h.

5.4.6. Deve possibilitar abrir cotação no sistema da contratada para comparar orçamento com outras oficinas (cotar valores com maior quantidade de oficinas possível, dentro de uma razoabilidade logística).

5.4.7. Deve ser possível estabelecer uma cadeia de aprovação no sistema com alçadas de valores e de segregação de função para aprovador de serviços;

5.4.8. Deve haver a possibilidade do gestor solicitar cancelamento de cartão ou dispositivo por perda ou extravio.

5.4.9. Em caso de inoperância do sistema, deve haver a possibilidade de solução off-line imediata, com posterior registro da transação do serviço no sistema, evitando-se possível retenção de veículos em postos, por exemplo.

5.4.10. Os serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva não terão sua aprovação através das máquinas de cartões ou dispositivos, e sim, pelo fluxo de aprovação do sistema de gestão de frotas da contratada.

5.4.11. O gestor ou fiscal do contrato informará no sistema de gestão de frotas e abastecimento, os limites mensais de créditos para cada veículo, separando limites de manutenção e serviços dos limites de abastecimento. Vale ressaltar que o somatório dos limites mensais (estimativas mensais) por veículo poderá ultrapassar o valor mensal do contrato. Porém, os gastos efetivos acumulados não poderão ultrapassar o valor anual do contrato.

5.4.12. Fornecimento de cartões magnéticos ou microprocessados ou dispositivos de TAG ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento.

5.4.13. Os cartões magnéticos ou microprocessados, ou dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento são cartões ou dispositivos individuais eletrônicos que viabilizam o controle do abastecimento da frota, sendo um para cada veículo ativo, mais 3 (três) cartões ou dispositivos extras, que servirão como cartões ou dispositivos “coringa”, possibilitando sua vinculação a um determinado veículo, temporariamente vinculado à frota da contratante e que não possua cartão ou dispositivo individual já cadastrado, ou que o cartão ou dispositivo não esteja disponível (extraviado, danificado, etc.).

5.4.14 Durante a execução do contrato, a contratante poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência.

5.4.15. Outras necessidades para a plena execução do objeto estão contidas no tópico descrição da solução, constante no Estudo Técnico Preliminar.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Sistema informatizado (software) para gerenciamento da Frota;

5.5.2. Cartões magnéticos ou micro processados ou dispositivos em Tag, ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento, nas quantidades e qualidades suficientes para atender as demandas descritas no termo de referência e seus anexos, provendo substituições, quando necessário; e

5.5.3. O combustível que pode ser Gasolina (comum e aditivada), Etanol, e Óleo diesel comum, diesel-S10 e Arla 32, por meio de rede credenciada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possui uma frota própria de veículos oficiais para atender às demandas institucionais. No entanto, devido à idade avançada da frota, há frequentes necessidades de manutenção causadas pelo desgaste natural ao longo do tempo. Isso leva a intervenções corretivas recorrentes. Para garantir a continuidade dos serviços de transporte e oferecer melhores condições aos diversos usuários, a universidade utiliza soluções complementares, como o aluguel de veículos. No entanto, a maior parte das solicitações ainda é atendida pela frota própria da instituição.

5.6.2. A contratação visa garantir que os veículos da frota da Universidade Federal de Pernambuco mantenham as condições essenciais para operar com segurança, permitindo a realização eficiente das atividades meio e fim da instituição. Essas atividades geralmente envolvem a necessidade de transporte de bens, documentos e pessoas (docentes, discentes e colaboradores eventuais) para diferentes localidades do país, em diversos dias e horários, incluindo finais de semana e feriados, conforme evidenciado nos documentos 3 e 4 do processo nº 23076.032124/2024-81.

5.6.3. O serviço de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção), é essencial para garantir a disponibilidade contínua dos veículos da universidade. Isso é crucial para evitar interrupções nas atividades que dependem do transporte fornecido pela instituição, causadas pela falta de manutenção e abastecimento adequados da frota.

5.6.4. Fisicamente a sede da UFPE localiza-se no campus Reitor Joaquim Amazonas (Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670- 901), as demais unidades encontram-se respectivamente nos endereços:

5.6.4.1. Centro Acadêmico do Agreste (Rodovia BR-104, Km 59, s/n - Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP: 55002-970);

5.6.4.2. Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (R. Alto do Reservatório, S/n - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, CEP: 55608-680.

5.6.5. As demandas de transportes da Universidade Federal de Pernambuco abrangem deslocamentos para diversos estados do Brasil, por isso é necessário ampla rede credenciada a fim de fornecer todo suporte necessário.

5.6.6. A rede credenciada da contratada deve praticar preços compatíveis com o valor de mercado do Estado.

5.6.7. É dever da contratada fiscalizar sua rede credenciada, de forma a coibir a prática abusivas.

5.6.8. Para efeito de especificação das atividades que compõem cada tipo de produto e serviço discriminado no Termo de Referência e seus anexos, adotar-se-ão as seguintes definições:

5.6.8.1. Abastecimento: fornecimento dos seguintes insumos necessários ao perfeito funcionamento dos veículos da Contratante, gerenciado por sistema informatizado da Contratada, sendo:

5.6.8.1.1. Gasolina: do tipo comum ou aditivada;

5.6.8.1.2. Diesel: do tipo comum ou S10;

5.6.8.1.3. Etanol: do tipo comum, automotivo;

5.6.8.1.4. Arla 32.

5.6.8.1.5. Manutenção: Preventiva e Corretiva, englobando serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem completa e higienização, estofagem, alinhamento, balanceamento, socorro mecânico através de transporte suspenso por guincho, assistência mecânica, dentre outros que se fizerem necessários, com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios de reposição genuínos ou originais.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Devido às características do objeto, será necessário, durante a transição contratual, disponibilizar a base de dados gerada no período de execução do contrato. Isso inclui o registro de todas as atividades de abastecimento e manutenção realizadas no sistema fornecido pela contratada, referentes aos veículos pertencentes à frota, para importação dos dados no sistema da contratante.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não precisará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, uma vez que esta exigência demonstra ser desnecessária para atendimento presencial, diante da natureza dos serviços de gerenciamento de frota, que são prestados de forma remota, por meio de serviço de atendimento ao cliente, via web e telefone, a disposição da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Acompanhamento diário pelo sistema das transações de abastecimentos e manutenções realizadas, avaliando-se o(s) indicador(es) do IMR.

6.18.2. Aferição entre o executado e o faturado pela CONTRATADA;

6.18.3. Atentar para o efetivo cumprimento da garantia, no caso de peças e serviços de manutenção.

6.18.4. Acompanhar o efetivo cumprimento das demais obrigações contidas no Contrato.

6.18.5. Cumprir as normas e padrões constantes no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da UFPE.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.19. O gestor do contrato será o servidor Felipe Tadeu de Hollanda Costa, SIAPE 1398533, E-mail: felipe.tadeu@ufpe.br; a gestora substituta será a servidora Rosana Medeiros Ferreira, SIAPE 1924312, E-mail: rosana.mferreira@ufpe.br; o fiscal do contrato será o servidor José Jucimário da Silva, SIAPE 1134295, E-mail: ctrans.progest@ufpe.br; o fiscal substituto será o servidor José Augusto do Nascimento Filho, SIAPE 3191232, e-mail jose.augusto@ufpe.br.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VII do Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. *Análise da Fatura ou instrumento equivalente auxiliar à Nota Fiscal, em relação ao Relatório de Consumo retirado do sistema de autogestão, entre outros comprovantes de serviços.*

7.3.2. *Relatório do Fiscal/Gestor do Contrato apresentando a conformidade do serviço apresentado no mês de referência à Nota Fiscal, utilizando o Acordo de Níveis de Serviço/IMR.*

7.3.3. *A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável pela Fiscalização constituída por servidores formalmente designados pela CONTRATANTE.*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na

execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao 7.43. pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.33.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.33.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.33.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.33.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.34. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.36. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

8.37. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.38. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.39.1.1. Comprovação de experiência mínima de um ano na prestação dos serviços, através de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do período de um ano ser ininterrupto (item 10.6 "b" do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017).

8.39.1.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.39.1.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.39.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.39.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.40.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Justificativas para solicitação de qualificação técnica:

8.41. O serviço de Gerenciamento de Frota requer ação efetiva e preventiva e monitoramento contínuo com o objetivo de manter a alta disponibilidade dos serviços.

8.42. A UFPE precisa selecionar empresas que consigam atender adequadamente às suas necessidades, exigir comprovação mínima de capacidade é um dos atos que minimizam os riscos dessa contratação. A solicitação de apresentação de qualificação técnica, não visa restringir a participação da concorrência pública, mas sim apontar aqueles que tenham conhecimento e capacidades mínimas para atender a todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Da Permissão ou não de Consórcio

8.43. Não será permitida a participação de empresas que estiverem reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação dos produtos e serviços a serem fornecidos.

8.44. Face ao objeto de contratação – que prevê a oferta de serviços de gerenciamento de frota, a figura do consórcio não se justifica, uma vez que trata-se de objeto comum e baixa complexidade.

8.45. Destarte, caso fosse permitida a formação de consórcio, ao contrário do esperado, poderia ocorrer restrição à competição, caso dois ou mais fornecedores em potencial, viessem a formar consórcio para a participação no certame.

Da Permissão ou não de Cooperativas

8.46. Não será permitida a participação de cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.813.171,97

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.813.171,97 (um milhão, oitocentos e treze mil, cento e setenta e um reais e noventa e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|--|---|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | 1.3. | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| | 1.4. | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---|--|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição. | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|--|---------------------|
| Valor Total Estimado da Contratação para o período de 12 meses (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.171,97 |
|--|---------------------|

*O valor total máximo aceitável para o Item 1 foi obtido por meio da média aritmética das propostas. A média das taxas de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento foi estimada em 1,66666666667%, contudo para termos de padronização foi considerada a taxa de 1,67%.

9.2. O parâmetro utilizado para pesquisa de preços, visando à determinação do preço estimado para contratação de serviços, foi a realização de uma pesquisa direta com 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, através de e-mail, em conformidade com o inciso IV do art. 5º da IN 65/2021, cujas propostas consideraram as condições dispostas neste Termo de Referência e anexos, não priorizando os incisos I e II devido ao fato de que o conhecimento pelos fornecedores das características do processo, apresentada no momento da cotação, pode fazer com que a proposta se aproxime mais da realidade deste processo.

9.3. Os valores de referência para os subitens de taxa de administração (subitens 1.1 e 2.1) foram obtidos através da metodologia da média aritmética simples dos valores pesquisados (propostas recebidas de fornecedoras), estando compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública, conforme comprovado em planilha no relatório de pesquisa de preços constante do processo. Os demais subitens possuem valores estimados.

9.4. A estimativa do valor dos subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2. teve como critério o consumo de abastecimento e manutenção no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023, conforme detalhado nas planilhas de memória de cálculo anexadas nos documentos 5 e 6 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. O valor do item 1 referente ao serviço de abastecimento foi corrigido pelo multiplicador de 5%, a fim de compensar a inflação nos preços dos mesmos. Além disso, foi aplicada uma correção de 15% no valor do item 2 referente ao serviço de manutenção com fornecimento de peças, que engloba não apenas a inflação, como também a depreciação dos veículos, considerando o desgaste e o envelhecimento dos mesmos ao longo de um ano.

9.5. Dessa forma, foram encaminhados e-mails para um total de 32 (trinta e dois) fornecedores extraídos do Comprasnet e do Painel de Preços que resultaram no recebimento de 3 (três) propostas válidas, conforme detalhado nos documentos 8, 9 e 10 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81.

9.6. A licitação é dividida em 02 (dois) itens contendo os seguintes subitens:

- Item 01:

1.1 Taxa de administração;

1.2 Serviços de abastecimentos Gasolina e Etanol;

1.3 Serviços de abastecimentos Diesel.

1.4 Serviços de abastecimentos Arla 32.

- Item 02:

2.1 Taxa de administração;

2.2 Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição.

9.7. Para os subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2 dos itens 01 e 02, a licitante deverá efetuar mera reprodução de valores estimados pela Administração.

9.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor total (anual) de cada item, referente ao estimativo de serviços de manutenção de veículos com reposição de peças e ao estimativo de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, Arla) já acrescidos ou descontados¹ da Taxa de Administração.

9.8.1. ⁽¹⁾ Sobre o percentual referente à taxa de administração, poderá, nos termos da Decisão nº 38/1996 e do Acórdão 552/2008, ambos do Plenário do TCU, ser apresentada proposta consignando taxa de administração negativa ou de valor zero. Na taxa de administração deverá estar incluso todo gasto/custo necessário ao fornecimento dos cartões magnéticos e demais insumos necessários à operacionalização dos serviços. A exemplo do Item 01, a proposta que consignar valor de R\$ 923.676,95 – estará ofertando uma taxa de administração no preço dos combustíveis igual a 1,67% (um virgula sessenta e sete por cento), máxima possível para este subitem; para o mesmo item, a proposta que consignar valor igual a R\$ 908.337,98 corresponderá a uma taxa de 0,0% (zero por cento); e propostas abaixo do valor de R\$ 908.337,98 corresponderá a um índice de percentual negativo de taxa de administração, ou seja, desconto sobre os valores dos combustíveis. Por exemplo, caso a contratante ofereça Taxa de Administração negativa de 1,00% (um por cento), ou seja, desconto de 1%, deverá consignar na proposta o preço global para o Item 01 de R\$ 914.242,18. Ressalvado a proposta considerada inexecutável e observado o intervalo mínimo de lance, caso estabelecido, a proposta de menor valor para o item, do máximo aceitável abaixo, será considerada como a mais vantajosa.

9.8.2. A Taxa de Administração deverá ser calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$TA (\%) = 100 \times (VL/VE - 1)$$

onde:

TA – Percentual da Taxa de Administração;

VL – Valor do lance vencedor do Item 01 (máximo de R\$ 923.476,95) e Item 02 (máximo de R\$ 889.695,02);

VE - Valor Anual Estimado para o Consumo fixado do Item 01 (R\$ 908.337,98) e Item 02 (R\$ 872.250,02).

9.9. Para efeito de apuração da Taxa de Administração será considerada até 02 (duas) casas decimais. O valor da taxa de administração incidirá sobre os valores totais dos serviços prestados, incidindo-se em cada fatura mensal, e sendo utilizada durante toda a execução do contrato.

9.10. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**.

9.11. Ressalta-se que o quadro acima apresentado é meramente estimativo podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade foi calculada projetando um cenário futuro. Leva-se em consideração o que preceitua o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.13. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.13.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.13.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.13.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.13.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Obrigações do Contratante

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13.Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. Obrigações do Contratado

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

12. Reajuste

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2024.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. Infrações e Sanções Administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Adequação Orçamentária

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 15233/153409

II) Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 –
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior no Estado de Pernambuco;

IV) Elemento de Despesa: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

V) Plano Interno

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Recife, 25 de abril de 2024.

Felipe Tadeu de Hollanda

Coordenador de Transportes

Membro da Equipe de Planejamento

Aprovo este Termo de Referência e atesto a sua conformidade.

Rosana Medeiros Ferreira

Pró-reitora de Gestão Administrativa

Autorizo a Contratação.

Alfredo Macedo Gomes

Reitor da UFPE

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Equipe de apoio

RAFAEL MAGNO DOS SANTOS CAMELO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 19:06:35.

Despacho: Aprovo este Termo de Referência e atesto a sua conformidade.

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Ordenadora de Despesas Substituta



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 19:09:01.

Despacho: Aprovo este Termo de Referência

ALFREDO MACEDO GOMES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf (13.54 KB)
- Anexo II - Modelo de Declaracao de Conhecimento do Objeto.pdf (9.59 KB)
- Anexo III - Modelo de Ordem de Servicos.pdf (51.62 KB)
- Anexo IV - Relacao de veiculos da UFPE.pdf (1.02 MB)
- Anexo V - Modelo de Proposta.pdf (129.77 KB)
- Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf (51.68 KB)
- Anexo VII - Modelo de IMR.pdf (175.3 KB)
- Anexo VIII - Estudo Tecnico Preliminar 4_2024.pdf (1.76 MB)

Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf

Modelo de Atestado de Vistoria

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017)

Atesto, para fins de habilitação na Dispensa de Licitação nº ____/20____, que o(a) Senhor (a)

representante da empresa, compareceu nesta data e vistoriou a _____ da UFPE,
local para prestação de serviços de gerenciamento de frota, e tomou conhecimento de todas as
informações, peculiaridades e condições locais para a execução contratual.

Recife, ____ de _____ de 20 ____.

...(setor responsável)...

(assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

Obs:

1. A vistoria técnica requer prévio agendamento com a Diretoria de Gestão de Bens e Serviços, pelo e-mail dqbs.progest@ufpe.br.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário a uma mesma Unidade Administrativa, podendo ocorrer na mesma data, desde que conduzida por servidores diferentes.
3. O profissional indicado pela empresa participante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-la ao servidor responsável.

Anexo II - Modelo de Declaracao de Conhecimento do Objeto.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/_____
(em papel timbrado da empresa participante)

Atestamos, para fins de habilitação na dispensa de licitação de nº ____/____ da UFPE, que a empresa participante _____, CNPJ _____, representada por (inserir nome e cpf do representante legal), tem pleno conhecimento do objeto, das condições da dispensa de licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Termo de Referência e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ____ de _____ de 20__.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

Anexo III - Modelo de Ordem de Serviços.pdf

Modelo de Ordem de Serviço
(Anexo V-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017)

| IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO | |
|-------------------------|-----------------------|
| Nº OS: | Unidade requisitante: |
| Data de emissão: / / | Serviço: |
| Contrato nº: / | Processo nº: |

| IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA | | | |
|-----------------------------|-----------|-------|---------|
| Razão Social: | | CNPJ: | |
| Endereço: | | | |
| | Telefone: | Fax: | E-mail: |

| DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS | | | | | |
|--------------------------------------|---------|-------------------|------------|--------------------|------------------|
| | Serviço | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

| ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/REMUNERAÇÃO POR HORAS | | | | | |
|--|---------|--------------|---------------------|--------------------|------------------|
| Nº | Serviço | Metodologia* | Quantidade de horas | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS | |
|-------------------------------------|--|
| | |
| | |

| DEMAIS DETALHAMENTOS |
|----------------------|
| |

| LOCAL DE REALIZAÇÃO | | | |
|---------------------|------------|----------|----------------------|
| Nº do item | Quantidade | Endereço | Data a ser Executado |
| | | | |
| | | | |

| RECURSOS FINANCEIROS | |
|---|--|
| Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada: | |
| Unidade Orçamentária: | |
| Função Programática: | |
| Projeto de Atividade: | |
| Elemento de Despesa: | |
| Fonte de Recurso: | |
| Saldo Orçamentário: | |

| IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS | |
|--|--|
| <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> | <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> |

Anexo IV - Relacao de veiculos da UFPE.pdf

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA UFPE

| | PLACA | COMPL. CATEG. MARCA/MODELO | FAB/MOD |
|----|--------------|-----------------------------------|----------------|
| 1 | HIG4841 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2009/2010 |
| 2 | HIG5350 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2010/2010 |
| 3 | HIG5856 | FIAT/DOBLO CARGO FLEX | 2010/2010 |
| 4 | HIG6345 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2010/2010 |
| 5 | HIG6933 | FORD/CARGO 1517 E | 2010/2010 |
| 6 | HLY9849 | FIAT/D REVECAP AMB UTI | 2011/2012 |
| 7 | JFP9693 | GM/ASTRA GL | 2001/2001 |
| 8 | JJU1927 | VW/24.250E WORKER 6X2 | 2011/2012 |
| 9 | KFM8974 | VW/COMIL VERSATILE I | 2010/2010 |
| 10 | KFZ7059 | AGRALE/8500 TCA | 2010/2010 |
| 11 | KGB5251 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 12 | KGB5291 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 13 | KGB5331 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 14 | KGB5351 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 15 | KGB5381 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 16 | KGF7867 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2010/2011 |
| 17 | KGF8385 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 18 | KGP8971 | VW/GOL 1.0 | 2009/2010 |
| 19 | KGP9091 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 20 | KGP9201 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 21 | KGP9331 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 22 | KGP9651 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 23 | KGP9801 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 24 | KGP9941 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 25 | KGU1505 | VW/9150 NEOBUS THUNDER EXECUTIVO | 2010/2010 |
| 26 | KGX0985 | VW/PARATI 1.6 | 2007/2008 |
| 27 | KHH7415 | FIAT/DUCATO MODIFICAR EM | 2009/2009 |
| 28 | KHJ1160 | REB/CHICO CITY TRG3 | 2009/2009 |
| 29 | KHM4676 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2007/2008 |
| 30 | KHN8907 | M.BENZ/COMIL PIA O | 2008/2009 |
| 31 | KHO9702 | VW/MASCA GRANMICRO O | 2005/2005 |
| 32 | KHP4392 | M.BENZ/COMIL CAMPIONE R | 2005/2005 |
| 33 | KHQ0941 | VW/GOL 1.0 | 2010/2010 |
| 34 | KHS9543 | HONDA/FIT LX | 2005/2005 |
| 35 | KHT1769 | REB/TRANSGRANJA | 1991/1991 |
| 36 | KHX8881 | TOYOTA/COROLLA XEI 1.8 FLEX | 2008/2009 |
| 37 | KHY1127 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2003/2003 |
| 38 | KHY2590 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 39 | KHZ9363 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2010/2010 |
| 40 | KIA5160 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 41 | KID6930 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 42 | KIR2945 | GM/BLAZER ADVANTAGE | 2005/2005 |
| 43 | KIX7237 | M.BENZ/710 | 2000/2000 |
| 44 | KJD0451 | VW/SAVEIRO 1.6 CE | 2010/2010 |

| | | | |
|----|---------|---------------------------|-----------|
| 45 | KJE0666 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 46 | KJG4051 | FIAT/PALIO FIRE FLEX | 2006/2007 |
| 47 | KJI5223 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 48 | KJK5950 | REB/CHICO CITY TRG2 | 1993/1993 |
| 49 | KJQ3617 | FIAT/DOBLO EX | 2005/2005 |
| 50 | KKA9379 | HONDA/CIVIC LX | 2005/2006 |
| 51 | KKA9511 | TOYOTA/COROLLA XEI18 FLEX | 2008/2009 |
| 52 | KKB2860 | I/FORD RANGER XL 12F | 2002/2002 |
| 53 | KKC2869 | I/FORD RANGER XLS 12P | 2005/2005 |
| 54 | KKD3391 | REB/CHICO CITY TRG1 | 2009/2009 |
| 55 | KKD5091 | VW/PARATI 1.6 | 2009/2009 |
| 56 | KKF9251 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 57 | KKF9311 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 58 | KKF9391 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2008/2009 |
| 59 | KKF9471 | VW/PARATI 1.6 | 2008/2009 |
| 60 | KKH9281 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2001/2001 |
| 61 | KKI8610 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 62 | KKI8680 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 63 | KKN1875 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2008/2009 |
| 64 | KKN5893 | GM/MONTANA | 2003/2004 |
| 65 | KKO3250 | FORD/COURIER L 1.6 FLEX | 2009/2009 |
| 66 | KKO8797 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 67 | KKO8807 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 68 | KKO8857 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 69 | KKO8877 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 70 | KKQ7569 | LROVER/DEFENDER110 SW | 2002/2002 |
| 71 | KKU8011 | FIAT/FIORINO IE | 2002/2002 |
| 72 | KLC0665 | I/FORD RANGER XLT 13P | 2009/2009 |
| 73 | KLF4884 | FORD/CARGO 815 E | 2009/2009 |
| 74 | KLF8277 | I/KIA SORENTO EX 2.5 VGT | 2008/2009 |
| 75 | KLJ6644 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2009/2010 |
| 76 | KLO9367 | IVECO/DAILY 70C16 CS | 2008/2009 |
| 77 | KLV7692 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2004/2004 |
| 78 | KLZ2678 | FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX | 2008/2008 |
| 79 | KMA9733 | GM/S10 2.2 D 4X2 | 1999/1999 |
| 80 | KMC5818 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 81 | KMC5878 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 82 | KMD0416 | FIAT/DOBLO ELX 1.6 | 2002/2002 |
| 83 | OYL8751 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2014/2015 |
| 84 | OYM9603 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 85 | OYM9623 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 86 | OYM9643 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 87 | OYM9663 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 88 | OYM9673 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 89 | OYP4015 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2014/2014 |
| 90 | OYS4054 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |

| | | | |
|-----|---------|----------------------------|-----------|
| 91 | OYU8998 | IVECO/TECTOR 170E22 | 2014/2014 |
| 92 | PCC7850 | FIAT/FIORINO 1.4 FLEX | 2015/2016 |
| 93 | PDD3703 | I/M.BENZ 415 MARIMAR A | 2014/2015 |
| 94 | PDH7831 | CHEVROLET/S10 LT DD4A | 2015/2016 |
| 95 | PDW4374 | MMC/L200 TRITON GL D | 2015/2015 |
| 96 | PDX7957 | AGRALE/MASCA GRMICRO E O | 2016/2016 |
| 97 | PEE0437 | I/FORD RANGER XL 13P | 2010/2011 |
| 98 | PEP5747 | M.BENZ/OH1628L ROD LINCE | 2010/2010 |
| 99 | PEW9765 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 100 | PEW9785 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 101 | PEX0045 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 102 | PEX0065 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 103 | PFF2700 | GM/CORSA SEDAN PREMIUM | 2011/2012 |
| 104 | PFK2501 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 105 | PFK2551 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 106 | PFK2611 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 107 | PFK2701 | CHEVROLET/PRISMA 1.4L LT | 2011/2012 |
| 108 | PFK6681 | VW/COMIL VERSATILE I | 2011/2011 |
| 109 | PFU8991 | NISSAN/FRONTIER XE 4X4 | 2012/2013 |
| 110 | PFY7923 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 111 | PFY7953 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 112 | PFY8753 | I/GM CAPTIVA SPORT 2.4 | 2012/2012 |
| 113 | PGE9265 | VOLVO/COMIL SVELTO U | 2012/2012 |
| 114 | PGG3753 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 115 | PGG3783 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 116 | PGG3793 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 117 | PGK3184 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 118 | PGK8904 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 119 | PGK8944 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 120 | PGK9034 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 121 | PGL1268 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 122 | PGL2298 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 123 | PGL2368 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 124 | PGS0474 | FIAT/PALIO WK TREKK 1.6 | 2013/2014 |
| 125 | PGS7901 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2014 |

Anexo V - Modelo de Proposta.pdf

MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados e oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|--|--|-----|----------------------|-------------------|
| 1 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X % do Subtotal | 01 | R\$ | R\$ |
| | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol e Gasolina (comum e aditivada) | 01 | R\$ 203.881,22 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 01 | R\$ 697.834,44 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla-32 | 01 | R\$ 6.622,32 | R\$ 6.622,32 |
| | SUBTOTAL (subitem 1.2 + subitem 1.3 + subitem 1.4) | | | R\$ 908.337,98 | R\$ 908.337,98 |
| | TOTAL DO ITEM 01 (subitem 1.1 + subitem 1.2 + subitem 1.3+ subitem 1.4) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 01: R\$ _____ (por extenso)

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|---|--|-----|----------------------|-------------------|
| 2 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X% do subitem 2.2 | 01 | R\$ | R\$ |
| | 2.2 | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de Peças e acessórios de reposição. | 01 | R\$ 872.250,02 | R\$ 872.250,02 |
| | TOTAL DO ITEM 02 (subitem 2.1 + subitem 2.2) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 02: R\$ _____ (por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, **QUE CONSIDERAMOS**, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor dos serviços; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** os encargos incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

(Local), de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

| | | |
|--|--------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
| 23/2024 | ROSANA MEDEIROS FERREIRA | 25/04/2024 11:47 |
| Objeto da Matriz de Riscos | | |
| Contratação, em caráter emergencial, de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota | | |

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|--|-----------------------|--|------------------------|---------|
| R-01 | Contratação não ocorrer no período previsto | Atraso nos procedimentos internos e externos | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da execução contratual | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Elaboração dos documentos do processo licitatórios de contratação seguindo as normas vigentes. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-02 | Empresa vencedora não assinar contrato | Participante não prestar a devida atenção ao objeto que está sendo licitado | Seleção do Fornecedor | Contratada | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da prestação dos serviços | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Setor demandante deixar claro qual o objeto que está sendo licitado | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-03 | Cortes orçamentários | Ministério decidir por contingências ou mesmo diminuir os custos da instituições vinculadas ao MEC | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Redução do quantitativo de serviços a serem contratados e consequentemente necessidade de adaptação dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Revisão do custo de outros contratos | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Corte do orçamento de outras contratações. | | | Responsável: LILIANA VIEIRA DE BARROS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-04 | Falha na execução contratual | Descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratada | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Fiscalização permanente quando da execução e quando do pagamento da nota fiscal. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificações à contratada para providências quanto as regularizações | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|-----------------------------|--------------|---------------------------------------|------------------------|---------|
| R-05 | Preço estimado inadequado e/ou preço elevado | Falha na pesquisa de preços | Planejamento | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Contrato superfaturado ou subestimado e licitação deserta ou fracassada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Atenção redobrada para a escolha dos itens pesquisados | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação dos valores, nova pesquisa | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-06 | Atraso na medição dos serviços | Não envio da documentação para faturamento | Gestão de Contrato | Contratada | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no faturamento da contratada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Conscientizar a contratada dos prazos para envio da documentação | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Apurar responsabilidade da falta de envio dos dados | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|--|------------------------|---------|
| R-07 | Serviço paralisado | Contratada deixar de prestar o serviço | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Interrupção da prestação dos serviços, ocasionando prejuízos às atividades administrativas, pedagógicas e didáticas. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar contratação emergencial | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação das quantidades. | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---------------------------------------|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-08 | Em caso de descumprimento, não haver sanções | Má gestão e fiscalização do contrato. | Gestão de Contrato | Administração | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Cumprir, mediante normativa interna, os ritos do processo administrativo disciplinar. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Membro da comissão de contratação

LILIANA VIEIRA DE BARROS

Pró-reitora de Gestão Administrativa

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Membro da comissão de contratação

Anexo VII - Modelo de IMR.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. CARACTERIZAÇÃO

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.
- 1.2. O Instrumento de Medição de Resultados é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.
- 1.3. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de gerenciamento do fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
- 1.4. O relatório de qualidade será gerado por meio da nota obtida na avaliação periódica realizada pelo servidor responsável ou pela comissão.
- 1.5. O Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme IMR, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 1.6. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados. As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.
- 1.7. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no IMR, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na contratação.
- 1.8. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
- 1.9. Os aspectos considerados no IMR referem-se especificamente às ocorrências técnicas, ou seja, relacionadas à qualidade esperada dos serviços. Ocorrências diversas deverão ser enquadradas nas hipóteses de aplicação de penalidades previstas na contratação.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

- 2.1. O procedimento de avaliação técnica dos serviços será realizado periodicamente pela Fiscalização, gerando relatórios de prestação de serviços executados. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro.
- 2.2. O mecanismo de cálculo será a apuração da quantidade de ocorrências para a determinação do percentual da glosa/desconto correspondente do valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao período objeto de avaliação.
- 2.3. O responsável pela Fiscalização deverá emitir o relatório de avaliação de IMR encaminhando à Contratada e à Administração, para fins de verificação do valor de pagamento.
- 2.4. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de ocorrência de fato fortuito ou de força maior), conforme Instrução Normativa - IN SEGES/MPDG nº 005/2017.
- 2.5. Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização indicará a glosa correspondente na fatura corresponde ao serviço avaliado.
- 2.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 2.7. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.
- 2.8. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

| INDICADOR Nº 01 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | | |
|---|--|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir o abastecimento dos veículos e a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | 2 pontos por ocorrência |
| Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | 3 pontos por ocorrência |

| INDICADOR Nº 02- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | | |
|---|---|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | 2 ponto por ocorrência |
| Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | 3 pontos por ocorrência |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO | | | |
|--|--|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 01 | Execução dos Serviços de Abastecimento | | |
| 1.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | | |
| 1.2. Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 1.3. Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | | |
| 1.4. Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | |
|---|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE ABASTECIMENTO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO | | | |
|--|-------------------------------------|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 2 | Execução dos Serviços de Manutenção | | |
| 2.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | | |
| 2.2. Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 2.3. Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | | |
| 2.4. Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | |
|--|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE MANUTENÇÃO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS

| | | |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|
| Contrato nº | Empresa: | Mês/ano de referência: |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|

[illegible]

Anexo VIII - Estudo Tecnico Preliminar 4_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.032124/2024-81

2. objeto

2.1. Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3. Descrição da necessidade

3.1. O objeto da contratação proposta tem por finalidade possibilitar a adequada realização das atividades meio e fim da instituição, tendo em vista que comumente estas atividades estão relacionadas à necessidade de transporte de bens, documentos e pessoas (docentes, discentes e colaboradores eventuais).

3.2. A mencionada contratação é imprescindível para garantir a continuidade do serviço de gerenciamento de frotas, em virtude da iminente finalização do contrato atual nº 31/2023. Dessa forma, busca-se com a nova contratação evitar a interrupção do serviço de gerenciamento de frota, tendo em vista que o referido contrato se encerra em 13 de junho de 2024.

3.3. Os veículos constituem ferramentas indispensáveis às atribuições da Instituição, se fazendo necessária a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, como também a aquisição de combustíveis para os seus abastecimentos. A contratação de sistema de gerenciamento de frotas, possibilita à Administração Pública efetuar gestão com maior qualidade e economicidade, visto que pelo sistema informatizado atende-se de forma mais satisfatória aos princípios da transparência, controle e eficiência.

3.4. A contratação visa garantir que os veículos da frota da Universidade Federal de Pernambuco tenham as condições essenciais para operar com segurança. Dessa forma, é fundamental dispor de uma rede credenciada de oficinas mecânicas e postos de combustíveis em todo o território nacional, especialmente nas cidades em que a UFPE está presente. Essas condições são indispensáveis para atender às demandas relacionadas às áreas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e esportes, considerando que essas atividades envolvem viagens para diversos estados do país, conforme demonstrado nos documentos 3 e 4 do processo nº 23076.032124/2024-81.

3.5. Assim, os serviços mecânicos preventivos e corretivos da frota de veículos e de fornecimento de combustíveis poderão ser realizados em diferentes pontos do País por intermédio de uma rede de oficinas mecânicas de âmbito nacional, obtendo serviços de manutenção e peças automotivas de qualidade e procedência, com o controle destes procedimentos. Dentre os serviços podemos destacar o fornecimento de peças de reposição, pneus, acessórios, lubrificantes, reboque e lavagem, abastecimento de veículos e equipamentos automotores de sua propriedade.

3.6. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mantém uma frota própria de veículos oficiais para atender às demandas institucionais. No entanto, devido à idade avançada da frota, tem sido necessário lidar com frequentes necessidades de manutenção, resultantes do tempo de uso, o que ocasiona recorrentes intervenções corretivas. Para garantir a regularidade dos serviços de transporte e proporcionar condições mais adequadas aos diversos usuários, têm sido adotadas soluções complementares, como o uso de serviços de transporte por aplicativo, o TáxiGov e a locação de veículos. Contudo, apesar dessas alternativas, elas não têm sido suficientes para atender

plenamente à demanda de transporte da Universidade. Como resultado, a maior parte das solicitações continua sendo atendida pela frota própria da instituição.

3.7. Desse modo, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade do serviço de gerenciamento de frota, que contemple o abastecimento de combustíveis dos veículos da frota oficial e dos motores geradores de energia da Instituição em postos conveniados à empresa a ser contratada, bem como a manutenção dos veículos da frota própria da universidade em oficinas mecânicas credenciadas, com implantação de sistema informatizado e integrado.

3.8. Os serviços relativos à abastecimento dos motores dos geradores de energia da unidade também foram inseridos neste Estudo Técnico Preliminar, em decorrência da necessidade de se manter em bom funcionamento os equipamentos da UFPE nos casos de ocorrência de ausência de energia em nossas instalações.

3.9. O gerenciamento da frota (abastecimento e manutenção) é uma atividade de execução indireta e contínua, uma vez que não há mão de obra especializada disponível no quadro funcional da Universidade. Esta modalidade de prestação de serviços é respaldada pela IN Nº 5, de 26 de maio de 2017. Essa prestação de serviço desempenha um papel crucial na garantia da disponibilidade contínua dos veículos da universidade. Isso é fundamental para evitar interrupções nas atividades que dependem do transporte fornecido pela instituição, ocasionadas pela falta de manutenção e abastecimento adequado da frota.

3.10. Os serviços a serem contratados são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estabelecido no inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021 e descritos neste Estudo Técnico Preliminar. Tais serviços estão em conformidade com os requisitos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constituindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, e não incluídas nas categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não se enquadrando em nenhuma das atividades vedadas pelo artigo 9º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

3.11. Logo, este serviço se enquadra na definição de serviço comum conforme a Lei 14.133/2021 e é de natureza continuada, sendo indispensável para apoiar a realização das atividades essenciais necessárias para cumprir a missão institucional.

3.12. Portanto, a contratação em tela é justificada pela necessidade de garantir a segurança dos usuários dos veículos da frota da UFPE e do dever de primar pela conservação do patrimônio público e pelo atendimento de qualidade para comunidade acadêmica da Instituição.

3.13. Diante do exposto, considerando que a finalização do contrato nº 31/2023 acarretará na suspensão das atividades de transportes da UFPE, faz-se necessária a realização de contrato emergencial para garantir a continuidade da prestação de serviços até que seja finalizado, pela UFPE, o processo de licitação nº 23076.024971/2024-85.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-------------------------------|
| 4.1. Coordenação de Transportes da Diretoria de Gestão de Bens e Serviços (DGBS/PROGEST) da Universidade Federal de Pernambuco. | 4.2. Felipe Tadeu de Hollanda |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

5.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

5.1.3. Não ter sido condenada judicialmente, a empresa vencedora e seus dirigentes, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, conforme preconiza a Lei 14.133/2021.

Subcontratação

5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

5.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail ctrans.progest@ufpe.br.

5.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.9.1. Caso realize a vistoria, a empresa participante será atestada pela contratante, conforme modelo do anexo I.

5.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme anexo II.

5.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Os cenários identificados para a contratação pretendida estão dispostos conforme tabela abaixo e a análise de cada um deles nos itens seguintes:

Descrição da Solução (ou cenário)

| Descrição da Solução (ou cenário) | |
|-----------------------------------|---|
| 01. | Contratação de empresa especializada no gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado. |
| 02. | Contratação de oficinas e postos específicos para prestação dos serviços de manutenção e abastecimento |
| 03. | Contratação de empresa especializada em mão de obra de mecânica (para instalação de equipe nos campi) e aquisição de combustíveis e de peças do material necessário para as manutenções |

6.2. Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas:

6.2.1. Os projetos recentes para contratação dos serviços de abastecimento e manutenção, realizados por órgãos públicos na Administração Pública foram:

| Pregão | Órgão | Objeto | Solução adotada |
|---------|--------|---|-----------------|
| 132023 | 92859 | Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustível - Gasolina Comum, através de postos credenciados, por intermédio de um sistema informatizado mediante cartão eletrônico, para atender à frota de veículos da Companhia de Gás do Pará, conforme especificações técnicas do Anexo I – Termo de Referência TR. DAF.062.23. | 01 |
| 392023 | 982603 | Contratação de serviços para implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, integrado de gestão de frota de veículos, com vistas ao fornecimento contínuo de combustíveis, através da tecnologia de cartão, com rede de estabelecimentos credenciados. | 01 |
| 92023 | 389094 | Contratação de serviço de Gestão de Frota Pública combinando abastecimento de combustíveis e correlatos, mediante uso cartão de cartão magnético, e fornecimento de manutenção mecânica preventiva/corretiva com substituição de peças para frota automotiva, náutica, agrícola e estacionária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. | 01 |
| 32023 | 925302 | Controle de abastecimento de veículos - CONTRATAÇÃO do serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, de gestão de frota com a aquisição de combustíveis, através da tecnologia de cartão eletrônico, para os veículos automotores relativos ao abastecimento da frota própria e locada, bem como outros que vierem a ser incorporados à frota na vigência do contrato. Conforme Termo de Referência. | 01 |
| 22023 | 135587 | Contratação de prestação de serviços de gestão de frota de veículos por meio do fornecimento de peças, serviços, combustíveis (gasolina comum, diesel aditivado, diesel S-10 e diesel comum) e óleos lubrificantes para atender a necessidade da Superintendência Regional da CONAB RR e Unidade Armazenadora Boa Vista (U.A. BOV), conforme especificações, quantidades, exigências e condições, estabelecidas no Termo de Referência. | 01 |
| 2413023 | 927996 | O presente objeto trata-se da escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços visando a contratação de empresa especializada no serviço de administração, gerenciamento e controle de frota para abastecimento com todos os tipos de combustíveis, lubrificantes, aditivos e derivados—dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, lavagem/higienização veicular em geral, com fornecimento de | 01 |

| | | | |
|--------|--------|--|----|
| | | peças, equipamentos e acessórios, de forma continuada, conforme Termo de Referência. | |
| 182023 | 927996 | O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Gerenciamento Informatizado de Frota de Veículos, mediante rede credenciada para fornecimento dos seguintes produtos e serviços: Manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, serviços e mão de obra. | 01 |

6.3. Alternativas de mercado

6.3.1. Após pesquisa no painel de preços e sítios da internet foram identificadas diversas empresas que fornecem o serviços de abastecimento e manutenção, conforme demonstrado abaixo:

| CNPJ | Fornecedor |
|---------------------|--|
| 28.008.410/0001-06 | Bamex Consultoria em Gestão empresarial Ltda |
| 45.417.739/0001-31 | Fast Supre Consultoria e Intermediacoes LTDA |
| 08.469.404/0001-30 | Carletto Gestao de Servicos LTDA |
| 25.165.749/0001-10 | Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli- ME |
| 05.340.639/0001-30 | Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda |
| 47.866.934/0001-74 | Ticket Serviços S.A. |
| 12.039.966/0001-11 | Link Card Administradora de Benefícios LTDA |
| 27.284.516/0001-61 | Maxifrota Servicos de Manutencao de Frota Ltda |
| 69.034.668/0001-56 | Sodexo Pass do Brasil Servicos e Comercio S.A. |
| 17.668.689/0001-20 | Concierge Blindado Servicos Automotivos Ltda |
| 00.604.122 /0001-97 | Trivale Administração Ltda. |
| 08.201.104/0001-76 | Petrocard Administradora de Crédito Ltda. |
| 00.904.951/0001-95 | Policard Sistemas e Serviços Ltda. |
| 20.217.208/0001-74 | GOLDI SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA |
| 33.546.628/0001-46 | Multiorçamentos Solução para sua demanda |
| 01.667.155/0001-49 | NP3 Comércio e Serviços Ltda |
| 06.048.539/0001-05 | S.H. Informática Ltda |

6.3.2. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6.4. Análise da viabilidade das soluções

6.4.1. Solução 01 - Contratação de empresa especializada no gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção)

6.4.1.1. A gestão informatizada da frota de veículos tem sido cada vez mais utilizada por órgãos e entidades públicas e consiste na contratação de empresa privada que ofereça sistemas informatizados e credenciamento de empresas para prestação de serviços de fornecimento de combustível e manutenção veicular.

6.4.1.2. É usual, em toda a Administração Pública, a contratação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis, assim como, o módulo de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, em consonância com os critérios adotados, onde estão incluídos os pagamentos pelos serviços prestados em cada local de execução e pelos materiais efetivamente empregados. Este tipo de contratação é mais vantajoso para frotas com grande número de veículos e que também possuam uma frequência maior de viagens intermunicipais, como é o caso da UFPE.

6.4.1.3. Após considerar diversas fontes e analisar contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que atendam de forma mais eficaz às necessidades da Administração, juntamente com o histórico de contratação de serviços de gerenciamento de frota pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sustentado nas informações apresentadas

neste instrumento, constatou-se que a contratação de serviços de gerenciamento de frota, com a implementação de um sistema informatizado e integrado é a opção mais adequada para atendimento das necessidades da Administração.

6.4.1.4. Essa solução inclui relatórios detalhados, permitindo o monitoramento constante e eficiente da frota, oferecendo insights sobre o uso dos veículos, custos de manutenção e consumo de combustível. Os relatórios detalhados ajudam a identificar áreas onde os custos podem ser reduzidos, enquanto a possibilidade de comparar orçamentos garante que os serviços sejam adquiridos ao menor custo possível e permitem uma maior transparência na gestão dos veículos, facilitando a prestação de contas e a tomada de decisões.

6.4.1.5. Além disso, a possibilidade de realizar vários orçamentos diferentes para serviços ou peças permite comparar preços e escolher a opção mais econômica sem comprometer a qualidade. Isso ajuda a reduzir custos e maximizar o orçamento disponível.

6.4.1.6. A prestação dos serviços por empresas especializadas no gerenciamento de frota abrange o serviço de Guincho e socorro mecânico 24 horas. Ter acesso a serviços de guincho e socorro mecânico 24 horas garante que os veículos da frota recebam assistência rápida em caso de problemas na estrada, minimizando o tempo de inatividade e garantindo a segurança dos motoristas e passageiros e proporcionam uma resposta rápida a qualquer problema, mantendo a frota em operação e garantindo a continuidade das atividades da universidade.

6.4.1.7. O sistema de gerenciamento do fornecimento de serviço de abastecimento e manutenção oferece benefícios significativos em termos de eficiência, economia, agilidade e qualidade no atendimento, contribuindo para a segurança e durabilidade dos veículos. Isso resulta em uma frota mais bem gerida e uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

6.4.1.8. A contratação de empresa de âmbito nacional especializada em gerenciamento de frota com fornecimento de serviços de oficinas mecânicas e manutenção correlata de qualidade e comprovada procedência, proporcionará agilidade e mobilidade às ações desenvolvidas pela UFPE. Essa medida será de grande utilidade durante os deslocamentos dos veículos para atender às metas estabelecidas pela instituição.

6.4.2. Solução 02 - Contratação de oficinas e postos específicos para prestação dos serviços de manutenção e abastecimento

6.4.2.1. Nessa modalidade são contratadas diretamente as empresas que executarão os serviços de abastecimento e manutenção, ou seja, os postos e as oficinas. Essa modalidade é mais recomendada em órgãos que contam com uma quantidade reduzida de veículos e que realizam em sua maioria serviços dentro do município, por isso, não se aplica a UFPE. Sendo assim, dentro desse contexto seria necessário a realização de uma grande quantidade de contratos com postos e oficinas distribuídas em todo território nacional.

6.4.2.2. Nesse sentido, quanto a possibilidade de contratação direta com um grande número de postos de abastecimentos, oficinas mecânicas e lojas de autopeças, esta representaria desperdício de recursos pela manutenção de inúmeros instrumentos contratuais formalizados. Além disso, tornaria inviáveis o gerenciamento efetivo e a padronização de procedimentos.

6.4.3. Solução 03 - Contratação de empresa especializada em mão de obra de mecânica (para instalação de equipe nos campi) e aquisição de combustíveis e de peças do material necessário para as manutenções

6.4.3.1. Essa modalidade apresenta desvantagens que tornam essa solução inviável, conforme detalhado a seguir:

6.4.3.1.1. Dependendo da disponibilidade de mecânicos e da entrega de peças e combustíveis, pode haver atrasos e interrupções nos serviços de manutenção que pode resultar em períodos de inatividade dos veículos, afetando as operações da instituição.

6.4.3.1.2. A quebra de veículos durante uma viagem pode interromper completamente as atividades do evento em andamento, especialmente se não houver veículos de reserva disponíveis ou se o tempo de reparo for extenso. Além disso, dependendo da distância entre o local da quebra, pode haver atrasos significativos na chegada do mecânico ou de serviços de reboque para realizar manutenções ou reparos de emergência, o que pode ser custoso devido aos gastos com viagem, hospedagem e logística.

6.4.3.1.3. Manter um estoque adequado de peças de reposição para veículos antigos pode ser desafiador devido à variedade de peças e à incerteza sobre quais serão necessárias. A imprevisibilidade das peças que podem quebrar nos veículos pode levar a interrupções imprevistas nas operações, pois pode ser difícil antecipar quais reparos serão necessários em determinado momento. Consequentemente, os veículos podem requerer peças de reposição que não estão prontamente disponíveis na Instituição e cujo processo de aquisição pode ser demorado.

6.4.3.1.4. Outro problema dessa modalidade é a impossibilidade de armazenamento do combustível, haja vista que a UFPE não dispõe de local, tanques, caminhões, nem mesmo efetivo, especializados para o seu transporte e distribuição. Além disso a Universidade não possui contrato vigente com esse fim ou mesmo habilitação para atuar nesse campo. Dessa forma, considerando as características dos itens que compõem o rol da aquisição pretendida e, devido a natureza e especificidade do objeto "combustível", o seu armazenamento seria inviável.

6.4.3.1.5. Ainda como desvantagem desse cenário está a necessidade de prestar serviço de manutenção corretiva e preventiva dos diversos veículos que compõem a frota da UFPE que podem estar distribuídos em todo território brasileiro, no atendimento as requisições de transporte para cumprimento da missão institucional, relacionada as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e esportes.

6.4.4. Conclusão da Análise da Viabilidade

6.4.4.1. Após avaliação de diversas contratações similares e considerando a variedade de opções disponíveis para a presente contratação, concluímos que o modelo atualmente adotado de contratação de empresa especializada no serviços de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) é o mais adequado à realidade da UFPE, pelos seguintes motivos:

6.4.4.1.1. A empresa contratada oferecerá agilidade, mobilidade e segurança nas ações desenvolvidas pela UFPE, dando suporte necessário nas assistências emergenciais de manutenção, durante os deslocamentos dos veículos para atender os objetivos da instituição, mantendo um fluxo contínuo de mobilidade para todas as atividades da UFPE, sem interrupções ou atrasos.

6.4.4.1.2. Trata-se da solução mais vantajosa para frotas com grande número de veículos e frequência maior de viagens intermunicipais e interestaduais, como o caso da UFPE.

6.4.4.1.3. A gestão informatizada da frota de veículos tem sido amplamente adotada por órgãos públicos, demonstrando sua eficácia e eficiência na gestão de frotas.

6.4.4.1.4. A referida solução contemplará a implantação e operacionalização de um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilitará o acompanhamento do fornecimento de combustível, bem como as solicitações de ordens de serviço de manutenção, propiciando à contratante gestão e controle detalhado das informações atualizadas e precisas, demonstrando-se ferramenta adequada e eficaz para para o acompanhamento detalhado dos serviços prestados suporte ao gerenciamento e controle dos processos, informações e operações relacionadas à Frota.

6.4.4.1.5. A contratação de uma empresa especializada permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, possibilitando a obtenção de orçamentos competitivos de diversos fornecedores e facilitando a negociação de descontos nos serviços de manutenção inicialmente previstos. Além disso, essa prática promove a economia de custos operacionais e logísticos, resultando em um uso mais eficaz dos recursos financeiros públicos.

6.4.4.2. Portanto, considerando os benefícios oferecidos pela empresa especializada no serviços de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção), sua implementação se mostra como a escolha mais adequada e eficaz para atender às necessidades de gestão da frota da UFPE, garantindo a eficiência das operações e o melhor uso dos recursos públicos disponíveis.

7. Descrição da solução como um todo

Sistema de Administração e Gerenciamento de Frota

7.1. A solução pretendida abrange a prestação do serviço de administração e gerenciamento para aquisição de combustível e a realização de manutenções veiculares junto à rede de estabelecimentos credenciados em todo o território nacional.

7.2. O software da Contratada deverá ser capaz de consolidar todas as informações relacionadas ao objeto contratado e manter histórico de todas as operações e levantamentos efetuados, sem restrições de bases, prazos e /ou outras, propiciando completo controle e organização.

7.3. Destina-se ao atendimento dos veículos da Universidade Federal de Pernambuco, considerando a frota atual, os motores geradores de energia e os veículos adquiridos ao longo da vigência da contratação, ou que estejam cedidos, transferidos ou que estejam na posse legal da Instituição.

7.4 A contratada deve implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado e integrado em ambiente de produção na web, para acompanhamento de fornecimento de combustível e solicitações de Ordens de Serviço de Manutenção, propiciando o gerenciamento e o controle dos processos, informações e operações relacionadas à Frota da Contratante de forma compartilhada.

7.5. Preliminarmente à execução de quaisquer serviço de manutenção, deverão ser providenciados por intermédio da Contratada e suas credenciadas, no mínimo, 03 (três) orçamentos/cotações com o objetivo de serem analisados, devendo ser autorizado o de menor valor pelo setor competente do contratante. Tal exigência poderá ser dispensada em casos urgentes, devidamente justificados ou em serviços obrigatórios na rede de concessionárias autorizadas por motivo de garantia do veículo. Logo após a realização da cotação pela primeira credenciada, todas as demais credenciadas deverão ter acesso a relação de peças ou serviços a serem prestados, que estarão disponibilizados no software instalado, a fim de que também possam ofertar seus preços.

7.6. O sistema web da Contratada deve promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários. Também deverá ser requisito dessa ferramenta: gerenciar custos, gerenciar saldos, controle de limites de cada veículo/motores geradores de energia, responsabilidades e transações de fornecimentos de combustíveis, emissão, recuperação de senhas de usuários e veículo/motores geradores de energia, etc.

7.7. O histórico das operações deve ser armazenado e de fácil consulta pela contratante durante a vigência contratual, bem como, ao término do contrato, deve ser disponibilizado pela contratada em planilha eletrônica. O sistema deve sempre informar, de forma ordenada e clara, os valores já gastos com fornecimento de combustíveis, manutenções realizadas e outros serviços, por veículo/motores geradores de energia.

7.8. O sistema de gerenciamento de frota deve possibilitar a inclusão ou exclusão de veículos das frotas a critério do órgão contratante. Além disso, o sistema deve permitir alerta via e-mail, em tempo real, de solicitação de aprovação das Ordens de Serviço, pedido de reparação do veículo, solicitação de cotação, negociação de orçamento.

7.9. Será fornecido, sem ônus à contratante, a licença de uso de software que viabilize a utilização desse sistema, bem como das atualizações que nele vierem a ser implementadas.

7.10. A contratada deve disponibilizar o software para as empresas credenciadas, para viabilizar a prestação dos serviços ou o fornecimento das peças ou combustíveis necessários à demanda da contratante.

7.11. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação pela UFPE, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

7.12. Após a realização de uma transação de fornecimento de combustíveis ou de manutenções, o banco de dados deve ser atualizado automaticamente e imediatamente, mantendo sempre os valores reais gastos e ainda disponíveis, a fim de permitir controle efetivo e sistêmico da frota gerenciada.

Cadastro e Gerenciamento de Estabelecimentos

7.13. A prestação de serviços de administração e gerenciamento para fornecimento de combustíveis, manutenção e afins junto a rede credenciada de estabelecimentos para atender todos os veículos e motores geradores de energia Universidade Federal de Pernambuco, com abrangência nacional deverá ocorrer, obrigatoriamente, em toda Unidade da Federação.

7.14. A contratada deve realizar o cadastro de estabelecimentos prestadores do serviço de abastecimento e manutenção veicular em sua plataforma.

7.15. A contratada também deve permitir que novos estabelecimentos sejam cadastrados no sistema a pedido da gestão do contrato, visando assim aumentar o leque de possibilidades, bem como proteger a administração pública de uma possível escolha seletiva de estabelecimentos prestadores dos serviços de abastecimento e manutenção veicular.

7.16. A contratada deve comprovar, no prazo de 30 dias após a emissão da ordem de serviços, que possui a rede credenciada ou habilitada mínima conforme estabelecido. Para isso, deve apresentar:

7.16.1. Uma lista de postos de combustíveis credenciados e comprovar a existência de, no mínimo, três postos localizados a uma distância máxima de 10 km das unidades fixas dos três campi da Universidade Federal de

Pernambuco (Campus Recife, Campus do Agreste em Caruaru e Campus Vitória de Santo Antão). Além disso, deve comprovar a existência de pelo menos um posto de combustível a cada 250 km ao longo das rodovias federais.

7.16.2. Uma lista de oficinas credenciadas e comprovar atendimento em todo o território nacional. Cada município com campus da contratante (Campus Recife, Campus Acadêmico do Agreste em Caruaru e Campus Vitória de Santo Antão) deve ter, no mínimo, três oficinas credenciadas.

7.17. A Contratada deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços em toda Unidade Federativa, podendo ser acrescidas outras localidades, sempre que solicitado, conforme necessidade da Contratante em até 10 dias úteis:

7.17.1. Caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório;

7.17.2. Para realização de serviços de revisão obrigatória em concessionárias oficiais das marcas a título de cumprimento da garantia de fábrica dos veículos;

7.17.3. Caso haja necessidade de ampliação de atendimento por parte da Contratante; ou

7.17.4. Por quaisquer outras questões apontadas pela Contratante, necessárias a melhoria de seu atendimento;

7.18. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante em alguma localidade referenciada nos itens anteriores, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data-limite estabelecida para credenciamento da rede, ou, a posteriori, sob provocação da Contratante. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

Redes Credenciadas

7.19. A contratada deverá operar o abastecimento e a manutenção automotiva, propriamente dita, por intermédio de rede credenciada (inúmeros estabelecimentos distribuídos em todo o território nacional), prática de mercado amplamente adotada por diversos fornecedores, além de observar e cumprir todas as condições previstas no Instrumento convocatório da licitação e seus anexos.

7.20. Em se tratando de serviço de natureza continuada jamais deve haver interrupção dos serviços sem comunicação prévia à contratante, independentemente de avisos automáticos no sistema.

7.21. A Contratada deverá apresentar sua rede credenciada, sendo que não pode haver restrição, particionamento ou limitação no atendimento a Contratante, sob pena de sofrer as sanções previstas em edital.

7.22. A fim de promover total clareza quanto ao item anterior, observa-se que a rede credenciada pela contratada deve ser utilizada, pela Contratante, de maneira irrestrita, não podendo existir estabelecimento relacionado como credenciado, porém não disponível para uso da Contratante (rede restrita).

7.23. A contratada deverá relatar, à contratante, toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

7.24. A contratada é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados pelo valor efetivamente consumido. A contratante não responde, em nenhuma hipótese, nem solidária, nem subsidiariamente, por esse pagamento.

7.25. A contratada deve responsabilizar-se por eventuais danos que possam ocorrer com os veículos oficiais da contratante em quaisquer dos estabelecimentos de sua rede credenciada quando da prestação de serviços a estes veículos.

7.26. A Contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

7.26.1. Possuir microcomputador, impressora e acesso à Internet;

7.26.2. Estar apta a emissão de notas fiscais eletrônicas de forma separada por frota de cada Unidade Macro Demandante envolvida na contratação, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.

7.27. A Contratada será a única responsável por garantir que os postos credenciados atendam às exigências descritas nos subitens supra.

7.28. A rede de postos de combustíveis e oficinas credenciados e disponibilizados pela CONTRATADA deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços.

7.29. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.30. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a contratante e tais prestadores de serviço.

Abastecimentos

7.31. Os postos conveniados com a contratada deverão fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação de aquisição de combustível no ato do abastecimento.

7.32. A contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá, no mínimo, os seguintes combustíveis:

7.32.1. Gasolina: do tipo comum ou aditivada.

7.32.2. Etanol: do tipo comum, automotivo.

7.32.3. Diesel: do tipo comum ou S10.

7.32.4. Arla 32.

7.33. Cada um dos estabelecimentos deverá dispor de equipamentos e mão-de-obra apropriados para a execução dos fornecimentos aos quais se destinam.

7.34. Quando do abastecimento de veículos ou motores de geradores de energia, será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo, marca, modelo, cor, ano e placa; data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e descrição.

Cartões Magnéticos personalizados ou dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento

7.35. A contratada deve fornecer, sem custo adicional, cartões magnéticos personalizados, dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para cada veículo da contratante, incluindo a respectiva senha de uso, se aplicável, para fins de abastecimento para pronta utilização, inclusive cartões ou dispositivos do tipo coringa (mestre). O prazo para entrega dos cartões ou dispositivos ao contratante é de 10 (dez) dias a partir da solicitação. Em caso de acréscimo na frota da contratante, o fornecimento de novos cartões ou dispositivos será realizado gratuitamente.

7.36. A contratada deve disponibilizar um sistema que ofereça à contratante a opção de consulta e controle contínuo do uso dos cartões ou dispositivos de abastecimento, permitindo o bloqueio e desbloqueio imediato, conforme necessário.

7.37. A contratada deve substituir cartões ou dispositivos de abastecimento com defeitos ou falhas tecnológicas, bem como cartões ou dispositivos extraviados ou danificados, sem custo para o contratante. A substituição deve ser realizada em um prazo máximo de 10 dias úteis após a solicitação.

Manutenções

7.38. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados para os três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão), devendo promover o credenciamento de outros, quando a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais as seguintes especialidades: Mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando:

a) Manutenção Preventiva: Serviços realizados antes da efetiva quebra, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou às recomendações da equipe da Coordenação de Transportes. São exemplos de manutenção preventiva:

- Troca e fornecimento de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas e cambagem;
- Reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, correias de alternador/gerador, etc;
- Substituição de itens do motor;
- Serviços de lubrificação, troca de óleo e filtros;
- Serviços de instalação e manutenção em acessórios
- Limpeza de motor e bicos injetores;
- Regulagens de bombas e bicos injetores;
- Limpeza, higienização de veículos;
- Serviços de manutenção e aferição de tacógrafos (apenas para veículos pesados);
- Revisão de fábrica;
- Outros serviços constantes no manual dos veículos.

b) Manutenção Corretiva ou Pesada: Serviços realizados após a quebra, compreendendo todos os serviços executados em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

- Serviços de retífica de motor;
- Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- Serviços de instalação elétrica e eletrônica;
- Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- Substituição de para-brisa, sinaleira e farol;
- Capotaria;
- Tapeçaria (estofamento dos bancos, carpetes, tapetes e demais acessórios);
- Borracharia;
- Chaveiro;
- Funilaria e pintura;
- Serviços no sistema de arrefecimento;
- Serviços no sistema de ar-condicionado;
- Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular.

c) Reboque de Veículos (Assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território estadual -A Assistência de prestação de socorro tem o objetivo de atender necessidade de institucionalizar o procedimento de remoção de veículos até a prestadora de serviço de manutenção contratada ou, se for o caso, remover o veículo para o estacionamento do órgão contratante.

d) Serviços de socorro mecânico (assistência 24h) em caso de pane, em todo território nacional.

e) O rol dos serviços, exemplificativos não excluindo nenhum outro serviço necessário para o bom funcionamento do veículo, segue abaixo:

| | |
|------------------------|---|
| Mecânica Geral | Consiste em serviços de mecânica e motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bamba e bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem e outros serviços afins. |
| Lanternagem | Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e outros serviços afins. Estão aqui também compreendidos os serviços de recuperação de baús de motocicletas, confeccionados em fibra de vidro. |
| Pintura/Estufa | Consiste em serviços de pintura automotiva, externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivagem de caracterização dos veículos e outros serviços afins. |
| Capotaria /Carpintaria | Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e outros serviços afins. Estão aqui também compreendidos os serviços de recuperação do revestimento interno de madeira dos veículos de carga. |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Sistema Elétrico | Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização, e outros serviços afins. |
| Sistema Hidráulico | Consiste em serviço de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros). |
| Borracharia Completa | Consiste em remendos, em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e outros serviços afins. |
| Balanceamento, Alinhamento e Cambagem | Consiste em serviços de regulação do sistema de rodagem do veículo e outros serviços afins. |
| Suspensão | Consiste nos serviços de substituição e/ou conserto de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e outros serviços afins. |
| Instalação de Acessórios | Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto de equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança e combate a incêndios). |
| Vidraceiro | Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borracha dos vidros e portas e polimento dos para-brisas e outros serviços afins. |
| Chaveiro | Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins. |
| Ar Condicionado | Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e outros serviços afins. |
| Troca de Óleo | Consiste no serviço de troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com fornecimento do óleo e substituição dos elementos filtrantes (do ar, do combustível e do óleo lubrificante). |
| Reboque /Guincho | Consiste no serviço de remoção dos veículos avariados para os estabelecimentos credenciados. |
| Auto-socorro 24h | Consiste no envio de mecânico/ técnico capacitado para resolução do problema de avaria de veículo em viagem com os devidos materiais para solução do problema. |
| Lavagem | Serviço de lavagem periódica do veículo compreendido por: limpeza de pintura, limpeza interna, limpeza completa e ainda aplicação de cera conforme necessidade. |

7.39. Para os serviços de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão de frota, destinado à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, todas as transações podem ser realizadas online. Após a identificação da necessidade de manutenção, os serviços serão executados com prévia autorização, por meio da emissão de uma Ordem de Serviço (OS), via internet, aprovada pela Unidade Gestora através do sistema de gerenciamento informatizado.

7.40. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

7.41. Durante a realização do(s) serviço(s), o gestor terá acesso a todo o fluxo dos serviços por meio do sistema, desde a entrada, até a saída do veículo.

7.42. Caso, durante a execução dos serviços, sejam identificados outros defeitos que impliquem em aumento do orçamento original aprovado, o estabelecimento credenciado deve submeter um novo orçamento para aprovação da contratante antes de realizar o serviço.

7.43. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permita o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e centro de custo.

7.44. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos serviços de manutenção executados e o fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha aos fiscais designados pela administração.

7.45. As manutenções realizadas nos veículos da frota devem ter garantia mínima conforme o código de defesa do consumidor, permitindo assim maior qualidade no serviço e consequente conservação da frota.

7.46. Determinados veículos poderão necessitar que a sua manutenção preventiva ou corretiva seja efetuada em concessionária autorizada do respectivo fabricante do veículo, seja pela especificidade do serviço ou para fins de manutenção da garantia do veículo.

7.47. Para o montante das peças a serem substituídas, a CONTRATADA, através da rede credenciada, fornecerá, através do sistema eletrônico, via web, orçamento detalhado contendo a relação de peças e serviços, para apreciação da CONTRATANTE. A contratante definirá, a origem e a marca das peças a serem utilizadas, podendo optar entre peças genuínas, originais ou similares, considerando a qualidade e os preços de aquisição disponíveis no mercado.

7.48. A CONTRATADA através da rede/estabelecimento credenciado se obriga a devolver à CONTRATANTE todas as peças substituídas e/ou inutilizadas na embalagem da nova peça adquirida, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo, assim que o serviço for executado, e, antes da efetivação do pagamento daquele serviço.

7.49. Os pneus a serem trocados nos veículos da frota da UFPE deverão ser de primeira linha, novos, com certificação INMETRO do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) com classificação "C" em resistência ao rolamento e aderência à pista molhada e duas ondas em ruído externo; com garantia e sem possibilidade de serem recapados, reconicionados ou remendados salvo com autorizações do fiscal do contrato por escrito e seguindo instruções do fabricante do veículo.

7.50. Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo, marca, modelo, cor, ano e placa; data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; acessórios instalados (rádio/CD, etc.) descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; nome e assinatura das partes.

7.51. Constará necessariamente no formulário, que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), como também que sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria encontram-se em perfeito estado geral, sendo efetuadas no formulário ressalvas, no momento do recebimento do veículo pela CONTRATADA, caso haja alguma divergência ou avaria.

7.52. A devolução dos veículos submetidos à manutenção será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pela contratante.

Relatórios e Dados

7.53. O sistema de gerenciamento deve permitir a geração de relatórios cadastrais, operacionais, financeiros e gerenciais, para facilitar o controle das informações sobre os veículos da frota, com dados dos combustíveis, peças e acessórios fornecidos e da mão de obra utilizada, identificando o veículo, o responsável pelo acompanhamento, o estabelecimento, a data e o horário da transação.

7.54. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante:

7.54.1. Composição de frota de veículos, incluindo ano de fabricação, tipo, modelo, centro de custo, placas e demais dados de identificação.

7.54.2. Relação completa e discriminada dos estabelecimentos credenciados para abastecimento e manutenção.

7.54.3. Ordens de serviço cadastradas; comparativo dos valores negociados e histórico de orçamentos.

7.54.4. Registro de garantia de peças e serviços.

7.54.5. Tempo de imobilização do veículo.

7.54.6. Relatórios específicos dos serviços de abastecimento: por veículos, por posto de abastecimento, por data, por período, por lotação, por quilômetro, por tipo ou utilização do veículo e por tipo de combustível.

7.54.7. Relatórios específicos dos serviços de manutenção: separando peças e serviços, por veículo, por oficina, por data, por período, por lotação, por quilômetro, por tipo ou utilização do veículo e por tipo de serviço.

7.54.8. Custo global, custo dos serviços e custo das peças.

7.55. O sistema devem permitir a impressão da Ordem de Serviço de forma individual.

7.56. Os relatórios devem ser gerados com base em períodos previamente estabelecidos pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análises de gestão e exportação de dados para planilhas eletrônicas, como Excel, e em formato PDF. A ferramenta de suporte à geração de relatórios deve ser flexível, permitindo alterações, adequações, inclusões, exclusões e criação de relatórios distintos a partir da combinação de dados armazenados. Além disso, O contratante pode solicitar relatórios específicos para atender necessidades de controle da frota, desde que as solicitações sejam razoáveis e dentro dos objetivos definidos.

7.57. Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração, no sistema contratado, por parte da Contratante, sem restrições, desde a data da contratação.

Acesso e segurança

7.58. As informações, aplicações e banco de dados deverão ser mantidos em ambiente seguro com regras de acesso, perfis (login e senhas) e log de todas as tarefas executadas (quem, o que e quando).

7.59. A contratada deverá permitir o acesso ao sistema web de gerenciamento de frota, possibilitando a emissão de relatórios operacionais da Instituição bem como disponibilizar os dados registrados e contratados no sistema de gerenciamento da contratada e o acesso via web do banco de dados.

7.60. Os servidores responsáveis legalmente pela gestão de frotas terão acesso irrestrito a todas as informações relacionadas aos serviços prestados à Universidade Federal de Pernambuco. Eles serão responsáveis por definir a limitação do acesso aos motoristas, fiscais e demais servidores da Coordenação de Transportes para consulta, abastecimento de combustível, abertura de ordens de serviço de manutenção, entre outras atividades.

7.61. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de oficinas mecânicas credenciadas pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade desta a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

7.62. A contratada deve oferecer uma maneira de obter, recuperar ou trocar senhas através de seu site ou aplicativo, permitindo aos usuários fazer essas alterações por conta própria, seja para cartões/chips pessoais ou acesso aos sistemas, no caso de gestores e fiscais.

7.63. A base de dados deve ter backups diários. Todas as informações, embora armazenadas em sistema administrado pela contratada, são de propriedade da contratante. A contratada deve disponibilizar arquivos em formato XLS e PDF sempre que solicitado. A não disponibilidade dessas informações será considerada como uma falta, sujeitando a contratada a pagar uma multa máxima estabelecida no contrato.

7.64. Durante o período contratual, a guarda e administração das informações, será de total responsabilidade da Contratada, cabendo à mesma qualquer tipo de ressarcimento decorrente de perda parcial ou total das informações relacionadas ao Contrato.

7.65. Todas as informações adquiridas ou manuseadas durante o contrato são de uso exclusivo da contratante. O uso, doação ou venda dessas informações a qualquer outra parte está proibido, pois pertencem única e exclusivamente à Universidade Federal de Pernambuco.

7.66. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede de postos e oficinas, manutenção do sistema, treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura

está incluída nos valores estabelecidos no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela Universidade Federal de Pernambuco.

7.67. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias, conforme descrito no Item 5.1.3 do Termo de Referência.

7.68. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 5 dias conforme descrito no Item 5.1.3 do Termo de Referência, após informações prestadas pela Contratante.

7.69. Para a implantação do sistema não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos /motores geradores de energia, exceto se devidamente justificado e aprovado pelo Fiscal Técnico/Gestor do contrato.

Treinamento

7.70. A contratada deve oferecer treinamento aos gestores e fiscais indicados pela contratante, sem custos adicionais, para que possam utilizar o sistema de informação fornecido. Esse treinamento pode ser realizado de forma online ou presencialmente na sede da Coordenação de Transportes. Os custos associados a essa capacitação ficam a cargo da contratada.

7.71. Caso seja realizada alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou à distância ou de ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

7.72. A contratada também deve ministrar treinamento aos credenciados, proporcionando suporte desde o início até a duração do contrato, solucionando quaisquer dificuldades que possam prejudicar o atendimento à contratante. Além disso, deve realizar pesquisas semestrais de satisfação entre os credenciados e apresentá-las à contratante.

7.73. O treinamento para todos os gestores e usuários da Instituição envolvidos na utilização do sistema deve ser realizado de forma online ou presencial, no prazo máximo de 30 dias a partir da emissão da ordem de serviços, conforme descrito no item 5.1.3 do Termo de Referência.

Sustentabilidade

7.74. A contratada deverá adotar e exigir da rede credenciada a adoção de boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos assim como na redução de poluição ambiental, devendo atender, no que couber, aos critérios constantes na IN SLTI nº 01/2010.

7.75. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a rede credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

7.76. As oficinas credenciadas deverão providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

7.77. As oficinas credenciadas deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

7.78. As oficinas credenciadas deverão implementar o sistema de logística reversa para realizar o descarte dos componentes de troca na manutenção da frota, como as peças e óleo, por uma empresa qualificada em logística reversa comprometida com a responsabilidade compartilhada, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10)

7.79. A contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá os serviços de lavagem automotiva ecologicamente sustentável, com vistas à preservação dos recursos hídricos (à base de cera de carnaúba ou similar, com utilização de até 500ml de água por lavagem), com atendimento na UFPE, sempre que possível.

7.80. A critério da contratante poderá ser constituída uma comissão, com no mínimo 03 servidores, para, através de visitas "in loco", conhecer e avaliar as condições das oficinas e postos credenciados no que tange à sua capacidade de cumprimento das obrigações contratuais previstas no Termo de referência e anexos. Para tanto, será observado o cumprimento da destinação adequada de resíduos (logística reversa), principalmente, quanto às baterias, óleos e pneus.

7.81. A comissão acima mencionada avaliará, para efeitos de cumprimento das obrigações contratuais, o que tange a responsabilidade da contratada quanto ao devido recolhimento e o adequado descarte dos itens utilizado na prestação dos serviços, cuja a má destinação poderá causar grande impacto ao meio ambiente (óleos lubrificantes, baterias e pneus).

Prazos para atendimento

7.82. O prazo para atendimento, solução de problemas e assistência técnica no sistema fornecido deve ser inferior a 12 horas após a abertura de um chamado online de suporte pela contratante.

7.83. O prazo máximo de resposta aos pedidos de orçamento no sistema não deve exceder 10 dias úteis.

7.84. Para serviços de guincho e socorro mecânico (24 horas), o atendimento deve ocorrer no prazo máximo de duas horas após a abertura do chamado pelo sistema da contratada. Caso o problema mecânico não seja solucionado, o veículo deve ser rebocado até a oficina credenciada mais próxima ou até local de guarda do veículo no campus da contratante.

7.85. A rede credenciada deve ser abrangente o suficiente para atender plenamente à demanda de serviços de abastecimento e manutenção em todo o território nacional. Para evitar descontinuidade do serviço, em até 10 dias corridos após a emissão da ordem de serviço, a rede deve contar com pelo menos um estabelecimento credenciado de posto de combustível e um de oficina mecânica em cada uma das cidades onde a contratante possui campus (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão/PE).

7.86. A efetiva implantação do sistema de gestão de frotas deve ocorrer em um prazo máximo de 30 dias após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais e o cadastramento de oficinas credenciadas, conforme rege este termo de referência.

Comunicação e suporte

7.87. O sistema de gestão de frotas deve estar disponível online 24 horas por dia, permitindo acesso remoto via internet com todos os recursos de segurança da informação necessários. A ferramenta deverá possibilitar acesso remoto via internet (online) com todos os recursos de segurança da informação necessários.

7.88. Os estabelecimentos credenciados deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante o horário comercial praticado no mercado, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento;

7.89. A contratada deve disponibilizar um canal permanente de comunicação com os credenciados, fornecendo-lhes todos os meios necessários para solucionar dúvidas, como telefones, celulares e e-mails.

7.90. A contratada deve prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, via web e telefone, a disposição da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, garantindo suporte personalizado e eficiente em tempo real.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades necessárias para a manutenção e o abastecimento da futura contratação foram determinadas com base no levantamento de consumo realizado pela UFPE durante o período de janeiro a dezembro de 2023, por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023, conforme detalhado nas planilhas de memória de cálculo anexadas nos documentos 6 e 7 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. Após o cálculo inicial, foi aplicada uma correção de 5% no valor dos combustíveis, a fim de compensar a inflação nos preços dos mesmos. Além disso, foi aplicada uma correção de 15% no valor das manutenções, que engloba não apenas a inflação, como também a depreciação dos veículos, considerando o desgaste e o envelhecimento dos mesmos ao longo de um ano.

8.2. Entende-se que o horizonte de tempo escolhido abrange uma amostra mais recente e mais próxima da realidade atual, trazendo assim maior veracidade aos valores calculados.

8.3. Os contratos 20/2021 e 31/2023 não contemplaram o Arla 32. No entanto, diante da iminência de novos contratos de locação de veículos, que demandarão este tipo específico de combustível, tornou-se necessário contemplar essa opção. Para estimar a quantidade necessária de Arla 32, aplicou-se um percentual de 5% sobre o consumo de Diesel em 2023.

8.4. Para abastecimento da frota (óleo diesel e gasolina/etanol) foi pesquisada a quantidade de litros de cada tipo de combustível adquirida no período de janeiro/2023 a dezembro/2023 por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023.

| Abastecimento | Quantidade de Litros |
|---------------|----------------------|
| Gasolina | 34.221,603 |
| Diesel | 20.438,836 |
| Diesel S10 | 91.517,159 |
| Arla-32 | 1.007,57112 |
| Total | 112.963,566 |

8.5. Os serviços de manutenção e reparo de veículos bem como o fornecimento de peças e acessórios de reposição deverá abranger o quantitativo de 125 veículos, conforme demonstrado no anexo V.

| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD ANUAL | Estimativa para futura contratação considerando o cenário projetado neste ETP |
|------|--|---|--------|-------------------|-----------|---|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3. | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4. | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | R\$ 908.337,98 |
| | Total Estimado para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | R\$ 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD ANUAL | Estimativa para futura contratação considerando o cenário projetado neste ETP |
|------|---------|--|--------|-------------------|-----------|---|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e serviços | 25518 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 17.445,00 |
| | | Serviços de manutenção de veículos, com | | Unidade | | |

| | | | | | | |
|---|---|------|----------|----|------------|-------------------|
| 2.2. | fornecimento de Peças e acessórios de reposição | 3565 | (evento) | 01 | R\$ | 872.250,02 |
| Total Estimado para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | R\$ | 889.695,02 |

8.6. Na memória de cálculo do valor estimado de abastecimento e manutenção foram considerados os veículos utilizados pela UFPE em 2023, conforme relatório extraído do sistema da Prime, entretanto deve ser informada em relação completa de 125 veículos da frota atual da UFPE no intuito de ser necessário alguma eventual manutenção ou abastecimento.

8.7. Ressalta-se que o quadro acima apresentado é meramente estimativo podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade foi calculada projetando um cenário futuro. Leva-se em consideração o que preceitua o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.813.171,97 (um milhão, oitocentos e treze mil, cento e setenta e um reais e noventa e sete centavos),

9.2. O parâmetro utilizado para pesquisa de preços, visando à determinação do preço estimado para contratação de serviços, foi a realização de uma pesquisa direta com 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, através de e-mail, em conformidade com o inciso IV do art. 5º da IN 65/2021, cujas propostas consideraram as condições dispostas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, não priorizando os incisos I e II devido ao fato de que o conhecimento pelos fornecedores das características do processo, apresentada no momento da cotação, pode fazer com que a proposta se aproxime mais da realidade deste processo.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|--|--|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento (estimada em 1,67%* dos subitens 1.2, 1.3 e 1.4) | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | 1.3. | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| | 1.4. | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---------|---------------|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
|------|---------|---------------|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|

| | | | | | | | |
|----|---|---|-------|------------------|----|------------|-------------------|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção (estimada em 2% dos subitem 2.3) | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição. | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|--|---------------------|
| Valor Total Estimado da Contratação para o período de 12 meses (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.171,97 |
|--|---------------------|

*O valor total máximo aceitável para o Item 1 foi obtido por meio da média aritmética das propostas. A média das taxas de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento foi estimada em 1,66666666667%, contudo para termos de padronização foi considerada a taxa de 1,67%.

9.3. Os valores de referência para os subitens de taxa de administração (subitens 1.1 e 2.1) foram obtidos através da metodologia da média aritmética simples dos valores pesquisados (propostas recebidas de fornecedoras), estando compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública, conforme comprovado em planilha no relatório de pesquisa de preços constante nos documentos 8, 9 e 10 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. Os demais subitens possuem valores estimados.

9.4. A estimativa do valor dos subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2. teve como critério o consumo de abastecimento e manutenção no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023, conforme detalhado nas planilhas de memória de cálculo anexadas nos documentos 5 e 6 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. O valor do item 1 referente ao serviço de abastecimento foi corrigido pelo multiplicador de 5%, a fim de compensar a inflação nos preços dos mesmos. Além disso, foi aplicada uma correção de 15% no valor do item 2 referente ao serviço de manutenção com fornecimento de peças, que engloba não apenas a inflação, como também a depreciação dos veículos, considerando o desgaste e o envelhecimento dos mesmos ao longo de um ano.

9.5. Dessa forma, foram encaminhados e-mails para um total de 32 (trinta e dois) fornecedores extraídos do Comprasnet e do Painel de Preços que resultaram no recebimento de 3 (três) propostas válidas, conforme detalhado nos documentos 8, 9 e 10 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81.

9.6. A licitação é dividida em 02 (dois) itens contendo os seguintes subitens:

- Item 01:
 - 1.1 Taxa de administração;
 - 1.2 Serviços de abastecimentos Gasolina e Etanol;
 - 1.3 Serviços de abastecimentos Diesel.
 - 1.4 Serviços de abastecimentos Arla 32.
- Item 02:
 - 2.1 Taxa de administração;
 - 2.2 Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição.

9.7. Para os subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2 dos itens 01 e 02, a licitante deverá efetuar mera reprodução de valores estimados pela Administração.

9.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor total (anual) de cada item, referente ao estimativo de serviços de manutenção de veículos com reposição de peças e ao estimativo de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, Arla) já acrescidos ou descontados¹ da Taxa de Administração.

9.8.1. (¹) Sobre o percentual referente à taxa de administração, poderá, nos termos da Decisão nº 38/1996 e do Acórdão 552/2008, ambos do Plenário do TCU, ser apresentada proposta consignando taxa de administração negativa ou de valor zero. Na taxa de administração deverá estar incluso todo gasto/custo necessário ao fornecimento dos cartões magnéticos e demais insumos necessários à operacionalização dos serviços. A exemplo do Item 01, a proposta que consignar valor de R\$ 923.676,95 – estará ofertando uma taxa de administração no preço dos combustíveis igual a 1,67% (um virgula sessenta e sete por cento), máxima possível para este subitem; para o mesmo item, a proposta que consignar valor igual a R\$ 908.337,98 corresponderá a uma taxa de 0,0% (zero por cento); e propostas abaixo do valor de R\$ 908.337,98 corresponderá a um índice de percentual negativo de taxa de administração, ou seja, desconto sobre os valores dos combustíveis. Por exemplo, caso a contratante ofereça Taxa de Administração negativa de 1,00% (um por cento), ou seja, desconto de 1%, deverá consignar na proposta o preço global para o Item 01 de R\$ 914.242,18. Ressalvado a proposta considerada inexecutável e observado o intervalo mínimo de lance, caso estabelecido, a proposta de menor valor para o item, do máximo aceitável abaixo, será considerada como a mais vantajosa.

9.8.2. A Taxa de Administração deverá ser calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$TA (\%) = 100 \times (VL/VE - 1)$$

onde:

TA – Porcentual da Taxa de Administração;

VL – Valor do lance vencedor do Item 01 (máximo de R\$ 923.476,95) e Item 02 (máximo de R\$ 889.695,02);

VE - Valor Anual Estimado para o Consumo fixado do Item 01 (R\$ 908.337,98) e Item 02 (R\$ 872.250,02).

9.9. Para efeito de apuração da Taxa de Administração será considerada até 02 (duas) casas decimais. O valor da taxa de administração incidirá sobre os valores totais dos serviços prestados, incidindo-se em cada fatura mensal, e sendo utilizada durante toda a execução do contrato.

9.10. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme previsto na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União, “é obrigatória a admissão da adjudicação por item, e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

10.2. Dessa forma, a solução em questão será parcelada tendo em vista que a divisão é tecnicamente possível e economicamente viável. Além disso, não haverá perda de escala por não se tratar de uma contratação com uma quantidade significativa de itens que pudessem ser entregues exclusivamente por um único fornecedor. Fato esse que, inclusive, evidencia um melhor aproveitamento do mercado e uma ampliação da competitividade ao dividir a solução.

10.3. Por fim, considerando o objeto de contratação e com a finalidade de evitar o parcelamento inadequado do objeto, será realizada uma única licitação. Cada parcela do objeto será adjudicada por dois itens distintos: o Item 1 referente a Serviços de Abastecimento e o Item 2 referente a Serviços de Manutenção.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Atualmente a UFPE possui quatro processos que tratam de contratações correlatas ou interdependentes à contratação pretendida neste ETP. Os referidos processos são relacionados à contratação de motoristas para conduzir a frota oficial e locação de veículos de passeio tipo Sedan, Pick-up e Hatch.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretendida contratação para prestação de serviços de gerenciamento de frota para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, via web para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está alinhada com o planejamento desta IFES, pois busca promover uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, ao mesmo tempo que viabiliza um serviço de gerenciamento da frota própria de veículo oficial mais seguro e disponível sob demanda.

12.2. A pretendida contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional da UFPE - 2013-2027 que tem como objetivos: “14. Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa de formação acadêmica para todos os estudantes e 8. Promover uma política de sustentabilidade. Dessa forma, a contratação do serviço de gerenciamento de frota contribui ao viabilizar o aumento da participação dos estudantes em eventos acadêmicos, científicos e culturais, fortalecendo assim a integração e o desenvolvimento acadêmico da comunidade estudantil, além de viabilizar a coleta seletiva bem como o recolhimento e reaproveitamento dos inservíveis e a coleta dos Resíduos Sólidos da UFPE, mantendo o compromisso efetivo com a preservação ambiental e a gestão responsável dos recursos.

12.3. Além disso, a contratação está amparada no PDI 2019-2023 que tem como objetivos: “16. Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa da formação acadêmica dos estudantes, 17. Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia, 08. Ser referência na Governança e Gestão Institucional e 09. Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social”. Desse modo, a gestão da frota possibilitará a promoção do apoio à participação em eventos acadêmicos, tecnológicos, culturais, políticos e esportivos, a manutenção da segurança institucional (considerando segurança das pessoas, dos processos de negócio, das informações, dos bens materiais e imateriais, das áreas, instalações, dependências e ambientes) bem como a promoção da sustentabilidade ambiental.

12.4. Dessa forma, a contratação do serviço de gerenciamento de frota não apenas atende às necessidades operacionais da instituição, mas também está alinhada aos princípios e objetivos mais amplos estabelecidos no PEI 2013-2027 e no PDI 2019-2023, consolidando o compromisso da instituição com o desenvolvimento acadêmico, a segurança institucional, a sustentabilidade e a promoção cultural.

12.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2024

II. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III. Id do item no PCA: 1685, 1686 e 1687

IV. Classe/Grupo: 851, 859 e 871

V. Identificador da Futura Contratação: 90395/2024

12.6. Portanto, disponibilizar o serviço de gerenciamento de frota é fundamental para viabilizar o atendimento das demandas de transportes relativas as atividades essenciais de ensino, pesquisa, extensão e inovação com eficiência, eficácia e efetividade.

13. Resultados Pretendidos

13.1. Caso seja formalizada conforme as condições estipuladas, a contratação garantirá a continuidade dos serviços de transporte, em benefício da comunidade universitária da UFPE:

I) Assegurando a segurança e eficiência nos deslocamentos essenciais para o cumprimento das atividades acadêmicas e administrativas da universidade.

II) Promovendo a economicidade por meio da possibilidade de solicitar orçamentos em diversos estabelecimentos, permitindo a negociação de descontos nos serviços de manutenção inicialmente previstos.

III) Garantindo uma execução superior dos serviços contratados, através da implementação de tecnologia da informação para o acompanhamento detalhado dos serviços prestados.

IV) Mantendo um fluxo contínuo de mobilidade para todas as atividades da UFPE, sem interrupções ou atrasos.

V) Reduzindo os custos operacionais relacionados à manutenção e abastecimento de combustível da frota, o que contribui para uma gestão financeira mais eficiente e sustentável.

Esses pontos evidenciam os benefícios substanciais que a contratação trará para a comunidade universitária e para a instituição como um todo.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. As providências a serem adotadas após a conclusão do certame serão:

14.1.1. Fornecer as informações necessárias para o cadastro da frota de veículos da Universidade Federal de Pernambuco no sistema da Contratada

14.1.2. Fornecer as informações necessárias para o cadastro de servidores e motoristas no sistema da contratada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Diante do objeto a ser contratado, é importante pontuar que os postos de combustíveis conveniados deverão estar licenciados nos órgãos competentes, incluindo os ambientais. Isso se dá em virtude de que o exercício dessa atividade pode causar impacto negativo, como contaminação de recursos naturais, a exemplo do solo e da água, estando, por isso, classificada como atividade potencialmente poluidora.

15.1. A emissão de gases poluentes pelos automóveis e o descarte ambientalmente inadequado dos pneus, óleos, pilhas e baterias poderá causar grande impacto ao meio ambiente.

15.2. Medidas mitigadoras dos impactos ambientais

15.2.1. Os veículos automotores utilizados na prestação de serviços deverão utilizar preferencialmente o combustível renovável (etanol, biodiesel, conforme o caso, inclusive mediante tecnologia "flex"), nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

15.2.1.1. Todos os veículos desta IFES ainda são movidos a combustível fóssil, entretanto, visando uma política de redução de danos para minimizar os impactos ambientais relacionados à emissão de gases poluentes, dentre os requisitos da contratação está inserido a exigência de oferta, na rede de postos credenciadas, de combustíveis com menor efeito poluidor, a exemplo do etanol (recomendado como combustível renovável no guia nacional de licitações sustentáveis da AGU) e do diesel S10 (com reduzida emissão de enxofre em relação ao S500); o biodiesel (também citado no guia da AGU) foi considerado neste estudo, concluindo-se que este é um elemento ainda não disponível, senão como aditivo do próprio óleo diesel comum e com percentual de mistura regulado pela ANP, ou seja, em tese, aproximadamente 11% do óleo diesel é composto por biodiesel, portanto atendendo aos critérios de sustentabilidade recomendados possíveis.

15.2.2. O uso do Arla 32 reduz significativamente a emissão de gases poluentes, como óxidos de nitrogênio (NOx), que são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, transformando os tóxicos óxidos de nitrogênio em materiais não-nocivos, como nitrogênio e água.

15.2.3. Entendendo-se a Administração pública como fomentadoras das boas práticas de sustentabilidade e com o dever constitucional de prezar pela defesa do meio ambiente, também é exigida a oferta de serviços de lavagem automotiva ecologicamente sustentável com vistas a preservação dos recursos hídricos (a base de cera carnaúba ou similar, com utilização de até 500ml de água por lavagem) com atendimento na UFPE, sempre que possível.

15.2.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a rede credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

15.2.5. As oficinas credenciadas deverão providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11 /2008, e legislação correlata.

15.2.6. As oficinas credenciadas deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

15.2.7. As oficinas credenciadas deverão implementar o sistema de logística reversa para realizar o descarte dos componentes de troca na manutenção da frota, como as peças e óleo, por uma empresa qualificada em logística reversa comprometida com a responsabilidade compartilhada, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).

16. Obrigações da Contratante

16.1. São obrigações do Contratante:

16.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.7.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

16.8.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.9.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

16.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

16.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. Obrigações do Contratado

17.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

17.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

17.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

17.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

17.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

17.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

17.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

17.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

17.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

17.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

18. Reajuste

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2024.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de correção monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento

19. Infrações e Sanções Administrativas

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

(1) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

19.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

19.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

19.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Equipe de apoio

RAFAEL MAGNO DOS SANTOS CAMELO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 18:35:40.

Despacho: Aprovo este Estudo Técnico Preliminar.

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Ordenadora de Despesas Substituta



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 18:36:21.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

Declara esta Equipe de Planejamento que a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para a Universidade Federal de Pernambuco, ao bom andamento das atividades da instituição, contribuindo com os servidores no exercício de suas atividades funcionais e de seus usuários internos e externos.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf (13.54 KB)
- Anexo II - Modelo de Declaração de Conhecimento do Objeto.pdf (9.59 KB)
- Anexo III - Modelo de Ordem de Serviços.pdf (51.62 KB)
- Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf (129.77 KB)
- Anexo V - Relacao de veiculos da UFPE..pdf (1.02 MB)
- Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf (51.68 KB)
- Anexo VII - MODELO DE IMR - GERENCIAMENTO DE FROTA_.pdf (175.3 KB)

Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf

Modelo de Atestado de Vistoria

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017)

Atesto, para fins de habilitação na Dispensa de Licitação nº ____/20____, que o(a) Senhor (a)

representante da empresa, compareceu nesta data e vistoriou a _____ da UFPE,
local para prestação de serviços de gerenciamento de frota, e tomou conhecimento de todas as
informações, peculiaridades e condições locais para a execução contratual.

Recife, ____ de _____ de 20 ____.

...(setor responsável)...

(assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

Obs:

1. A vistoria técnica requer prévio agendamento com a Diretoria de Gestão de Bens e Serviços, pelo e-mail dqbs.progest@ufpe.br.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário a uma mesma Unidade Administrativa, podendo ocorrer na mesma data, desde que conduzida por servidores diferentes.
3. O profissional indicado pela empresa participante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-la ao servidor responsável.

Anexo II - Modelo de Declaração de Conhecimento do Objeto.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/_____
(em papel timbrado da empresa participante)

Atestamos, para fins de habilitação na dispensa de licitação de nº ____/____ da UFPE, que a empresa participante _____, CNPJ _____, representada por (inserir nome e cpf do representante legal), tem pleno conhecimento do objeto, das condições da dispensa de licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Termo de Referência e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ____ de _____ de 20__.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

Anexo III - Modelo de Ordem de Serviços.pdf

Modelo de Ordem de Serviço
(Anexo V-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017)

| IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO | |
|-------------------------|-----------------------|
| Nº OS: | Unidade requisitante: |
| Data de emissão: / / | Serviço: |
| Contrato nº: / | Processo nº: |

| IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA | | | |
|-----------------------------|-----------|-------|---------|
| Razão Social: | | CNPJ: | |
| Endereço: | | | |
| | Telefone: | Fax: | E-mail: |

| DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS | | | | | |
|--------------------------------------|---------|-------------------|------------|--------------------|------------------|
| | Serviço | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

| ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/REMUNERAÇÃO POR HORAS | | | | | |
|--|---------|--------------|---------------------|--------------------|------------------|
| Nº | Serviço | Metodologia* | Quantidade de horas | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS | |
|-------------------------------------|--|
| | |
| | |

| DEMAIS DETALHAMENTOS |
|----------------------|
| |

| LOCAL DE REALIZAÇÃO | | | |
|---------------------|------------|----------|----------------------|
| Nº do item | Quantidade | Endereço | Data a ser Executado |
| | | | |
| | | | |

| RECURSOS FINANCEIROS | |
|---|--|
| Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada: | |
| Unidade Orçamentária: | |
| Função Programática: | |
| Projeto de Atividade: | |
| Elemento de Despesa: | |
| Fonte de Recurso: | |
| Saldo Orçamentário: | |

| IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS | |
|--|--|
| <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> | <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> |

Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf

MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados e oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|--|--|-----|----------------------|-------------------|
| 1 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X % do Subtotal | 01 | R\$ | R\$ |
| | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol e Gasolina (comum e aditivada) | 01 | R\$ 203.881,22 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 01 | R\$ 697.834,44 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla-32 | 01 | R\$ 6.622,32 | R\$ 6.622,32 |
| | SUBTOTAL (subitem 1.2 + subitem 1.3 + subitem 1.4) | | | R\$ 908.337,98 | R\$ 908.337,98 |
| | TOTAL DO ITEM 01 (subitem 1.1 + subitem 1.2 + subitem 1.3+ subitem 1.4) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 01: R\$ _____ (por extenso)

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|---|--|-----|----------------------|-------------------|
| 2 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X% do subitem 2.2 | 01 | R\$ | R\$ |
| | 2.2 | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de Peças e acessórios de reposição. | 01 | R\$ 872.250,02 | R\$ 872.250,02 |
| | TOTAL DO ITEM 02 (subitem 2.1 + subitem 2.2) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 02: R\$ _____ (por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, **QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS:** **1)** o valor dos serviços; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** os encargos incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

(Local), de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

Anexo V - Relacao de veiculos da UFPE..pdf

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA UFPE

| | PLACA | COMPL. CATEG. MARCA/MODELO | FAB/MOD |
|----|--------------|-----------------------------------|----------------|
| 1 | HIG4841 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2009/2010 |
| 2 | HIG5350 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2010/2010 |
| 3 | HIG5856 | FIAT/DOBLO CARGO FLEX | 2010/2010 |
| 4 | HIG6345 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2010/2010 |
| 5 | HIG6933 | FORD/CARGO 1517 E | 2010/2010 |
| 6 | HLY9849 | FIAT/D REVECAP AMB UTI | 2011/2012 |
| 7 | JFP9693 | GM/ASTRA GL | 2001/2001 |
| 8 | JJU1927 | VW/24.250E WORKER 6X2 | 2011/2012 |
| 9 | KFM8974 | VW/COMIL VERSATILE I | 2010/2010 |
| 10 | KFZ7059 | AGRALE/8500 TCA | 2010/2010 |
| 11 | KGB5251 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 12 | KGB5291 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 13 | KGB5331 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 14 | KGB5351 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 15 | KGB5381 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 16 | KGF7867 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2010/2011 |
| 17 | KGF8385 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 18 | KGP8971 | VW/GOL 1.0 | 2009/2010 |
| 19 | KGP9091 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 20 | KGP9201 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 21 | KGP9331 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 22 | KGP9651 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 23 | KGP9801 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 24 | KGP9941 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 25 | KGU1505 | VW/9150 NEOBUS THUNDER EXECUTIVO | 2010/2010 |
| 26 | KGX0985 | VW/PARATI 1.6 | 2007/2008 |
| 27 | KHH7415 | FIAT/DUCATO MODIFICAR EM | 2009/2009 |
| 28 | KHJ1160 | REB/CHICO CITY TRG3 | 2009/2009 |
| 29 | KHM4676 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2007/2008 |
| 30 | KHN8907 | M.BENZ/COMIL PIA O | 2008/2009 |
| 31 | KHO9702 | VW/MASCA GRANMICRO O | 2005/2005 |
| 32 | KHP4392 | M.BENZ/COMIL CAMPIONE R | 2005/2005 |
| 33 | KHQ0941 | VW/GOL 1.0 | 2010/2010 |
| 34 | KHS9543 | HONDA/FIT LX | 2005/2005 |
| 35 | KHT1769 | REB/TRANSGRANJA | 1991/1991 |
| 36 | KHX8881 | TOYOTA/COROLLA XEI 1.8 FLEX | 2008/2009 |
| 37 | KHY1127 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2003/2003 |
| 38 | KHY2590 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 39 | KHZ9363 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2010/2010 |
| 40 | KIA5160 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 41 | KID6930 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 42 | KIR2945 | GM/BLAZER ADVANTAGE | 2005/2005 |
| 43 | KIX7237 | M.BENZ/710 | 2000/2000 |
| 44 | KJD0451 | VW/SAVEIRO 1.6 CE | 2010/2010 |

| | | | |
|----|---------|---------------------------|-----------|
| 45 | KJE0666 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 46 | KJG4051 | FIAT/PALIO FIRE FLEX | 2006/2007 |
| 47 | KJI5223 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 48 | KJK5950 | REB/CHICO CITY TRG2 | 1993/1993 |
| 49 | KJQ3617 | FIAT/DOBLO EX | 2005/2005 |
| 50 | KKA9379 | HONDA/CIVIC LX | 2005/2006 |
| 51 | KKA9511 | TOYOTA/COROLLA XEI18 FLEX | 2008/2009 |
| 52 | KKB2860 | I/FORD RANGER XL 12F | 2002/2002 |
| 53 | KKC2869 | I/FORD RANGER XLS 12P | 2005/2005 |
| 54 | KKD3391 | REB/CHICO CITY TRG1 | 2009/2009 |
| 55 | KKD5091 | VW/PARATI 1.6 | 2009/2009 |
| 56 | KKF9251 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 57 | KKF9311 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 58 | KKF9391 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2008/2009 |
| 59 | KKF9471 | VW/PARATI 1.6 | 2008/2009 |
| 60 | KKH9281 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2001/2001 |
| 61 | KKI8610 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 62 | KKI8680 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 63 | KKN1875 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2008/2009 |
| 64 | KKN5893 | GM/MONTANA | 2003/2004 |
| 65 | KKO3250 | FORD/COURIER L 1.6 FLEX | 2009/2009 |
| 66 | KKO8797 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 67 | KKO8807 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 68 | KKO8857 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 69 | KKO8877 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 70 | KKQ7569 | LROVER/DEFENDER110 SW | 2002/2002 |
| 71 | KKU8011 | FIAT/FIORINO IE | 2002/2002 |
| 72 | KLC0665 | I/FORD RANGER XLT 13P | 2009/2009 |
| 73 | KLF4884 | FORD/CARGO 815 E | 2009/2009 |
| 74 | KLF8277 | I/KIA SORENTO EX 2.5 VGT | 2008/2009 |
| 75 | KLJ6644 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2009/2010 |
| 76 | KLO9367 | IVECO/DAILY 70C16 CS | 2008/2009 |
| 77 | KLV7692 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2004/2004 |
| 78 | KLZ2678 | FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX | 2008/2008 |
| 79 | KMA9733 | GM/S10 2.2 D 4X2 | 1999/1999 |
| 80 | KMC5818 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 81 | KMC5878 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 82 | KMD0416 | FIAT/DOBLO ELX 1.6 | 2002/2002 |
| 83 | OYL8751 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2014/2015 |
| 84 | OYM9603 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 85 | OYM9623 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 86 | OYM9643 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 87 | OYM9663 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 88 | OYM9673 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 89 | OYP4015 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2014/2014 |
| 90 | OYS4054 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |

| | | | |
|-----|---------|----------------------------|-----------|
| 91 | OYU8998 | IVECO/TECTOR 170E22 | 2014/2014 |
| 92 | PCC7850 | FIAT/FIORINO 1.4 FLEX | 2015/2016 |
| 93 | PDD3703 | I/M.BENZ 415 MARIMAR A | 2014/2015 |
| 94 | PDH7831 | CHEVROLET/S10 LT DD4A | 2015/2016 |
| 95 | PDW4374 | MMC/L200 TRITON GL D | 2015/2015 |
| 96 | PDX7957 | AGRALE/MASCA GRMICRO E O | 2016/2016 |
| 97 | PEE0437 | I/FORD RANGER XL 13P | 2010/2011 |
| 98 | PEP5747 | M.BENZ/OH1628L ROD LINCE | 2010/2010 |
| 99 | PEW9765 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 100 | PEW9785 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 101 | PEX0045 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 102 | PEX0065 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 103 | PFF2700 | GM/CORSA SEDAN PREMIUM | 2011/2012 |
| 104 | PFK2501 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 105 | PFK2551 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 106 | PFK2611 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 107 | PFK2701 | CHEVROLET/PRISMA 1.4L LT | 2011/2012 |
| 108 | PFK6681 | VW/COMIL VERSATILE I | 2011/2011 |
| 109 | PFU8991 | NISSAN/FRONTIER XE 4X4 | 2012/2013 |
| 110 | PFY7923 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 111 | PFY7953 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 112 | PFY8753 | I/GM CAPTIVA SPORT 2.4 | 2012/2012 |
| 113 | PGE9265 | VOLVO/COMIL SVELTO U | 2012/2012 |
| 114 | PGG3753 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 115 | PGG3783 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 116 | PGG3793 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 117 | PGK3184 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 118 | PGK8904 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 119 | PGK8944 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 120 | PGK9034 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 121 | PGL1268 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 122 | PGL2298 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 123 | PGL2368 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 124 | PGS0474 | FIAT/PALIO WK TREKK 1.6 | 2013/2014 |
| 125 | PGS7901 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2014 |

Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

| | | |
|--|--------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
| 23/2024 | ROSANA MEDEIROS FERREIRA | 25/04/2024 11:47 |
| Objeto da Matriz de Riscos | | |
| Contratação, em caráter emergencial, de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota | | |

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---|-----------------------|--|------------------------|---------|
| R-01 | Contratação não ocorrer no período previsto | Atraso nos procedimentos internos e externos | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da execução contratual | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Elaboração dos documentos do processo licitatórios de contratação seguindo as normas vigentes. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-02 | Empresa vencedora não assinar contrato | Participante não prestar a devida atenção ao objeto que está sendo licitado | Seleção do Fornecedor | Contratada | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da prestação dos serviços | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Setor demandante deixar claro qual o objeto que está sendo licitado | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-03 | Cortes orçamentários | Ministério decidir por contingências ou mesmo diminuir os custos das instituições vinculadas ao MEC | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Redução do quantitativo de serviços a serem contratados e consequentemente necessidade de adaptação dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Revisão do custo de outros contratos | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Corte do orçamento de outras contratações. | | | Responsável: LILIANA VIEIRA DE BARROS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-04 | Falha na execução contratual | Descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratada | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Fiscalização permanente quando da execução e quando do pagamento da nota fiscal. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificações à contratada para providências quanto as regularizações | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|-----------------------------|--------------|---------------------------------------|------------------------|---------|
| R-05 | Preço estimado inadequado e/ou preço elevado | Falha na pesquisa de preços | Planejamento | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Contrato superfaturado ou subestimado e licitação deserta ou fracassada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Atenção redobrada para a escolha dos itens pesquisados | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação dos valores, nova pesquisa | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-06 | Atraso na medição dos serviços | Não envio da documentação para faturamento | Gestão de Contrato | Contratada | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no faturamento da contratada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Conscientizar a contratada dos prazos para envio da documentação | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Apurar responsabilidade da falta de envio dos dados | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|--|------------------------|---------|
| R-07 | Serviço paralisado | Contratada deixar de prestar o serviço | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Interrupção da prestação dos serviços, ocasionando prejuízos às atividades administrativas, pedagógicas e didáticas. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar contratação emergencial | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação das quantidades. | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---------------------------------------|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-08 | Em caso de descumprimento, não haver sanções | Má gestão e fiscalização do contrato. | Gestão de Contrato | Administração | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Cumprir, mediante normativa interna, os ritos do processo administrativo disciplinar. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Membro da comissão de contratação

LILIANA VIEIRA DE BARROS

Pró-reitora de Gestão Administrativa

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Membro da comissão de contratação

Anexo VII - MODELO DE IMR - GERENCIAMENTO DE FROTA_.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. CARACTERIZAÇÃO

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.
- 1.2. O Instrumento de Medição de Resultados é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.
- 1.3. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de gerenciamento do fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
- 1.4. O relatório de qualidade será gerado por meio da nota obtida na avaliação periódica realizada pelo servidor responsável ou pela comissão.
- 1.5. O Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme IMR, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 1.6. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados. As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.
- 1.7. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no IMR, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na contratação.
- 1.8. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
- 1.9. Os aspectos considerados no IMR referem-se especificamente às ocorrências técnicas, ou seja, relacionadas à qualidade esperada dos serviços. Ocorrências diversas deverão ser enquadradas nas hipóteses de aplicação de penalidades previstas na contratação.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

- 2.1. O procedimento de avaliação técnica dos serviços será realizado periodicamente pela Fiscalização, gerando relatórios de prestação de serviços executados. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro.
- 2.2. O mecanismo de cálculo será a apuração da quantidade de ocorrências para a determinação do percentual da glosa/desconto correspondente do valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao período objeto de avaliação.
- 2.3. O responsável pela Fiscalização deverá emitir o relatório de avaliação de IMR encaminhando à Contratada e à Administração, para fins de verificação do valor de pagamento.
- 2.4. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de ocorrência de fato fortuito ou de força maior), conforme Instrução Normativa - IN SEGES/MPDG nº 005/2017.
- 2.5. Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização indicará a glosa correspondente na fatura corresponde ao serviço avaliado.
- 2.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 2.7. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.
- 2.8. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

| INDICADOR Nº 01 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | | |
|---|--|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir o abastecimento dos veículos e a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | 2 pontos por ocorrência |
| Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | 3 pontos por ocorrência |

| INDICADOR Nº 02- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | | |
|---|---|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | 2 ponto por ocorrência |
| Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | 3 pontos por ocorrência |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO | | | |
|--|--|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 01 | Execução dos Serviços de Abastecimento | | |
| 1.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | | |
| 1.2. Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 1.3. Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | | |
| 1.4. Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | |
|---|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE ABASTECIMENTO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO | | | |
|--|-------------------------------------|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 2 | Execução dos Serviços de Manutenção | | |
| 2.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | | |
| 2.2. Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 2.3. Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | | |
| 2.4. Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | |
|--|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE MANUTENÇÃO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS

| | | |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|
| Contrato nº | Empresa: | Mês/ano de referência: |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|

[illegible]

Aviso de Contratação 10/2024

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 10/2024 | 153409-DEPTO.DE ADMINISTRACAO DA UFPE | RAFAEL MAGNO DOS SANTOS CAMELO | 17/05/2024 20:06 (v 2.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra | | 23076.032124 /2024-81 |

1. Objeto da Contratação Direta

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90012/2024

(Processo Administrativo n.º 23076.032124/2024-81)

Torna-se público que a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa (PROGEST), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso VIII, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 23/05/2024

Horário da Fase de Lances: 08h00min às 14h00min

Link: [//www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp](http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp)

Critério de Julgamento: menor preço por item

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, para atender às necessidades dos 03 campi

(Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---|--------|-------------------|------------------|----------------|--------------|
| | | | | | | ANUAL MÁXIMO | ANUAL MÁXIMO |
| 1 | <u>1.1.</u> | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | <u>1.2.</u> | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | <u>1.3.</u> | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| | <u>1.4.</u> | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| | Valor Total Máximo Aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|--|--|--------|-------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 2 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção com fornecimento de peças e acessórios de reposição para veículos | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo Aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|---|----------|
| Valor Total Máximo Estimado para Contratação (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.17 |
|---|----------|

- 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1 ~~As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.~~

2.1 Não se aplica

3. Participação na dispensa eletrônica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. sociedades cooperativas.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

~~4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de

2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. Fase de lances

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um real).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5.. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
- 6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.4.1. SICAF;
- 6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3 /2018, art. 29, caput)
- 6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato

convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1.. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor (es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. Ata de registro de preços

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~8.1. Homologado o resultado do procedimento, o fornecedor mais bem classificado terá o prazo de (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O prazo de convocação [A1] poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor mais bem classificado ou convocado, desde que:~~

~~(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e~~

~~(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.~~

~~8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.~~

~~8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do fornecedor vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.~~

~~8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP [A2] e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.~~

~~8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.~~

~~8.7. Na hipótese de o convocado não assinar [A4] a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.~~

8.1. Não se aplica.

9. Formação do cadastro de reserva

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

~~9.1. Após a homologação do procedimento, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:~~

~~9.1.1. dos fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no procedimento, e~~

~~9.1.2. dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;~~

~~9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata;~~

~~9.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do procedimento em relação ao fornecedor mais bem classificado;~~

~~9.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;~~

~~9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, nas seguintes hipóteses:~~

~~9.5.1. quando o adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de dispensa; ou~~

~~9.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;~~

~~9.6. Na hipótese de nenhum dos fornecedores [A3] que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Termo de Referência, poderá:~~

~~9.7. convocar os fornecedores que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, ou~~

~~9.8. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição;~~

9.1. Não se aplica.

10. Contratação

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinatura do Termo de contrato sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. Das disposições gerais

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos

12.12.1.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

Recife, 17 de maio de 2024.

Rosana Medeiros Ferreira

Pró-Reitora de Gestão Administrativa em Exercício

Ordenadora de Despesas Substituta

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Equipe de apoio

RAFAEL MAGNO DOS SANTOS CAMELO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 20:05:54.

Despacho: Aprovo

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Ordenadora de Despesas Substituta



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 20:06:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 23_2024.pdf (3.61 MB)
- Anexo II - Minuta do Termo de Contrato.pdf (270.01 KB)

Anexo I - Termo de Referencia 23_2024.pdf

Termo de Referência 23/2024

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 23/2024 | 153409-DEPTO.DE ADMINISTRACAO DA UFPE | ROSANA MEDEIROS FERREIRA | 17/05/2024 19:09 (v 1.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 23076.032124 /2024-81 |

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

(Processo Administrativo nº 23076.032124/2024-81)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, via internet, para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---------|---|--------|-------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|-------|------------------|----|------------|-------------------|
| <u>1.3.</u> | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| <u>1.4.</u> | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| Valor Total Máximo Aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---|--|--------|-------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção com fornecimento de peças e acessórios de reposição para veículos | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo Aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|--|---------------------|
| Valor Total Máximo Estimado para Contratação (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.171,97 |
|--|---------------------|

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Podendo a contratante findar o contrato antes do prazo acima, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, em razão da conclusão do procedimento licitatório cujo processo administrativo 23076.024971/2024-85 está em andamento, de modo a garantir a continuidade da prestação dos referidos serviços.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado (sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva), tendo em vista que há a necessidade de que os veículos da universidade estejam disponíveis de forma contínua, visando evitar a suspensão das atividades que necessitem de transporte fornecido pela universidade, em decorrência da falta de manutenção e abastecimento da frota.

1.4.1. Trata-se de serviço comum, conforme a definição da lei 14.133/2021 e de natureza continuada, imprescindíveis à Administração, pois apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional.

1.4.2. A prestação do serviço de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) é constituída por atividade de execução indireta e contínua em face da inexistência desse tipo de mão de obra no quadro funcional desta Universidade e está fundamentada na IN Nº 5, de 26 de maio de 2017.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inc. XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021, conforme descrito neste Termo de Referência. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 9º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja execução indireta é vedada.

1.6. A Equipe de Planejamento da Contratação observou o Modelo Padronizado de Contratação de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra para contratação direta, da Advocacia-Geral da União, instituído pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia e disponibilizado no sistema TR Digital.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo VIII deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. 1. ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2024
- II. 2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III. 3. Id do item no PCA: 1685, 1686 e 1687
- IV. 4. Classe/Grupo: 851, 859 e 871.
- V. 5. Identificador da Futura Contratação: 90395/2024

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo VIII deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

4.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

4.1.3. Não ter sido condenada judicialmente, a empresa vencedora e seus dirigentes, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, conforme preconiza a Lei 14.133/2021.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: ctrans.progest@ufpe.br.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13.1. Caso realize a vistoria, a empresa participante será atestada pela contratante, conforme modelo do anexo I.

4.13.2. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do anexo II.

4.13.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até um dia útil após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Implantação de sistema informatizado para gerenciamento de frota, visando abastecimento e manutenção dos veículos da UFPE;

5.1.2.2. Fornecimento de treinamento, inclusive disponibilizando manuais, e suporte para execução do serviço contratado;

5.1.2.3. Fornecimento de cartões magnéticos, microprocessados, dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento: deve permitir o processamento de dados personalizados para cada veículo da frota da UFPE. Isso inclui também veículos que venham a ser incorporados à frota durante a vigência do contrato, sem custos adicionais por essas novas inclusões.

5.1.2.4. O sistema deverá ainda possuir previsão para lançamento manual do abastecimento ou da manutenção, com autorização fornecida via telefone ou outro meio de comunicação, de forma a manter o atendimento em caso de impossibilidade das transações online e off line;

5.1.2.5. Disponibilizar relação da rede credenciada de postos de combustíveis, bem como de Oficinas ou centros automotivos que farão as manutenções dos veículos da frota;

5.1.2.6. Realização de cronograma de manutenção preventiva na rede credenciada;

5.1.2.7. O processo de implantação do Sistema pela contratada compreende as seguintes atividades:

- a) Cadastramento dos veículos;
- b) Cadastramento dos usuários;
- c) Definição da logística da rede de oficinas e postos credenciados;
- d) Confecção e fornecimento dos cartões ou dispositivos em TAG ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento dos veículos.
- e) Fornecimento à contratante dos dados cadastrais da rede de oficinas e postos credenciados;
- f) Treinamento dos condutores e gestores.

5.1.2.8. Treinamento de Condutores

5.1.2.8.1. A contratada deverá disponibilizar, sem ônus para a contratante, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

- a) Operações de Cadastramento, parametrização dos cartões ou dispositivos e limite de crédito.
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios.
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las.
- d) Aplicação prática do Sistema.
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

| CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO | | | |
|--|------------------------|----|----|
| ATIVIDADES | PRAZO EM DIAS CORRIDOS | | |
| | 5 | 10 | 30 |
| Cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no Sistema Informatizado para Gerenciamento de frota da Contratada. | x | | |
| Confecção e fornecimento dos cartões ou dispositivos em TAG ou Tecnologia equivalente ou superior, individuais, para fins abastecimento. | x | x | |
| Credenciamento de pelo menos um posto de combustível e uma oficina mecânica em cada uma das cidades em que a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). | x | x | |
| Treinamento dos condutores e gestores da frota. | x | x | x |
| Fornecimento a Contratante dos dados cadastrais da rede de postos e oficinas credenciados necessárias para atendimento à totalidade das bases operacionais. | x | x | x |

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Os serviços serão prestados nos estabelecimentos da rede credenciada pela contratada, e a contratante se responsabiliza pelo encaminhamento do veículo, com exceção dos casos em que o mesmo necessite ser guinchado.

5.2.2. As demandas de transportes da Universidade Federal de Pernambuco abrangem deslocamentos para diversos estados do Brasil, por isso é necessário ampla rede credenciada a fim de fornecer todo suporte necessário.

5.2.3. Fisicamente a sede da UFPE localiza-se no campus Reitor Joaquim Amazonas (Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670- 901), as demais unidades encontram-se respectivamente nos endereços:

5.2.3.1. Centro Acadêmico do Agreste (Rodovia BR-104, Km 59, s/n - Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP: 55002-970);

5.2.3.2. Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (R. Alto do Reservatório, S/n - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, CEP: 55608-680.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. O sistema de gestão de frotas deve estar disponível online 24 horas por dia, permitindo acesso remoto via internet com todos os recursos de segurança da informação necessários. A ferramenta deverá possibilitar acesso remoto via internet (online) com todos os recursos de segurança da informação necessários.

5.3.2. Os estabelecimentos credenciados deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante o horário comercial praticado no mercado, com exceção dos casos que necessitem de guincho e serviços de socorro mecânico que demandam disponibilidade de 24h, todos os dias do ano.

5.3.3. A contratada deve prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, disponível via web e telefone, a disposição da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Implantação, treinamento e suporte do sistema de gerenciamento de frota.

5.4.2. O sistema de controle e gerenciamento informatizado, disponibilizado pela contratada, deverá ser compatível com os padrões de tecnologia utilizados pela contratante, devendo a contratada comunicar-se com a fiscalização ou gestão do contrato da contratante para obter detalhes técnicos para disponibilizar um sistema compatível com as tecnologias utilizadas pela contratante.

5.4.3. Deve permitir a identificação do usuário, com senha pessoal por condutor, de maneira a possibilitar o efetivo controle sobre as transações efetuadas evitando transações indevidas.

5.4.4. Deve possibilitar a emissão de relatórios gerenciais dos abastecimentos e das manutenções realizadas (informando local, estabelecimento, data, hora, motorista, km, quantidades, valores etc.). É necessário que o sistema possua manual completo online, bem como a contratada disponibilize a realização de treinamentos da equipe da contratante para uso do sistema.

5.4.5. Deve haver canal de suporte disponível 24h.

5.4.6. Deve possibilitar abrir cotação no sistema da contratada para comparar orçamento com outras oficinas (cotar valores com maior quantidade de oficinas possível, dentro de uma razoabilidade logística).

5.4.7. Deve ser possível estabelecer uma cadeia de aprovação no sistema com alçadas de valores e de segregação de função para aprovador de serviços;

5.4.8. Deve haver a possibilidade do gestor solicitar cancelamento de cartão ou dispositivo por perda ou extravio.

5.4.9. Em caso de inoperância do sistema, deve haver a possibilidade de solução off-line imediata, com posterior registro da transação do serviço no sistema, evitando-se possível retenção de veículos em postos, por exemplo.

5.4.10. Os serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva não terão sua aprovação através das máquinas de cartões ou dispositivos, e sim, pelo fluxo de aprovação do sistema de gestão de frotas da contratada.

5.4.11. O gestor ou fiscal do contrato informará no sistema de gestão de frotas e abastecimento, os limites mensais de créditos para cada veículo, separando limites de manutenção e serviços dos limites de abastecimento. Vale ressaltar que o somatório dos limites mensais (estimativas mensais) por veículo poderá ultrapassar o valor mensal do contrato. Porém, os gastos efetivos acumulados não poderão ultrapassar o valor anual do contrato.

5.4.12. Fornecimento de cartões magnéticos ou microprocessados ou dispositivos de TAG ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento.

5.4.13. Os cartões magnéticos ou microprocessados, ou dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento são cartões ou dispositivos individuais eletrônicos que viabilizam o controle do abastecimento da frota, sendo um para cada veículo ativo, mais 3 (três) cartões ou dispositivos extras, que servirão como cartões ou dispositivos “coringa”, possibilitando sua vinculação a um determinado veículo, temporariamente vinculado à frota da contratante e que não possua cartão ou dispositivo individual já cadastrado, ou que o cartão ou dispositivo não esteja disponível (extraviado, danificado, etc.).

5.4.14 Durante a execução do contrato, a contratante poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência.

5.4.15. Outras necessidades para a plena execução do objeto estão contidas no tópico descrição da solução, constante no Estudo Técnico Preliminar.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Sistema informatizado (software) para gerenciamento da Frota;

5.5.2. Cartões magnéticos ou micro processados ou dispositivos em Tag, ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento, nas quantidades e qualidades suficientes para atender as demandas descritas no termo de referência e seus anexos, provendo substituições, quando necessário; e

5.5.3. O combustível que pode ser Gasolina (comum e aditivada), Etanol, e Óleo diesel comum, diesel-S10 e Arla 32, por meio de rede credenciada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possui uma frota própria de veículos oficiais para atender às demandas institucionais. No entanto, devido à idade avançada da frota, há frequentes necessidades de manutenção causadas pelo desgaste natural ao longo do tempo. Isso leva a intervenções corretivas recorrentes. Para garantir a continuidade dos serviços de transporte e oferecer melhores condições aos diversos usuários, a universidade utiliza soluções complementares, como o aluguel de veículos. No entanto, a maior parte das solicitações ainda é atendida pela frota própria da instituição.

5.6.2. A contratação visa garantir que os veículos da frota da Universidade Federal de Pernambuco mantenham as condições essenciais para operar com segurança, permitindo a realização eficiente das atividades meio e fim da instituição. Essas atividades geralmente envolvem a necessidade de transporte de bens, documentos e pessoas (docentes, discentes e colaboradores eventuais) para diferentes localidades do país, em diversos dias e horários, incluindo finais de semana e feriados, conforme evidenciado nos documentos 3 e 4 do processo nº 23076.032124/2024-81.

5.6.3. O serviço de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção), é essencial para garantir a disponibilidade contínua dos veículos da universidade. Isso é crucial para evitar interrupções nas atividades que dependem do transporte fornecido pela instituição, causadas pela falta de manutenção e abastecimento adequados da frota.

5.6.4. Fisicamente a sede da UFPE localiza-se no campus Reitor Joaquim Amazonas (Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670- 901), as demais unidades encontram-se respectivamente nos endereços:

5.6.4.1. Centro Acadêmico do Agreste (Rodovia BR-104, Km 59, s/n - Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP: 55002-970);

5.6.4.2. Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (R. Alto do Reservatório, S/n - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, CEP: 55608-680.

5.6.5. As demandas de transportes da Universidade Federal de Pernambuco abrangem deslocamentos para diversos estados do Brasil, por isso é necessário ampla rede credenciada a fim de fornecer todo suporte necessário.

5.6.6. A rede credenciada da contratada deve praticar preços compatíveis com o valor de mercado do Estado.

5.6.7. É dever da contratada fiscalizar sua rede credenciada, de forma a coibir a prática abusivas.

5.6.8. Para efeito de especificação das atividades que compõem cada tipo de produto e serviço discriminado no Termo de Referência e seus anexos, adotar-se-ão as seguintes definições:

5.6.8.1. Abastecimento: fornecimento dos seguintes insumos necessários ao perfeito funcionamento dos veículos da Contratante, gerenciado por sistema informatizado da Contratada, sendo:

5.6.8.1.1. Gasolina: do tipo comum ou aditivada;

5.6.8.1.2. Diesel: do tipo comum ou S10;

5.6.8.1.3. Etanol: do tipo comum, automotivo;

5.6.8.1.4. Arla 32.

5.6.8.1.5. Manutenção: Preventiva e Corretiva, englobando serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem completa e higienização, estofagem, alinhamento, balanceamento, socorro mecânico através de transporte suspenso por guincho, assistência mecânica, dentre outros que se fizerem necessários, com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios de reposição genuínos ou originais.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Devido às características do objeto, será necessário, durante a transição contratual, disponibilizar a base de dados gerada no período de execução do contrato. Isso inclui o registro de todas as atividades de abastecimento e manutenção realizadas no sistema fornecido pela contratada, referentes aos veículos pertencentes à frota, para importação dos dados no sistema da contratante.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não precisará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, uma vez que esta exigência demonstra ser desnecessária para atendimento presencial, diante da natureza dos serviços de gerenciamento de frota, que são prestados de forma remota, por meio de serviço de atendimento ao cliente, via web e telefone, a disposição da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Acompanhamento diário pelo sistema das transações de abastecimentos e manutenções realizadas, avaliando-se o(s) indicador(es) do IMR.

6.18.2. Aferição entre o executado e o faturado pela CONTRATADA;

6.18.3. Atentar para o efetivo cumprimento da garantia, no caso de peças e serviços de manutenção.

6.18.4. Acompanhar o efetivo cumprimento das demais obrigações contidas no Contrato.

6.18.5. Cumprir as normas e padrões constantes no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da UFPE.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.19. O gestor do contrato será o servidor Felipe Tadeu de Hollanda Costa, SIAPE 1398533, E-mail: felipe.tadeu@ufpe.br; a gestora substituta será a servidora Rosana Medeiros Ferreira, SIAPE 1924312, E-mail: rosana.mferreira@ufpe.br; o fiscal do contrato será o servidor José Jucimário da Silva, SIAPE 1134295, E-mail: ctrans.progest@ufpe.br; o fiscal substituto será o servidor José Augusto do Nascimento Filho, SIAPE 3191232, e-mail jose.augusto@ufpe.br.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VII do Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. *Análise da Fatura ou instrumento equivalente auxiliar à Nota Fiscal, em relação ao Relatório de Consumo retirado do sistema de autogestão, entre outros comprovantes de serviços.*

7.3.2. *Relatório do Fiscal/Gestor do Contrato apresentando a conformidade do serviço apresentado no mês de referência à Nota Fiscal, utilizando o Acordo de Níveis de Serviço/IMR.*

7.3.3. *A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável pela Fiscalização constituída por servidores formalmente designados pela CONTRATANTE.*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na

execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao 7.43. pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.33.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.33.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.33.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.33.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.34. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.36. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

8.37. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.38. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.39.1.1. Comprovação de experiência mínima de um ano na prestação dos serviços, através de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do período de um ano ser ininterrupto (item 10.6 "b" do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017).

8.39.1.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.39.1.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.39.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.39.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.40.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Justificativas para solicitação de qualificação técnica:

8.41. O serviço de Gerenciamento de Frota requer ação efetiva e preventiva e monitoramento contínuo com o objetivo de manter a alta disponibilidade dos serviços.

8.42. A UFPE precisa selecionar empresas que consigam atender adequadamente às suas necessidades, exigir comprovação mínima de capacidade é um dos atos que minimizam os riscos dessa contratação. A solicitação de apresentação de qualificação técnica, não visa restringir a participação da concorrência pública, mas sim apontar aqueles que tenham conhecimento e capacidades mínimas para atender a todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Da Permissão ou não de Consórcio

8.43. Não será permitida a participação de empresas que estiverem reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação dos produtos e serviços a serem fornecidos.

8.44. Face ao objeto de contratação – que prevê a oferta de serviços de gerenciamento de frota, a figura do consórcio não se justifica, uma vez que trata-se de objeto comum e baixa complexidade.

8.45. Destarte, caso fosse permitida a formação de consórcio, ao contrário do esperado, poderia ocorrer restrição à competição, caso dois ou mais fornecedores em potencial, viessem a formar consórcio para a participação no certame.

Da Permissão ou não de Cooperativas

8.46. Não será permitida a participação de cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.813.171,97

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.813.171,97 (um milhão, oitocentos e treze mil, cento e setenta e um reais e noventa e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|--|---|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | 1.3. | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| | 1.4. | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---|--|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição. | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|--|---------------------|
| Valor Total Estimado da Contratação para o período de 12 meses (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.171,97 |
|--|---------------------|

*O valor total máximo aceitável para o Item 1 foi obtido por meio da média aritmética das propostas. A média das taxas de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento foi estimada em 1,66666666667%, contudo para termos de padronização foi considerada a taxa de 1,67%.

9.2. O parâmetro utilizado para pesquisa de preços, visando à determinação do preço estimado para contratação de serviços, foi a realização de uma pesquisa direta com 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, através de e-mail, em conformidade com o inciso IV do art. 5º da IN 65/2021, cujas propostas consideraram as condições dispostas neste Termo de Referência e anexos, não priorizando os incisos I e II devido ao fato de que o conhecimento pelos fornecedores das características do processo, apresentada no momento da cotação, pode fazer com que a proposta se aproxime mais da realidade deste processo.

9.3. Os valores de referência para os subitens de taxa de administração (subitens 1.1 e 2.1) foram obtidos através da metodologia da média aritmética simples dos valores pesquisados (propostas recebidas de fornecedoras), estando compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública, conforme comprovado em planilha no relatório de pesquisa de preços constante do processo. Os demais subitens possuem valores estimados.

9.4. A estimativa do valor dos subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2. teve como critério o consumo de abastecimento e manutenção no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023, conforme detalhado nas planilhas de memória de cálculo anexadas nos documentos 5 e 6 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. O valor do item 1 referente ao serviço de abastecimento foi corrigido pelo multiplicador de 5%, a fim de compensar a inflação nos preços dos mesmos. Além disso, foi aplicada uma correção de 15% no valor do item 2 referente ao serviço de manutenção com fornecimento de peças, que engloba não apenas a inflação, como também a depreciação dos veículos, considerando o desgaste e o envelhecimento dos mesmos ao longo de um ano.

9.5. Dessa forma, foram encaminhados e-mails para um total de 32 (trinta e dois) fornecedores extraídos do Comprasnet e do Painel de Preços que resultaram no recebimento de 3 (três) propostas válidas, conforme detalhado nos documentos 8, 9 e 10 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81.

9.6. A licitação é dividida em 02 (dois) itens contendo os seguintes subitens:

- Item 01:

1.1 Taxa de administração;

1.2 Serviços de abastecimentos Gasolina e Etanol;

1.3 Serviços de abastecimentos Diesel.

1.4 Serviços de abastecimentos Arla 32.

- Item 02:

2.1 Taxa de administração;

2.2 Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição.

9.7. Para os subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2 dos itens 01 e 02, a licitante deverá efetuar mera reprodução de valores estimados pela Administração.

9.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor total (anual) de cada item, referente ao estimativo de serviços de manutenção de veículos com reposição de peças e ao estimativo de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, Arla) já acrescidos ou descontados¹ da Taxa de Administração.

9.8.1. ⁽¹⁾ Sobre o percentual referente à taxa de administração, poderá, nos termos da Decisão nº 38/1996 e do Acórdão 552/2008, ambos do Plenário do TCU, ser apresentada proposta consignando taxa de administração negativa ou de valor zero. Na taxa de administração deverá estar incluso todo gasto/custo necessário ao fornecimento dos cartões magnéticos e demais insumos necessários à operacionalização dos serviços. A exemplo do Item 01, a proposta que consignar valor de R\$ 923.676,95 – estará ofertando uma taxa de administração no preço dos combustíveis igual a 1,67% (um virgula sessenta e sete por cento), máxima possível para este subitem; para o mesmo item, a proposta que consignar valor igual a R\$ 908.337,98 corresponderá a uma taxa de 0,0% (zero por cento); e propostas abaixo do valor de R\$ 908.337,98 corresponderá a um índice de percentual negativo de taxa de administração, ou seja, desconto sobre os valores dos combustíveis. Por exemplo, caso a contratante ofereça Taxa de Administração negativa de 1,00% (um por cento), ou seja, desconto de 1%, deverá consignar na proposta o preço global para o Item 01 de R\$ 914.242,18. Ressalvado a proposta considerada inexecutável e observado o intervalo mínimo de lance, caso estabelecido, a proposta de menor valor para o item, do máximo aceitável abaixo, será considerada como a mais vantajosa.

9.8.2. A Taxa de Administração deverá ser calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$TA (\%) = 100 \times (VL/VE - 1)$$

onde:

TA – Percentual da Taxa de Administração;

VL – Valor do lance vencedor do Item 01 (máximo de R\$ 923.476,95) e Item 02 (máximo de R\$ 889.695,02);

VE - Valor Anual Estimado para o Consumo fixado do Item 01 (R\$ 908.337,98) e Item 02 (R\$ 872.250,02).

9.9. Para efeito de apuração da Taxa de Administração será considerada até 02 (duas) casas decimais. O valor da taxa de administração incidirá sobre os valores totais dos serviços prestados, incidindo-se em cada fatura mensal, e sendo utilizada durante toda a execução do contrato.

9.10. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**.

9.11. Ressalta-se que o quadro acima apresentado é meramente estimativo podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade foi calculada projetando um cenário futuro. Leva-se em consideração o que preceitua o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.13. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.13.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.13.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.13.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.13.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Obrigações do Contratante

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. Obrigações do Contratado

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

12. Reajuste

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2024.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. Infrações e Sanções Administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Adequação Orçamentária

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 15233/153409

II) Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 –
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior no Estado de Pernambuco;

IV) Elemento de Despesa: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

V) Plano Interno

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Recife, 25 de abril de 2024.

Felipe Tadeu de Hollanda

Coordenador de Transportes

Membro da Equipe de Planejamento

Aprovo este Termo de Referência e atesto a sua conformidade.

Rosana Medeiros Ferreira

Pró-reitora de Gestão Administrativa

Autorizo a Contratação.

Alfredo Macedo Gomes

Reitor da UFPE

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Equipe de apoio

RAFAEL MAGNO DOS SANTOS CAMELO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 19:06:35.

Despacho: Aprovo este Termo de Referência e atesto a sua conformidade.

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Ordenadora de Despesas Substituta



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 19:09:01.

Despacho: Aprovo este Termo de Referência

ALFREDO MACEDO GOMES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf (13.54 KB)
- Anexo II - Modelo de Declaracao de Conhecimento do Objeto.pdf (9.59 KB)
- Anexo III - Modelo de Ordem de Servicos.pdf (51.62 KB)
- Anexo IV - Relacao de veiculos da UFPE.pdf (1.02 MB)
- Anexo V - Modelo de Proposta.pdf (129.77 KB)
- Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf (51.68 KB)
- Anexo VII - Modelo de IMR.pdf (175.3 KB)
- Anexo VIII - Estudo Tecnico Preliminar 4_2024.pdf (1.76 MB)

Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf

Modelo de Atestado de Vistoria

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017)

Atesto, para fins de habilitação na Dispensa de Licitação nº ____/20____, que o(a) Senhor (a)

representante da empresa, compareceu nesta data e vistoriou a _____ da UFPE,
local para prestação de serviços de gerenciamento de frota, e tomou conhecimento de todas as
informações, peculiaridades e condições locais para a execução contratual.

Recife, ____ de _____ de 20 ____.

...(setor responsável)...

(assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

Obs:

1. A vistoria técnica requer prévio agendamento com a Diretoria de Gestão de Bens e Serviços, pelo e-mail dqbs.progest@ufpe.br.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário a uma mesma Unidade Administrativa, podendo ocorrer na mesma data, desde que conduzida por servidores diferentes.
3. O profissional indicado pela empresa participante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-la ao servidor responsável.

Anexo II - Modelo de Declaracao de Conhecimento do Objeto.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/_____
(em papel timbrado da empresa participante)

Atestamos, para fins de habilitação na dispensa de licitação de nº ____/____ da UFPE, que a empresa participante _____, CNPJ _____, representada por (inserir nome e cpf do representante legal), tem pleno conhecimento do objeto, das condições da dispensa de licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Termo de Referência e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ____ de _____ de 20__.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

Anexo III - Modelo de Ordem de Serviços.pdf

Modelo de Ordem de Serviço
(Anexo V-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017)

| IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO | |
|-------------------------|-----------------------|
| Nº OS: | Unidade requisitante: |
| Data de emissão: / / | Serviço: |
| Contrato nº: / | Processo nº: |

| IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA | | | |
|-----------------------------|-----------|-------|---------|
| Razão Social: | | CNPJ: | |
| Endereço: | | | |
| | Telefone: | Fax: | E-mail: |

| DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS | | | | | |
|--------------------------------------|---------|-------------------|------------|--------------------|------------------|
| | Serviço | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

| ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/REMUNERAÇÃO POR HORAS | | | | | |
|--|---------|--------------|---------------------|--------------------|------------------|
| Nº | Serviço | Metodologia* | Quantidade de horas | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS | |
|-------------------------------------|--|
| | |
| | |

| DEMAIS DETALHAMENTOS |
|----------------------|
| |

| LOCAL DE REALIZAÇÃO | | | |
|---------------------|------------|----------|----------------------|
| Nº do item | Quantidade | Endereço | Data a ser Executado |
| | | | |
| | | | |

| RECURSOS FINANCEIROS | |
|---|--|
| Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada: | |
| Unidade Orçamentária: | |
| Função Programática: | |
| Projeto de Atividade: | |
| Elemento de Despesa: | |
| Fonte de Recurso: | |
| Saldo Orçamentário: | |

| IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS | |
|--|--|
| <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> | <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> |

Anexo IV - Relacao de veiculos da UFPE.pdf

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA UFPE

| | PLACA | COMPL. CATEG. MARCA/MODELO | FAB/MOD |
|----|--------------|-----------------------------------|----------------|
| 1 | HIG4841 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2009/2010 |
| 2 | HIG5350 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2010/2010 |
| 3 | HIG5856 | FIAT/DOBLO CARGO FLEX | 2010/2010 |
| 4 | HIG6345 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2010/2010 |
| 5 | HIG6933 | FORD/CARGO 1517 E | 2010/2010 |
| 6 | HLY9849 | FIAT/D REVECAP AMB UTI | 2011/2012 |
| 7 | JFP9693 | GM/ASTRA GL | 2001/2001 |
| 8 | JJU1927 | VW/24.250E WORKER 6X2 | 2011/2012 |
| 9 | KFM8974 | VW/COMIL VERSATILE I | 2010/2010 |
| 10 | KFZ7059 | AGRALE/8500 TCA | 2010/2010 |
| 11 | KGB5251 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 12 | KGB5291 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 13 | KGB5331 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 14 | KGB5351 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 15 | KGB5381 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 16 | KGF7867 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2010/2011 |
| 17 | KGF8385 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 18 | KGP8971 | VW/GOL 1.0 | 2009/2010 |
| 19 | KGP9091 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 20 | KGP9201 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 21 | KGP9331 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 22 | KGP9651 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 23 | KGP9801 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 24 | KGP9941 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 25 | KGU1505 | VW/9150 NEOBUS THUNDER EXECUTIVO | 2010/2010 |
| 26 | KGX0985 | VW/PARATI 1.6 | 2007/2008 |
| 27 | KHH7415 | FIAT/DUCATO MODIFICAR EM | 2009/2009 |
| 28 | KHJ1160 | REB/CHICO CITY TRG3 | 2009/2009 |
| 29 | KHM4676 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2007/2008 |
| 30 | KHN8907 | M.BENZ/COMIL PIA O | 2008/2009 |
| 31 | KHO9702 | VW/MASCA GRANMICRO O | 2005/2005 |
| 32 | KHP4392 | M.BENZ/COMIL CAMPIONE R | 2005/2005 |
| 33 | KHQ0941 | VW/GOL 1.0 | 2010/2010 |
| 34 | KHS9543 | HONDA/FIT LX | 2005/2005 |
| 35 | KHT1769 | REB/TRANSGRANJA | 1991/1991 |
| 36 | KHX8881 | TOYOTA/COROLLA XEI 1.8 FLEX | 2008/2009 |
| 37 | KHY1127 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2003/2003 |
| 38 | KHY2590 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 39 | KHZ9363 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2010/2010 |
| 40 | KIA5160 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 41 | KID6930 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 42 | KIR2945 | GM/BLAZER ADVANTAGE | 2005/2005 |
| 43 | KIX7237 | M.BENZ/710 | 2000/2000 |
| 44 | KJD0451 | VW/SAVEIRO 1.6 CE | 2010/2010 |

| | | | |
|----|---------|---------------------------|-----------|
| 45 | KJE0666 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 46 | KJG4051 | FIAT/PALIO FIRE FLEX | 2006/2007 |
| 47 | KJI5223 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 48 | KJK5950 | REB/CHICO CITY TRG2 | 1993/1993 |
| 49 | KJQ3617 | FIAT/DOBLO EX | 2005/2005 |
| 50 | KKA9379 | HONDA/CIVIC LX | 2005/2006 |
| 51 | KKA9511 | TOYOTA/COROLLA XEI18 FLEX | 2008/2009 |
| 52 | KKB2860 | I/FORD RANGER XL 12F | 2002/2002 |
| 53 | KKC2869 | I/FORD RANGER XLS 12P | 2005/2005 |
| 54 | KKD3391 | REB/CHICO CITY TRG1 | 2009/2009 |
| 55 | KKD5091 | VW/PARATI 1.6 | 2009/2009 |
| 56 | KKF9251 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 57 | KKF9311 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 58 | KKF9391 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2008/2009 |
| 59 | KKF9471 | VW/PARATI 1.6 | 2008/2009 |
| 60 | KKH9281 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2001/2001 |
| 61 | KKI8610 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 62 | KKI8680 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 63 | KKN1875 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2008/2009 |
| 64 | KKN5893 | GM/MONTANA | 2003/2004 |
| 65 | KKO3250 | FORD/COURIER L 1.6 FLEX | 2009/2009 |
| 66 | KKO8797 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 67 | KKO8807 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 68 | KKO8857 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 69 | KKO8877 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 70 | KKQ7569 | LROVER/DEFENDER110 SW | 2002/2002 |
| 71 | KKU8011 | FIAT/FIORINO IE | 2002/2002 |
| 72 | KLC0665 | I/FORD RANGER XLT 13P | 2009/2009 |
| 73 | KLF4884 | FORD/CARGO 815 E | 2009/2009 |
| 74 | KLF8277 | I/KIA SORENTO EX 2.5 VGT | 2008/2009 |
| 75 | KLJ6644 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2009/2010 |
| 76 | KLO9367 | IVECO/DAILY 70C16 CS | 2008/2009 |
| 77 | KLV7692 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2004/2004 |
| 78 | KLZ2678 | FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX | 2008/2008 |
| 79 | KMA9733 | GM/S10 2.2 D 4X2 | 1999/1999 |
| 80 | KMC5818 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 81 | KMC5878 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 82 | KMD0416 | FIAT/DOBLO ELX 1.6 | 2002/2002 |
| 83 | OYL8751 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2014/2015 |
| 84 | OYM9603 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 85 | OYM9623 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 86 | OYM9643 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 87 | OYM9663 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 88 | OYM9673 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 89 | OYP4015 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2014/2014 |
| 90 | OYS4054 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |

| | | | |
|-----|---------|----------------------------|-----------|
| 91 | OYU8998 | IVECO/TECTOR 170E22 | 2014/2014 |
| 92 | PCC7850 | FIAT/FIORINO 1.4 FLEX | 2015/2016 |
| 93 | PDD3703 | I/M.BENZ 415 MARIMAR A | 2014/2015 |
| 94 | PDH7831 | CHEVROLET/S10 LT DD4A | 2015/2016 |
| 95 | PDW4374 | MMC/L200 TRITON GL D | 2015/2015 |
| 96 | PDX7957 | AGRALE/MASCA GRMICRO E O | 2016/2016 |
| 97 | PEE0437 | I/FORD RANGER XL 13P | 2010/2011 |
| 98 | PEP5747 | M.BENZ/OH1628L ROD LINCE | 2010/2010 |
| 99 | PEW9765 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 100 | PEW9785 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 101 | PEX0045 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 102 | PEX0065 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 103 | PFF2700 | GM/CORSA SEDAN PREMIUM | 2011/2012 |
| 104 | PFK2501 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 105 | PFK2551 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 106 | PFK2611 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 107 | PFK2701 | CHEVROLET/PRISMA 1.4L LT | 2011/2012 |
| 108 | PFK6681 | VW/COMIL VERSATILE I | 2011/2011 |
| 109 | PFU8991 | NISSAN/FRONTIER XE 4X4 | 2012/2013 |
| 110 | PFY7923 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 111 | PFY7953 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 112 | PFY8753 | I/GM CAPTIVA SPORT 2.4 | 2012/2012 |
| 113 | PGE9265 | VOLVO/COMIL SVELTO U | 2012/2012 |
| 114 | PGG3753 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 115 | PGG3783 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 116 | PGG3793 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 117 | PGK3184 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 118 | PGK8904 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 119 | PGK8944 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 120 | PGK9034 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 121 | PGL1268 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 122 | PGL2298 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 123 | PGL2368 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 124 | PGS0474 | FIAT/PALIO WK TREKK 1.6 | 2013/2014 |
| 125 | PGS7901 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2014 |

Anexo V - Modelo de Proposta.pdf

MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados e oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|--|--|-----|----------------------|-------------------|
| 1 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X % do Subtotal | 01 | R\$ | R\$ |
| | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol e Gasolina (comum e aditivada) | 01 | R\$ 203.881,22 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 01 | R\$ 697.834,44 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla-32 | 01 | R\$ 6.622,32 | R\$ 6.622,32 |
| | SUBTOTAL (subitem 1.2 + subitem 1.3 + subitem 1.4) | | | R\$ 908.337,98 | R\$ 908.337,98 |
| | TOTAL DO ITEM 01 (subitem 1.1 + subitem 1.2 + subitem 1.3+ subitem 1.4) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 01: R\$ _____ (por extenso)

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|---|--|-----|----------------------|-------------------|
| 2 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X% do subitem 2.2 | 01 | R\$ | R\$ |
| | 2.2 | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de Peças e acessórios de reposição. | 01 | R\$ 872.250,02 | R\$ 872.250,02 |
| | TOTAL DO ITEM 02 (subitem 2.1 + subitem 2.2) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 02: R\$ _____ (por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, **QUE CONSIDERAMOS**, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor dos serviços; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** os encargos incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

(Local), de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

| | | |
|--|--------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
| 23/2024 | ROSANA MEDEIROS FERREIRA | 25/04/2024 11:47 |
| Objeto da Matriz de Riscos | | |
| Contratação, em caráter emergencial, de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota | | |

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---|-----------------------|--|------------------------|---------|
| R-01 | Contratação não ocorrer no período previsto | Atraso nos procedimentos internos e externos | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da execução contratual | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Elaboração dos documentos do processo licitatórios de contratação seguindo as normas vigentes. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-02 | Empresa vencedora não assinar contrato | Participante não prestar a devida atenção ao objeto que está sendo licitado | Seleção do Fornecedor | Contratada | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da prestação dos serviços | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Setor demandante deixar claro qual o objeto que está sendo licitado | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-03 | Cortes orçamentários | Ministério decidir por contingências ou mesmo diminuir os custos das instituições vinculadas ao MEC | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Redução do quantitativo de serviços a serem contratados e consequentemente necessidade de adaptação dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Revisão do custo de outros contratos | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Corte do orçamento de outras contratações. | | | Responsável: LILIANA VIEIRA DE BARROS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-04 | Falha na execução contratual | Descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratada | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Fiscalização permanente quando da execução e quando do pagamento da nota fiscal. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificações à contratada para providências quanto as regularizações | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|-----------------------------|--------------|---------------------------------------|------------------------|---------|
| R-05 | Preço estimado inadequado e/ou preço elevado | Falha na pesquisa de preços | Planejamento | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Contrato superfaturado ou subestimado e licitação deserta ou fracassada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Atenção redobrada para a escolha dos itens pesquisados | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação dos valores, nova pesquisa | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-06 | Atraso na medição dos serviços | Não envio da documentação para faturamento | Gestão de Contrato | Contratada | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no faturamento da contratada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Conscientizar a contratada dos prazos para envio da documentação | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Apurar responsabilidade da falta de envio dos dados | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|--|------------------------|---------|
| R-07 | Serviço paralisado | Contratada deixar de prestar o serviço | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Interrupção da prestação dos serviços, ocasionando prejuízos às atividades administrativas, pedagógicas e didáticas. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar contratação emergencial | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação das quantidades. | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---------------------------------------|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-08 | Em caso de descumprimento, não haver sanções | Má gestão e fiscalização do contrato. | Gestão de Contrato | Administração | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Cumprir, mediante normativa interna, os ritos do processo administrativo disciplinar. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ROSANA MEDEIROS FERREIRA
Membro da comissão de contratação

LILIANA VIEIRA DE BARROS

Pró-reitora de Gestão Administrativa

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Membro da comissão de contratação

Anexo VII - Modelo de IMR.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. CARACTERIZAÇÃO

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.
- 1.2. O Instrumento de Medição de Resultados é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.
- 1.3. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de gerenciamento do fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
- 1.4. O relatório de qualidade será gerado por meio da nota obtida na avaliação periódica realizada pelo servidor responsável ou pela comissão.
- 1.5. O Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme IMR, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 1.6. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados. As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.
- 1.7. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no IMR, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na contratação.
- 1.8. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
- 1.9. Os aspectos considerados no IMR referem-se especificamente às ocorrências técnicas, ou seja, relacionadas à qualidade esperada dos serviços. Ocorrências diversas deverão ser enquadradas nas hipóteses de aplicação de penalidades previstas na contratação.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

- 2.1. O procedimento de avaliação técnica dos serviços será realizado periodicamente pela Fiscalização, gerando relatórios de prestação de serviços executados. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro.
- 2.2. O mecanismo de cálculo será a apuração da quantidade de ocorrências para a determinação do percentual da glosa/desconto correspondente do valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao período objeto de avaliação.
- 2.3. O responsável pela Fiscalização deverá emitir o relatório de avaliação de IMR encaminhando à Contratada e à Administração, para fins de verificação do valor de pagamento.
- 2.4. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de ocorrência de fato fortuito ou de força maior), conforme Instrução Normativa - IN SEGES/MPDG nº 005/2017.
- 2.5. Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização indicará a glosa correspondente na fatura corresponde ao serviço avaliado.
- 2.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 2.7. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.
- 2.8. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

| INDICADOR Nº 01 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | | |
|---|--|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir o abastecimento dos veículos e a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | 2 pontos por ocorrência |
| Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | 3 pontos por ocorrência |

| INDICADOR Nº 02- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | | |
|---|---|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | 2 ponto por ocorrência |
| Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | 3 pontos por ocorrência |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO | | | |
|--|--|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 01 | Execução dos Serviços de Abastecimento | | |
| 1.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | | |
| 1.2. Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 1.3. Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | | |
| 1.4. Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | |
|---|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE ABASTECIMENTO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO | | | |
|--|-------------------------------------|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 2 | Execução dos Serviços de Manutenção | | |
| 2.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | | |
| 2.2. Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 2.3. Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | | |
| 2.4. Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | |
|--|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE MANUTENÇÃO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS

| | | |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|
| Contrato nº | Empresa: | Mês/ano de referência: |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|

[illegible]

Anexo VIII - Estudo Tecnico Preliminar 4_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.032124/2024-81

2. objeto

2.1. Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3. Descrição da necessidade

3.1. O objeto da contratação proposta tem por finalidade possibilitar a adequada realização das atividades meio e fim da instituição, tendo em vista que comumente estas atividades estão relacionadas à necessidade de transporte de bens, documentos e pessoas (docentes, discentes e colaboradores eventuais).

3.2. A mencionada contratação é imprescindível para garantir a continuidade do serviço de gerenciamento de frotas, em virtude da iminente finalização do contrato atual nº 31/2023. Dessa forma, busca-se com a nova contratação evitar a interrupção do serviço de gerenciamento de frota, tendo em vista que o referido contrato se encerra em 13 de junho de 2024.

3.3. Os veículos constituem ferramentas indispensáveis às atribuições da Instituição, se fazendo necessária a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, como também a aquisição de combustíveis para os seus abastecimentos. A contratação de sistema de gerenciamento de frotas, possibilita à Administração Pública efetuar gestão com maior qualidade e economicidade, visto que pelo sistema informatizado atende-se de forma mais satisfatória aos princípios da transparência, controle e eficiência.

3.4. A contratação visa garantir que os veículos da frota da Universidade Federal de Pernambuco tenham as condições essenciais para operar com segurança. Dessa forma, é fundamental dispor de uma rede credenciada de oficinas mecânicas e postos de combustíveis em todo o território nacional, especialmente nas cidades em que a UFPE está presente. Essas condições são indispensáveis para atender às demandas relacionadas às áreas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e esportes, considerando que essas atividades envolvem viagens para diversos estados do país, conforme demonstrado nos documentos 3 e 4 do processo nº 23076.032124/2024-81.

3.5. Assim, os serviços mecânicos preventivos e corretivos da frota de veículos e de fornecimento de combustíveis poderão ser realizados em diferentes pontos do País por intermédio de uma rede de oficinas mecânicas de âmbito nacional, obtendo serviços de manutenção e peças automotivas de qualidade e procedência, com o controle destes procedimentos. Dentre os serviços podemos destacar o fornecimento de peças de reposição, pneus, acessórios, lubrificantes, reboque e lavagem, abastecimento de veículos e equipamentos automotores de sua propriedade.

3.6. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mantém uma frota própria de veículos oficiais para atender às demandas institucionais. No entanto, devido à idade avançada da frota, tem sido necessário lidar com frequentes necessidades de manutenção, resultantes do tempo de uso, o que ocasiona recorrentes intervenções corretivas. Para garantir a regularidade dos serviços de transporte e proporcionar condições mais adequadas aos diversos usuários, têm sido adotadas soluções complementares, como o uso de serviços de transporte por aplicativo, o TáxiGov e a locação de veículos. Contudo, apesar dessas alternativas, elas não têm sido suficientes para atender

plenamente à demanda de transporte da Universidade. Como resultado, a maior parte das solicitações continua sendo atendida pela frota própria da instituição.

3.7. Desse modo, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade do serviço de gerenciamento de frota, que contemple o abastecimento de combustíveis dos veículos da frota oficial e dos motores geradores de energia da Instituição em postos conveniados à empresa a ser contratada, bem como a manutenção dos veículos da frota própria da universidade em oficinas mecânicas credenciadas, com implantação de sistema informatizado e integrado.

3.8. Os serviços relativos à abastecimento dos motores dos geradores de energia da unidade também foram inseridos neste Estudo Técnico Preliminar, em decorrência da necessidade de se manter em bom funcionamento os equipamentos da UFPE nos casos de ocorrência de ausência de energia em nossas instalações.

3.9. O gerenciamento da frota (abastecimento e manutenção) é uma atividade de execução indireta e contínua, uma vez que não há mão de obra especializada disponível no quadro funcional da Universidade. Esta modalidade de prestação de serviços é respaldada pela IN Nº 5, de 26 de maio de 2017. Essa prestação de serviço desempenha um papel crucial na garantia da disponibilidade contínua dos veículos da universidade. Isso é fundamental para evitar interrupções nas atividades que dependem do transporte fornecido pela instituição, ocasionadas pela falta de manutenção e abastecimento adequado da frota.

3.10. Os serviços a serem contratados são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estabelecido no inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021 e descritos neste Estudo Técnico Preliminar. Tais serviços estão em conformidade com os requisitos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constituindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, e não incluídas nas categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não se enquadrando em nenhuma das atividades vedadas pelo artigo 9º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

3.11. Logo, este serviço se enquadra na definição de serviço comum conforme a Lei 14.133/2021 e é de natureza continuada, sendo indispensável para apoiar a realização das atividades essenciais necessárias para cumprir a missão institucional.

3.12. Portanto, a contratação em tela é justificada pela necessidade de garantir a segurança dos usuários dos veículos da frota da UFPE e do dever de primar pela conservação do patrimônio público e pelo atendimento de qualidade para comunidade acadêmica da Instituição.

3.13. Diante do exposto, considerando que a finalização do contrato nº 31/2023 acarretará na suspensão das atividades de transportes da UFPE, faz-se necessária a realização de contrato emergencial para garantir a continuidade da prestação de serviços até que seja finalizado, pela UFPE, o processo de licitação nº 23076.024971 /2024-85.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-------------------------------|
| 4.1. Coordenação de Transportes da Diretoria de Gestão de Bens e Serviços (DGBS/PROGEST) da Universidade Federal de Pernambuco. | 4.2. Felipe Tadeu de Hollanda |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

5.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

5.1.3. Não ter sido condenada judicialmente, a empresa vencedora e seus dirigentes, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, conforme preconiza a Lei 14.133/2021.

Subcontratação

5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

5.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail ctrans.progest@ufpe.br.

5.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.9.1. Caso realize a vistoria, a empresa participante será atestada pela contratante, conforme modelo do anexo I.

5.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme anexo II.

5.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Os cenários identificados para a contratação pretendida estão dispostos conforme tabela abaixo e a análise de cada um deles nos itens seguintes:

Descrição da Solução (ou cenário)

| Descrição da Solução (ou cenário) | |
|-----------------------------------|---|
| 01. | Contratação de empresa especializada no gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado. |
| 02. | Contratação de oficinas e postos específicos para prestação dos serviços de manutenção e abastecimento |
| 03. | Contratação de empresa especializada em mão de obra de mecânica (para instalação de equipe nos campi) e aquisição de combustíveis e de peças do material necessário para as manutenções |

6.2. Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas:

6.2.1. Os projetos recentes para contratação dos serviços de abastecimento e manutenção, realizados por órgãos públicos na Administração Pública foram:

| Pregão | Órgão | Objeto | Solução adotada |
|---------|--------|---|-----------------|
| 132023 | 92859 | Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustível - Gasolina Comum, através de postos credenciados, por intermédio de um sistema informatizado mediante cartão eletrônico, para atender à frota de veículos da Companhia de Gás do Pará, conforme especificações técnicas do Anexo I – Termo de Referência TR. DAF.062.23. | 01 |
| 392023 | 982603 | Contratação de serviços para implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, integrado de gestão de frota de veículos, com vistas ao fornecimento contínuo de combustíveis, através da tecnologia de cartão, com rede de estabelecimentos credenciados. | 01 |
| 92023 | 389094 | Contratação de serviço de Gestão de Frota Pública combinando abastecimento de combustíveis e correlatos, mediante uso cartão de cartão magnético, e fornecimento de manutenção mecânica preventiva/corretiva com substituição de peças para frota automotiva, náutica, agrícola e estacionária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. | 01 |
| 32023 | 925302 | Controle de abastecimento de veículos - CONTRATAÇÃO do serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, de gestão de frota com a aquisição de combustíveis, através da tecnologia de cartão eletrônico, para os veículos automotores relativos ao abastecimento da frota própria e locada, bem como outros que vierem a ser incorporados à frota na vigência do contrato. Conforme Termo de Referência. | 01 |
| 22023 | 135587 | Contratação de prestação de serviços de gestão de frota de veículos por meio do fornecimento de peças, serviços, combustíveis (gasolina comum, diesel aditivado, diesel S-10 e diesel comum) e óleos lubrificantes para atender a necessidade da Superintendência Regional da CONAB RR e Unidade Armazenadora Boa Vista (U.A. BOV), conforme especificações, quantidades, exigências e condições, estabelecidas no Termo de Referência. | 01 |
| 2413023 | 927996 | O presente objeto trata-se da escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços visando a contratação de empresa especializada no serviço de administração, gerenciamento e controle de frota para abastecimento com todos os tipos de combustíveis, lubrificantes, aditivos e derivados—dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, lavagem/higienização veicular em geral, com fornecimento de | 01 |

| | | | |
|--------|--------|--|----|
| | | peças, equipamentos e acessórios, de forma continuada, conforme Termo de Referência. | |
| 182023 | 927996 | O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Gerenciamento Informatizado de Frota de Veículos, mediante rede credenciada para fornecimento dos seguintes produtos e serviços: Manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, serviços e mão de obra. | 01 |

6.3. Alternativas de mercado

6.3.1. Após pesquisa no painel de preços e sítios da internet foram identificadas diversas empresas que fornecem o serviços de abastecimento e manutenção, conforme demonstrado abaixo:

| CNPJ | Fornecedor |
|---------------------|--|
| 28.008.410/0001-06 | Bamex Consultoria em Gestão empresarial Ltda |
| 45.417.739/0001-31 | Fast Supre Consultoria e Intermediacoes LTDA |
| 08.469.404/0001-30 | Carletto Gestao de Servicos LTDA |
| 25.165.749/0001-10 | Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli- ME |
| 05.340.639/0001-30 | Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda |
| 47.866.934/0001-74 | Ticket Serviços S.A. |
| 12.039.966/0001-11 | Link Card Administradora de Benefícios LTDA |
| 27.284.516/0001-61 | Maxifrota Servicos de Manutencao de Frota Ltda |
| 69.034.668/0001-56 | Sodexo Pass do Brasil Servicos e Comercio S.A. |
| 17.668.689/0001-20 | Concierge Blindado Servicos Automotivos Ltda |
| 00.604.122 /0001-97 | Trivale Administração Ltda. |
| 08.201.104/0001-76 | Petrocard Administradora de Crédito Ltda. |
| 00.904.951/0001-95 | Policard Sistemas e Serviços Ltda. |
| 20.217.208/0001-74 | GOLDI SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA |
| 33.546.628/0001-46 | Multiorçamentos Solução para sua demanda |
| 01.667.155/0001-49 | NP3 Comércio e Serviços Ltda |
| 06.048.539/0001-05 | S.H. Informática Ltda |

6.3.2. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6.4. Análise da viabilidade das soluções

6.4.1. Solução 01 - Contratação de empresa especializada no gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção)

6.4.1.1. A gestão informatizada da frota de veículos tem sido cada vez mais utilizada por órgãos e entidades públicas e consiste na contratação de empresa privada que ofereça sistemas informatizados e credenciamento de empresas para prestação de serviços de fornecimento de combustível e manutenção veicular.

6.4.1.2. É usual, em toda a Administração Pública, a contratação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis, assim como, o módulo de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, em consonância com os critérios adotados, onde estão incluídos os pagamentos pelos serviços prestados em cada local de execução e pelos materiais efetivamente empregados. Este tipo de contratação é mais vantajoso para frotas com grande número de veículos e que também possuam uma frequência maior de viagens intermunicipais, como é o caso da UFPE.

6.4.1.3. Após considerar diversas fontes e analisar contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que atendam de forma mais eficaz às necessidades da Administração, juntamente com o histórico de contratação de serviços de gerenciamento de frota pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sustentado nas informações apresentadas

neste instrumento, constatou-se que a contratação de serviços de gerenciamento de frota, com a implementação de um sistema informatizado e integrado é a opção mais adequada para atendimento das necessidades da Administração.

6.4.1.4. Essa solução inclui relatórios detalhados, permitindo o monitoramento constante e eficiente da frota, oferecendo insights sobre o uso dos veículos, custos de manutenção e consumo de combustível. Os relatórios detalhados ajudam a identificar áreas onde os custos podem ser reduzidos, enquanto a possibilidade de comparar orçamentos garante que os serviços sejam adquiridos ao menor custo possível e permitem uma maior transparência na gestão dos veículos, facilitando a prestação de contas e a tomada de decisões.

6.4.1.5. Além disso, a possibilidade de realizar vários orçamentos diferentes para serviços ou peças permite comparar preços e escolher a opção mais econômica sem comprometer a qualidade. Isso ajuda a reduzir custos e maximizar o orçamento disponível.

6.4.1.6. A prestação dos serviços por empresas especializadas no gerenciamento de frota abrange o serviço de Guincho e socorro mecânico 24 horas. Ter acesso a serviços de guincho e socorro mecânico 24 horas garante que os veículos da frota recebam assistência rápida em caso de problemas na estrada, minimizando o tempo de inatividade e garantindo a segurança dos motoristas e passageiros e proporcionam uma resposta rápida a qualquer problema, mantendo a frota em operação e garantindo a continuidade das atividades da universidade.

6.4.1.7. O sistema de gerenciamento do fornecimento de serviço de abastecimento e manutenção oferece benefícios significativos em termos de eficiência, economia, agilidade e qualidade no atendimento, contribuindo para a segurança e durabilidade dos veículos. Isso resulta em uma frota mais bem gerida e uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

6.4.1.8. A contratação de empresa de âmbito nacional especializada em gerenciamento de frota com fornecimento de serviços de oficinas mecânicas e manutenção correlata de qualidade e comprovada procedência, proporcionará agilidade e mobilidade às ações desenvolvidas pela UFPE. Essa medida será de grande utilidade durante os deslocamentos dos veículos para atender às metas estabelecidas pela instituição.

6.4.2. Solução 02 - Contratação de oficinas e postos específicos para prestação dos serviços de manutenção e abastecimento

6.4.2.1. Nessa modalidade são contratadas diretamente as empresas que executarão os serviços de abastecimento e manutenção, ou seja, os postos e as oficinas. Essa modalidade é mais recomendada em órgãos que contam com uma quantidade reduzida de veículos e que realizam em sua maioria serviços dentro do município, por isso, não se aplica a UFPE. Sendo assim, dentro desse contexto seria necessário a realização de uma grande quantidade de contratos com postos e oficinas distribuídas em todo território nacional.

6.4.2.2. Nesse sentido, quanto a possibilidade de contratação direta com um grande número de postos de abastecimentos, oficinas mecânicas e lojas de autopeças, esta representaria desperdício de recursos pela manutenção de inúmeros instrumentos contratuais formalizados. Além disso, tornaria inviáveis o gerenciamento efetivo e a padronização de procedimentos.

6.4.3. Solução 03 - Contratação de empresa especializada em mão de obra de mecânica (para instalação de equipe nos campi) e aquisição de combustíveis e de peças do material necessário para as manutenções

6.4.3.1. Essa modalidade apresenta desvantagens que tornam essa solução inviável, conforme detalhado a seguir:

6.4.3.1.1. Dependendo da disponibilidade de mecânicos e da entrega de peças e combustíveis, pode haver atrasos e interrupções nos serviços de manutenção que pode resultar em períodos de inatividade dos veículos, afetando as operações da instituição.

6.4.3.1.2. A quebra de veículos durante uma viagem pode interromper completamente as atividades do evento em andamento, especialmente se não houver veículos de reserva disponíveis ou se o tempo de reparo for extenso. Além disso, dependendo da distância entre o local da quebra, pode haver atrasos significativos na chegada do mecânico ou de serviços de reboque para realizar manutenções ou reparos de emergência, o que pode ser custoso devido aos gastos com viagem, hospedagem e logística.

6.4.3.1.3. Manter um estoque adequado de peças de reposição para veículos antigos pode ser desafiador devido à variedade de peças e à incerteza sobre quais serão necessárias. A imprevisibilidade das peças que podem quebrar nos veículos pode levar a interrupções imprevistas nas operações, pois pode ser difícil antecipar quais reparos serão necessários em determinado momento. Consequentemente, os veículos podem requerer peças de reposição que não estão prontamente disponíveis na Instituição e cujo processo de aquisição pode ser demorado.

6.4.3.1.4. Outro problema dessa modalidade é a impossibilidade de armazenamento do combustível, haja vista que a UFPE não dispõe de local, tanques, caminhões, nem mesmo efetivo, especializados para o seu transporte e distribuição. Além disso a Universidade não possui contrato vigente com esse fim ou mesmo habilitação para atuar nesse campo. Dessa forma, considerando as características dos itens que compõem o rol da aquisição pretendida e, devido a natureza e especificidade do objeto "combustível", o seu armazenamento seria inviável.

6.4.3.1.5. Ainda como desvantagem desse cenário está a necessidade de prestar serviço de manutenção corretiva e preventiva dos diversos veículos que compõem a frota da UFPE que podem estar distribuídos em todo território brasileiro, no atendimento as requisições de transporte para cumprimento da missão institucional, relacionada as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e esportes.

6.4.4. Conclusão da Análise da Viabilidade

6.4.4.1. Após avaliação de diversas contratações similares e considerando a variedade de opções disponíveis para a presente contratação, concluímos que o modelo atualmente adotado de contratação de empresa especializada no serviços de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) é o mais adequado à realidade da UFPE, pelos seguintes motivos:

6.4.4.1.1. A empresa contratada oferecerá agilidade, mobilidade e segurança nas ações desenvolvidas pela UFPE, dando suporte necessário nas assistências emergenciais de manutenção, durante os deslocamentos dos veículos para atender os objetivos da instituição, mantendo um fluxo contínuo de mobilidade para todas as atividades da UFPE, sem interrupções ou atrasos.

6.4.4.1.2. Trata-se da solução mais vantajosa para frotas com grande número de veículos e frequência maior de viagens intermunicipais e interestaduais, como o caso da UFPE.

6.4.4.1.3. A gestão informatizada da frota de veículos tem sido amplamente adotada por órgãos públicos, demonstrando sua eficácia e eficiência na gestão de frotas.

6.4.4.1.4. A referida solução contemplará a implantação e operacionalização de um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilitará o acompanhamento do fornecimento de combustível, bem como as solicitações de ordens de serviço de manutenção, propiciando à contratante gestão e controle detalhado das informações atualizadas e precisas, demonstrando-se ferramenta adequada e eficaz para para o acompanhamento detalhado dos serviços prestados suporte ao gerenciamento e controle dos processos, informações e operações relacionadas à Frota.

6.4.4.1.5. A contratação de uma empresa especializada permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, possibilitando a obtenção de orçamentos competitivos de diversos fornecedores e facilitando a negociação de descontos nos serviços de manutenção inicialmente previstos. Além disso, essa prática promove a economia de custos operacionais e logísticos, resultando em um uso mais eficaz dos recursos financeiros públicos.

6.4.4.2. Portanto, considerando os benefícios oferecidos pela empresa especializada no serviços de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção), sua implementação se mostra como a escolha mais adequada e eficaz para atender às necessidades de gestão da frota da UFPE, garantindo a eficiência das operações e o melhor uso dos recursos públicos disponíveis.

7. Descrição da solução como um todo

Sistema de Administração e Gerenciamento de Frota

7.1. A solução pretendida abrange a prestação do serviço de administração e gerenciamento para aquisição de combustível e a realização de manutenções veiculares junto à rede de estabelecimentos credenciados em todo o território nacional.

7.2. O software da Contratada deverá ser capaz de consolidar todas as informações relacionadas ao objeto contratado e manter histórico de todas as operações e levantamentos efetuados, sem restrições de bases, prazos e /ou outras, propiciando completo controle e organização.

7.3. Destina-se ao atendimento dos veículos da Universidade Federal de Pernambuco, considerando a frota atual, os motores geradores de energia e os veículos adquiridos ao longo da vigência da contratação, ou que estejam cedidos, transferidos ou que estejam na posse legal da Instituição.

7.4 A contratada deve implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado e integrado em ambiente de produção na web, para acompanhamento de fornecimento de combustível e solicitações de Ordens de Serviço de Manutenção, propiciando o gerenciamento e o controle dos processos, informações e operações relacionadas à Frota da Contratante de forma compartilhada.

7.5. Preliminarmente à execução de quaisquer serviço de manutenção, deverão ser providenciados por intermédio da Contratada e suas credenciadas, no mínimo, 03 (três) orçamentos/cotações com o objetivo de serem analisados, devendo ser autorizado o de menor valor pelo setor competente do contratante. Tal exigência poderá ser dispensada em casos urgentes, devidamente justificados ou em serviços obrigatórios na rede de concessionárias autorizadas por motivo de garantia do veículo. Logo após a realização da cotação pela primeira credenciada, todas as demais credenciadas deverão ter acesso a relação de peças ou serviços a serem prestados, que estarão disponibilizados no software instalado, a fim de que também possam ofertar seus preços.

7.6. O sistema web da Contratada deve promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários. Também deverá ser requisito dessa ferramenta: gerenciar custos, gerenciar saldos, controle de limites de cada veículo/motores geradores de energia, responsabilidades e transações de fornecimentos de combustíveis, emissão, recuperação de senhas de usuários e veículo/motores geradores de energia, etc.

7.7. O histórico das operações deve ser armazenado e de fácil consulta pela contratante durante a vigência contratual, bem como, ao término do contrato, deve ser disponibilizado pela contratada em planilha eletrônica. O sistema deve sempre informar, de forma ordenada e clara, os valores já gastos com fornecimento de combustíveis, manutenções realizadas e outros serviços, por veículo/motores geradores de energia.

7.8. O sistema de gerenciamento de frota deve possibilitar a inclusão ou exclusão de veículos das frotas a critério do órgão contratante. Além disso, o sistema deve permitir alerta via e-mail, em tempo real, de solicitação de aprovação das Ordens de Serviço, pedido de reparação do veículo, solicitação de cotação, negociação de orçamento.

7.9. Será fornecido, sem ônus à contratante, a licença de uso de software que viabilize a utilização desse sistema, bem como das atualizações que nele vierem a ser implementadas.

7.10. A contratada deve disponibilizar o software para as empresas credenciadas, para viabilizar a prestação dos serviços ou o fornecimento das peças ou combustíveis necessários à demanda da contratante.

7.11. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação pela UFPE, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

7.12. Após a realização de uma transação de fornecimento de combustíveis ou de manutenções, o banco de dados deve ser atualizado automaticamente e imediatamente, mantendo sempre os valores reais gastos e ainda disponíveis, a fim de permitir controle efetivo e sistêmico da frota gerenciada.

Cadastro e Gerenciamento de Estabelecimentos

7.13. A prestação de serviços de administração e gerenciamento para fornecimento de combustíveis, manutenção e afins junto a rede credenciada de estabelecimentos para atender todos os veículos e motores geradores de energia Universidade Federal de Pernambuco, com abrangência nacional deverá ocorrer, obrigatoriamente, em toda Unidade da Federação.

7.14. A contratada deve realizar o cadastro de estabelecimentos prestadores do serviço de abastecimento e manutenção veicular em sua plataforma.

7.15. A contratada também deve permitir que novos estabelecimentos sejam cadastrados no sistema a pedido da gestão do contrato, visando assim aumentar o leque de possibilidades, bem como proteger a administração pública de uma possível escolha seletiva de estabelecimentos prestadores dos serviços de abastecimento e manutenção veicular.

7.16. A contratada deve comprovar, no prazo de 30 dias após a emissão da ordem de serviços, que possui a rede credenciada ou habilitada mínima conforme estabelecido. Para isso, deve apresentar:

7.16.1. Uma lista de postos de combustíveis credenciados e comprovar a existência de, no mínimo, três postos localizados a uma distância máxima de 10 km das unidades fixas dos três campi da Universidade Federal de

Pernambuco (Campus Recife, Campus do Agreste em Caruaru e Campus Vitória de Santo Antão). Além disso, deve comprovar a existência de pelo menos um posto de combustível a cada 250 km ao longo das rodovias federais.

7.16.2. Uma lista de oficinas credenciadas e comprovar atendimento em todo o território nacional. Cada município com campus da contratante (Campus Recife, Campus Acadêmico do Agreste em Caruaru e Campus Vitória de Santo Antão) deve ter, no mínimo, três oficinas credenciadas.

7.17. A Contratada deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços em toda Unidade Federativa, podendo ser acrescidas outras localidades, sempre que solicitado, conforme necessidade da Contratante em até 10 dias úteis:

7.17.1. Caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório;

7.17.2. Para realização de serviços de revisão obrigatória em concessionárias oficiais das marcas a título de cumprimento da garantia de fábrica dos veículos;

7.17.3. Caso haja necessidade de ampliação de atendimento por parte da Contratante; ou

7.17.4. Por quaisquer outras questões apontadas pela Contratante, necessárias a melhoria de seu atendimento;

7.18. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante em alguma localidade referenciada nos itens anteriores, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data-limite estabelecida para credenciamento da rede, ou, a posteriori, sob provocação da Contratante. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

Redes Credenciadas

7.19. A contratada deverá operar o abastecimento e a manutenção automotiva, propriamente dita, por intermédio de rede credenciada (inúmeros estabelecimentos distribuídos em todo o território nacional), prática de mercado amplamente adotada por diversos fornecedores, além de observar e cumprir todas as condições previstas no Instrumento convocatório da licitação e seus anexos.

7.20. Em se tratando de serviço de natureza continuada jamais deve haver interrupção dos serviços sem comunicação prévia à contratante, independentemente de avisos automáticos no sistema.

7.21. A Contratada deverá apresentar sua rede credenciada, sendo que não pode haver restrição, particionamento ou limitação no atendimento a Contratante, sob pena de sofrer as sanções previstas em edital.

7.22. A fim de promover total clareza quanto ao item anterior, observa-se que a rede credenciada pela contratada deve ser utilizada, pela Contratante, de maneira irrestrita, não podendo existir estabelecimento relacionado como credenciado, porém não disponível para uso da Contratante (rede restrita).

7.23. A contratada deverá relatar, à contratante, toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

7.24. A contratada é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados pelo valor efetivamente consumido. A contratante não responde, em nenhuma hipótese, nem solidária, nem subsidiariamente, por esse pagamento.

7.25. A contratada deve responsabilizar-se por eventuais danos que possam ocorrer com os veículos oficiais da contratante em quaisquer dos estabelecimentos de sua rede credenciada quando da prestação de serviços a estes veículos.

7.26. A Contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

7.26.1. Possuir microcomputador, impressora e acesso à Internet;

7.26.2. Estar apta a emissão de notas fiscais eletrônicas de forma separada por frota de cada Unidade Macro Demandante envolvida na contratação, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.

7.27. A Contratada será a única responsável por garantir que os postos credenciados atendam às exigências descritas nos subitens supra.

7.28. A rede de postos de combustíveis e oficinas credenciados e disponibilizados pela CONTRATADA deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços.

7.29. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.30. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a contratante e tais prestadores de serviço.

Abastecimentos

7.31. Os postos conveniados com a contratada deverão fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação de aquisição de combustível no ato do abastecimento.

7.32. A contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá, no mínimo, os seguintes combustíveis:

7.32.1. Gasolina: do tipo comum ou aditivada.

7.32.2. Etanol: do tipo comum, automotivo.

7.32.3. Diesel: do tipo comum ou S10.

7.32.4. Arla 32.

7.33. Cada um dos estabelecimentos deverá dispor de equipamentos e mão-de-obra apropriados para a execução dos fornecimentos aos quais se destinam.

7.34. Quando do abastecimento de veículos ou motores de geradores de energia, será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo, marca, modelo, cor, ano e placa; data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e descrição.

Cartões Magnéticos personalizados ou dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para fins de abastecimento

7.35. A contratada deve fornecer, sem custo adicional, cartões magnéticos personalizados, dispositivos de tag ou tecnologia equivalente ou superior para cada veículo da contratante, incluindo a respectiva senha de uso, se aplicável, para fins de abastecimento para pronta utilização, inclusive cartões ou dispositivos do tipo coringa (mestre). O prazo para entrega dos cartões ou dispositivos ao contratante é de 10 (dez) dias a partir da solicitação. Em caso de acréscimo na frota da contratante, o fornecimento de novos cartões ou dispositivos será realizado gratuitamente.

7.36. A contratada deve disponibilizar um sistema que ofereça à contratante a opção de consulta e controle contínuo do uso dos cartões ou dispositivos de abastecimento, permitindo o bloqueio e desbloqueio imediato, conforme necessário.

7.37. A contratada deve substituir cartões ou dispositivos de abastecimento com defeitos ou falhas tecnológicas, bem como cartões ou dispositivos extraviados ou danificados, sem custo para o contratante. A substituição deve ser realizada em um prazo máximo de 10 dias úteis após a solicitação.

Manutenções

7.38. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados para os três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão), devendo promover o credenciamento de outros, quando a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais as seguintes especialidades: Mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando:

a) Manutenção Preventiva: Serviços realizados antes da efetiva quebra, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou às recomendações da equipe da Coordenação de Transportes. São exemplos de manutenção preventiva:

- Troca e fornecimento de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas e cambagem;
- Reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, correias de alternador/gerador, etc;
- Substituição de itens do motor;
- Serviços de lubrificação, troca de óleo e filtros;
- Serviços de instalação e manutenção em acessórios
- Limpeza de motor e bicos injetores;
- Regulagens de bombas e bicos injetores;
- Limpeza, higienização de veículos;
- Serviços de manutenção e aferição de tacógrafos (apenas para veículos pesados);
- Revisão de fábrica;
- Outros serviços constantes no manual dos veículos.

b) Manutenção Corretiva ou Pesada: Serviços realizados após a quebra, compreendendo todos os serviços executados em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

- Serviços de retífica de motor;
- Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- Serviços de instalação elétrica e eletrônica;
- Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- Substituição de para-brisa, sinaleira e farol;
- Capotaria;
- Tapeçaria (estofamento dos bancos, carpetes, tapetes e demais acessórios);
- Borracharia;
- Chaveiro;
- Funilaria e pintura;
- Serviços no sistema de arrefecimento;
- Serviços no sistema de ar-condicionado;
- Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular.

c) Reboque de Veículos (Assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território estadual -A Assistência de prestação de socorro tem o objetivo de atender necessidade de institucionalizar o procedimento de remoção de veículos até a prestadora de serviço de manutenção contratada ou, se for o caso, remover o veículo para o estacionamento do órgão contratante.

d) Serviços de socorro mecânico (assistência 24h) em caso de pane, em todo território nacional.

e) O rol dos serviços, exemplificativos não excluindo nenhum outro serviço necessário para o bom funcionamento do veículo, segue abaixo:

| | |
|------------------------|---|
| Mecânica Geral | Consiste em serviços de mecânica e motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bamba e bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem e outros serviços afins. |
| Lanternagem | Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e outros serviços afins. Estão aqui também compreendidos os serviços de recuperação de baús de motocicletas, confeccionados em fibra de vidro. |
| Pintura/Estufa | Consiste em serviços de pintura automotiva, externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivagem de caracterização dos veículos e outros serviços afins. |
| Capotaria /Carpintaria | Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e outros serviços afins. Estão aqui também compreendidos os serviços de recuperação do revestimento interno de madeira dos veículos de carga. |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Sistema Elétrico | Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização, e outros serviços afins. |
| Sistema Hidráulico | Consiste em serviço de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros). |
| Borracharia Completa | Consiste em remendos, em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e outros serviços afins. |
| Balanceamento, Alinhamento e Cambagem | Consiste em serviços de regulação do sistema de rodagem do veículo e outros serviços afins. |
| Suspensão | Consiste nos serviços de substituição e/ou conserto de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e outros serviços afins. |
| Instalação de Acessórios | Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto de equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança e combate a incêndios). |
| Vidraceiro | Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borracha dos vidros e portas e polimento dos para-brisas e outros serviços afins. |
| Chaveiro | Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins. |
| Ar Condicionado | Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e outros serviços afins. |
| Troca de Óleo | Consiste no serviço de troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com fornecimento do óleo e substituição dos elementos filtrantes (do ar, do combustível e do óleo lubrificante). |
| Reboque /Guincho | Consiste no serviço de remoção dos veículos avariados para os estabelecimentos credenciados. |
| Auto-socorro 24h | Consiste no envio de mecânico/ técnico capacitado para resolução do problema de avaria de veículo em viagem com os devidos materiais para solução do problema. |
| Lavagem | Serviço de lavagem periódica do veículo compreendido por: limpeza de pintura, limpeza interna, limpeza completa e ainda aplicação de cera conforme necessidade. |

7.39. Para os serviços de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão de frota, destinado à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, todas as transações podem ser realizadas online. Após a identificação da necessidade de manutenção, os serviços serão executados com prévia autorização, por meio da emissão de uma Ordem de Serviço (OS), via internet, aprovada pela Unidade Gestora através do sistema de gerenciamento informatizado.

7.40. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

7.41. Durante a realização do(s) serviço(s), o gestor terá acesso a todo o fluxo dos serviços por meio do sistema, desde a entrada, até a saída do veículo.

7.42. Caso, durante a execução dos serviços, sejam identificados outros defeitos que impliquem em aumento do orçamento original aprovado, o estabelecimento credenciado deve submeter um novo orçamento para aprovação da contratante antes de realizar o serviço.

7.43. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permita o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e centro de custo.

7.44. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos serviços de manutenção executados e o fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha aos fiscais designados pela administração.

7.45. As manutenções realizadas nos veículos da frota devem ter garantia mínima conforme o código de defesa do consumidor, permitindo assim maior qualidade no serviço e consequente conservação da frota.

7.46. Determinados veículos poderão necessitar que a sua manutenção preventiva ou corretiva seja efetuada em concessionária autorizada do respectivo fabricante do veículo, seja pela especificidade do serviço ou para fins de manutenção da garantia do veículo.

7.47. Para o montante das peças a serem substituídas, a CONTRATADA, através da rede credenciada, fornecerá, através do sistema eletrônico, via web, orçamento detalhado contendo a relação de peças e serviços, para apreciação da CONTRATANTE. A contratante definirá, a origem e a marca das peças a serem utilizadas, podendo optar entre peças genuínas, originais ou similares, considerando a qualidade e os preços de aquisição disponíveis no mercado.

7.48. A CONTRATADA através da rede/estabelecimento credenciado se obriga a devolver à CONTRATANTE todas as peças substituídas e/ou inutilizadas na embalagem da nova peça adquirida, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo, assim que o serviço for executado, e, antes da efetivação do pagamento daquele serviço.

7.49. Os pneus a serem trocados nos veículos da frota da UFPE deverão ser de primeira linha, novos, com certificação INMETRO do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) com classificação "C" em resistência ao rolamento e aderência à pista molhada e duas ondas em ruído externo; com garantia e sem possibilidade de serem recapados, reconicionados ou remendados salvo com autorizações do fiscal do contrato por escrito e seguindo instruções do fabricante do veículo.

7.50. Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo, marca, modelo, cor, ano e placa; data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; acessórios instalados (rádio/CD, etc.) descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; nome e assinatura das partes.

7.51. Constará necessariamente no formulário, que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), como também que sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria encontram-se em perfeito estado geral, sendo efetuadas no formulário ressalvas, no momento do recebimento do veículo pela CONTRATADA, caso haja alguma divergência ou avaria.

7.52. A devolução dos veículos submetidos à manutenção será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pela contratante.

Relatórios e Dados

7.53. O sistema de gerenciamento deve permitir a geração de relatórios cadastrais, operacionais, financeiros e gerenciais, para facilitar o controle das informações sobre os veículos da frota, com dados dos combustíveis, peças e acessórios fornecidos e da mão de obra utilizada, identificando o veículo, o responsável pelo acompanhamento, o estabelecimento, a data e o horário da transação.

7.54. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante:

7.54.1. Composição de frota de veículos, incluindo ano de fabricação, tipo, modelo, centro de custo, placas e demais dados de identificação.

7.54.2. Relação completa e discriminada dos estabelecimentos credenciados para abastecimento e manutenção.

7.54.3. Ordens de serviço cadastradas; comparativo dos valores negociados e histórico de orçamentos.

7.54.4. Registro de garantia de peças e serviços.

7.54.5. Tempo de imobilização do veículo.

7.54.6. Relatórios específicos dos serviços de abastecimento: por veículos, por posto de abastecimento, por data, por período, por lotação, por quilômetro, por tipo ou utilização do veículo e por tipo de combustível.

7.54.7. Relatórios específicos dos serviços de manutenção: separando peças e serviços, por veículo, por oficina, por data, por período, por lotação, por quilômetro, por tipo ou utilização do veículo e por tipo de serviço.

7.54.8. Custo global, custo dos serviços e custo das peças.

7.55. O sistema devem permitir a impressão da Ordem de Serviço de forma individual.

7.56. Os relatórios devem ser gerados com base em períodos previamente estabelecidos pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análises de gestão e exportação de dados para planilhas eletrônicas, como Excel, e em formato PDF. A ferramenta de suporte à geração de relatórios deve ser flexível, permitindo alterações, adequações, inclusões, exclusões e criação de relatórios distintos a partir da combinação de dados armazenados. Além disso, O contratante pode solicitar relatórios específicos para atender necessidades de controle da frota, desde que as solicitações sejam razoáveis e dentro dos objetivos definidos.

7.57. Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração, no sistema contratado, por parte da Contratante, sem restrições, desde a data da contratação.

Acesso e segurança

7.58. As informações, aplicações e banco de dados deverão ser mantidos em ambiente seguro com regras de acesso, perfis (login e senhas) e log de todas as tarefas executadas (quem, o que e quando).

7.59. A contratada deverá permitir o acesso ao sistema web de gerenciamento de frota, possibilitando a emissão de relatórios operacionais da Instituição bem como disponibilizar os dados registrados e contratados no sistema de gerenciamento da contratada e o acesso via web do banco de dados.

7.60. Os servidores responsáveis legalmente pela gestão de frotas terão acesso irrestrito a todas as informações relacionadas aos serviços prestados à Universidade Federal de Pernambuco. Eles serão responsáveis por definir a limitação do acesso aos motoristas, fiscais e demais servidores da Coordenação de Transportes para consulta, abastecimento de combustível, abertura de ordens de serviço de manutenção, entre outras atividades.

7.61. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de oficinas mecânicas credenciadas pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade desta a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

7.62. A contratada deve oferecer uma maneira de obter, recuperar ou trocar senhas através de seu site ou aplicativo, permitindo aos usuários fazer essas alterações por conta própria, seja para cartões/chips pessoais ou acesso aos sistemas, no caso de gestores e fiscais.

7.63. A base de dados deve ter backups diários. Todas as informações, embora armazenadas em sistema administrado pela contratada, são de propriedade da contratante. A contratada deve disponibilizar arquivos em formato XLS e PDF sempre que solicitado. A não disponibilidade dessas informações será considerada como uma falta, sujeitando a contratada a pagar uma multa máxima estabelecida no contrato.

7.64. Durante o período contratual, a guarda e administração das informações, será de total responsabilidade da Contratada, cabendo à mesma qualquer tipo de ressarcimento decorrente de perda parcial ou total das informações relacionadas ao Contrato.

7.65. Todas as informações adquiridas ou manuseadas durante o contrato são de uso exclusivo da contratante. O uso, doação ou venda dessas informações a qualquer outra parte está proibido, pois pertencem única e exclusivamente à Universidade Federal de Pernambuco.

7.66. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede de postos e oficinas, manutenção do sistema, treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura

está incluída nos valores estabelecidos no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela Universidade Federal de Pernambuco.

7.67. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias, conforme descrito no Item 5.1.3 do Termo de Referência.

7.68. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 5 dias conforme descrito no Item 5.1.3 do Termo de Referência, após informações prestadas pela Contratante.

7.69. Para a implantação do sistema não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos /motores geradores de energia, exceto se devidamente justificado e aprovado pelo Fiscal Técnico/Gestor do contrato.

Treinamento

7.70. A contratada deve oferecer treinamento aos gestores e fiscais indicados pela contratante, sem custos adicionais, para que possam utilizar o sistema de informação fornecido. Esse treinamento pode ser realizado de forma online ou presencialmente na sede da Coordenação de Transportes. Os custos associados a essa capacitação ficam a cargo da contratada.

7.71. Caso seja realizada alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou à distância ou de ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

7.72. A contratada também deve ministrar treinamento aos credenciados, proporcionando suporte desde o início até a duração do contrato, solucionando quaisquer dificuldades que possam prejudicar o atendimento à contratante. Além disso, deve realizar pesquisas semestrais de satisfação entre os credenciados e apresentá-las à contratante.

7.73. O treinamento para todos os gestores e usuários da Instituição envolvidos na utilização do sistema deve ser realizado de forma online ou presencial, no prazo máximo de 30 dias a partir da emissão da ordem de serviços, conforme descrito no item 5.1.3 do Termo de Referência.

Sustentabilidade

7.74. A contratada deverá adotar e exigir da rede credenciada a adoção de boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos assim como na redução de poluição ambiental, devendo atender, no que couber, aos critérios constantes na IN SLTI nº 01/2010.

7.75. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a rede credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

7.76. As oficinas credenciadas deverão providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

7.77. As oficinas credenciadas deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

7.78. As oficinas credenciadas deverão implementar o sistema de logística reversa para realizar o descarte dos componentes de troca na manutenção da frota, como as peças e óleo, por uma empresa qualificada em logística reversa comprometida com a responsabilidade compartilhada, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10)

7.79. A contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá os serviços de lavagem automotiva ecologicamente sustentável, com vistas à preservação dos recursos hídricos (à base de cera de carnaúba ou similar, com utilização de até 500ml de água por lavagem), com atendimento na UFPE, sempre que possível.

7.80. A critério da contratante poderá ser constituída uma comissão, com no mínimo 03 servidores, para, através de visitas "in loco", conhecer e avaliar as condições das oficinas e postos credenciados no que tange à sua capacidade de cumprimento das obrigações contratuais previstas no Termo de referência e anexos. Para tanto, será observado o cumprimento da destinação adequada de resíduos (logística reversa), principalmente, quanto às baterias, óleos e pneus.

7.81. A comissão acima mencionada avaliará, para efeitos de cumprimento das obrigações contratuais, o que tange a responsabilidade da contratada quanto ao devido recolhimento e o adequado descarte dos itens utilizado na prestação dos serviços, cuja a má destinação poderá causar grande impacto ao meio ambiente (óleos lubrificantes, baterias e pneus).

Prazos para atendimento

7.82. O prazo para atendimento, solução de problemas e assistência técnica no sistema fornecido deve ser inferior a 12 horas após a abertura de um chamado online de suporte pela contratante.

7.83. O prazo máximo de resposta aos pedidos de orçamento no sistema não deve exceder 10 dias úteis.

7.84. Para serviços de guincho e socorro mecânico (24 horas), o atendimento deve ocorrer no prazo máximo de duas horas após a abertura do chamado pelo sistema da contratada. Caso o problema mecânico não seja solucionado, o veículo deve ser rebocado até a oficina credenciada mais próxima ou até local de guarda do veículo no campus da contratante.

7.85. A rede credenciada deve ser abrangente o suficiente para atender plenamente à demanda de serviços de abastecimento e manutenção em todo o território nacional. Para evitar descontinuidade do serviço, em até 10 dias corridos após a emissão da ordem de serviço, a rede deve contar com pelo menos um estabelecimento credenciado de posto de combustível e um de oficina mecânica em cada uma das cidades onde a contratante possui campus (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão/PE).

7.86. A efetiva implantação do sistema de gestão de frotas deve ocorrer em um prazo máximo de 30 dias após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais e o cadastramento de oficinas credenciadas, conforme rege este termo de referência.

Comunicação e suporte

7.87. O sistema de gestão de frotas deve estar disponível online 24 horas por dia, permitindo acesso remoto via internet com todos os recursos de segurança da informação necessários. A ferramenta deverá possibilitar acesso remoto via internet (online) com todos os recursos de segurança da informação necessários.

7.88. Os estabelecimentos credenciados deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante o horário comercial praticado no mercado, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento;

7.89. A contratada deve disponibilizar um canal permanente de comunicação com os credenciados, fornecendo-lhes todos os meios necessários para solucionar dúvidas, como telefones, celulares e e-mails.

7.90. A contratada deve prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, via web e telefone, a disposição da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, garantindo suporte personalizado e eficiente em tempo real.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades necessárias para a manutenção e o abastecimento da futura contratação foram determinadas com base no levantamento de consumo realizado pela UFPE durante o período de janeiro a dezembro de 2023, por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023, conforme detalhado nas planilhas de memória de cálculo anexadas nos documentos 6 e 7 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. Após o cálculo inicial, foi aplicada uma correção de 5% no valor dos combustíveis, a fim de compensar a inflação nos preços dos mesmos. Além disso, foi aplicada uma correção de 15% no valor das manutenções, que engloba não apenas a inflação, como também a depreciação dos veículos, considerando o desgaste e o envelhecimento dos mesmos ao longo de um ano.

8.2. Entende-se que o horizonte de tempo escolhido abrange uma amostra mais recente e mais próxima da realidade atual, trazendo assim maior veracidade aos valores calculados.

8.3. Os contratos 20/2021 e 31/2023 não contemplaram o Arla 32. No entanto, diante da iminência de novos contratos de locação de veículos, que demandarão este tipo específico de combustível, tornou-se necessário contemplar essa opção. Para estimar a quantidade necessária de Arla 32, aplicou-se um percentual de 5% sobre o consumo de Diesel em 2023.

8.4. Para abastecimento da frota (óleo diesel e gasolina/etanol) foi pesquisada a quantidade de litros de cada tipo de combustível adquirida no período de janeiro/2023 a dezembro/2023 por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023.

| Abastecimento | Quantidade de Litros |
|---------------|----------------------|
| Gasolina | 34.221,603 |
| Diesel | 20.438,836 |
| Diesel S10 | 91.517,159 |
| Arla-32 | 1.007,57112 |
| Total | 112.963,566 |

8.5. Os serviços de manutenção e reparo de veículos bem como o fornecimento de peças e acessórios de reposição deverá abranger o quantitativo de 125 veículos, conforme demonstrado no anexo V.

| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD ANUAL | Estimativa para futura contratação considerando o cenário projetado neste ETP |
|------|--|---|--------|-------------------|-----------|---|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3. | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4. | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | R\$ 908.337,98 |
| | Total Estimado para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | R\$ 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD ANUAL | Estimativa para futura contratação considerando o cenário projetado neste ETP |
|------|---------|--|--------|-------------------|-----------|---|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e serviços | 25518 | Unidade (evento) | 01 | R\$ 17.445,00 |
| | | Serviços de manutenção de veículos, com | | Unidade | | |

| | | | | | | |
|---|---|------|----------|----|------------|-------------------|
| 2.2. | fornecimento de Peças e acessórios de reposição | 3565 | (evento) | 01 | R\$ | 872.250,02 |
| Total Estimado para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | R\$ | 889.695,02 |

8.6. Na memória de cálculo do valor estimado de abastecimento e manutenção foram considerados os veículos utilizados pela UFPE em 2023, conforme relatório extraído do sistema da Prime, entretanto deve ser informada em relação completa de 125 veículos da frota atual da UFPE no intuito de ser necessário alguma eventual manutenção ou abastecimento.

8.7. Ressalta-se que o quadro acima apresentado é meramente estimativo podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade foi calculada projetando um cenário futuro. Leva-se em consideração o que preceitua o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.813.171,97 (um milhão, oitocentos e treze mil, cento e setenta e um reais e noventa e sete centavos),

9.2. O parâmetro utilizado para pesquisa de preços, visando à determinação do preço estimado para contratação de serviços, foi a realização de uma pesquisa direta com 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, através de e-mail, em conformidade com o inciso IV do art. 5º da IN 65/2021, cujas propostas consideraram as condições dispostas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, não priorizando os incisos I e II devido ao fato de que o conhecimento pelos fornecedores das características do processo, apresentada no momento da cotação, pode fazer com que a proposta se aproxime mais da realidade deste processo.

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|--|--|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | 1.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento (estimada em 1,67%* dos subitens 1.2, 1.3 e 1.4) | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 15.138,97 | 15.138,97 |
| | 1.2. | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 203.881,22 | 203.881,22 |
| | 1.3. | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 697.834,44 | 697.834,44 |
| | 1.4. | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade (evento) | 01 | 6.622,32 | 6.622,32 |
| | Subtotal (subitens 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 908.337,98 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 01 (subitens 1.1 + 1.2 +1.3 +1.4) | | | | | | 923.476,95 |

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO | VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO |
|------|---------|---------------|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
|------|---------|---------------|--------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|

| | | | | | | | |
|----|---|---|-------|------------------|----|------------|-------------------|
| 02 | 2.1. | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção (estimada em 2% dos subitem 2.3) | 25518 | Unidade (evento) | 01 | 17.445,00 | 17.445,00 |
| | 2.2. | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição. | 3565 | Unidade (evento) | 01 | 872.250,02 | 872.250,02 |
| | Valor Total Máximo aceitável para o Item 02 (Subitens 2.1 + 2.2) | | | | | | 889.695,02 |

| | |
|--|---------------------|
| Valor Total Estimado da Contratação para o período de 12 meses (ITEM 01 + ITEM 02): | 1.813.171,97 |
|--|---------------------|

*O valor total máximo aceitável para o Item 1 foi obtido por meio da média aritmética das propostas. A média das taxas de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento foi estimada em 1,66666666667%, contudo para termos de padronização foi considerada a taxa de 1,67%.

9.3. Os valores de referência para os subitens de taxa de administração (subitens 1.1 e 2.1) foram obtidos através da metodologia da média aritmética simples dos valores pesquisados (propostas recebidas de fornecedoras), estando compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública, conforme comprovado em planilha no relatório de pesquisa de preços constante nos documentos 8, 9 e 10 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. Os demais subitens possuem valores estimados.

9.4. A estimativa do valor dos subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2. teve como critério o consumo de abastecimento e manutenção no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 por meio dos contratos nº 20/2021 e nº 31/2023, conforme detalhado nas planilhas de memória de cálculo anexadas nos documentos 5 e 6 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81. O valor do item 1 referente ao serviço de abastecimento foi corrigido pelo multiplicador de 5%, a fim de compensar a inflação nos preços dos mesmos. Além disso, foi aplicada uma correção de 15% no valor do item 2 referente ao serviço de manutenção com fornecimento de peças, que engloba não apenas a inflação, como também a depreciação dos veículos, considerando o desgaste e o envelhecimento dos mesmos ao longo de um ano.

9.5. Dessa forma, foram encaminhados e-mails para um total de 32 (trinta e dois) fornecedores extraídos do Comprasnet e do Painel de Preços que resultaram no recebimento de 3 (três) propostas válidas, conforme detalhado nos documentos 8, 9 e 10 do processo SIPAC nº 23076.032124/2024-81.

9.6. A licitação é dividida em 02 (dois) itens contendo os seguintes subitens:

- Item 01:

- 1.1 Taxa de administração;
- 1.2 Serviços de abastecimentos Gasolina e Etanol;
- 1.3 Serviços de abastecimentos Diesel.
- 1.4 Serviços de abastecimentos Arla 32.

- Item 02:

- 2.1 Taxa de administração;
- 2.2 Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças e acessórios de reposição.

9.7. Para os subitens 1.2, 1.3, 1.4 e 2.2 dos itens 01 e 02, a licitante deverá efetuar mera reprodução de valores estimados pela Administração.

9.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor total (anual) de cada item, referente ao estimativo de serviços de manutenção de veículos com reposição de peças e ao estimativo de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, Arla) já acrescidos ou descontados¹ da Taxa de Administração.

9.8.1. (¹) Sobre o percentual referente à taxa de administração, poderá, nos termos da Decisão nº 38/1996 e do Acórdão 552/2008, ambos do Plenário do TCU, ser apresentada proposta consignando taxa de administração negativa ou de valor zero. Na taxa de administração deverá estar incluso todo gasto/custo necessário ao fornecimento dos cartões magnéticos e demais insumos necessários à operacionalização dos serviços. A exemplo do Item 01, a proposta que consignar valor de R\$ 923.676,95 – estará ofertando uma taxa de administração no preço dos combustíveis igual a 1,67% (um virgula sessenta e sete por cento), máxima possível para este subitem; para o mesmo item, a proposta que consignar valor igual a R\$ 908.337,98 corresponderá a uma taxa de 0,0% (zero por cento); e propostas abaixo do valor de R\$ 908.337,98 corresponderá a um índice de percentual negativo de taxa de administração, ou seja, desconto sobre os valores dos combustíveis. Por exemplo, caso a contratante ofereça Taxa de Administração negativa de 1,00% (um por cento), ou seja, desconto de 1%, deverá consignar na proposta o preço global para o Item 01 de R\$ 914.242,18. Ressalvado a proposta considerada inexequível e observado o intervalo mínimo de lance, caso estabelecido, a proposta de menor valor para o item, do máximo aceitável abaixo, será considerada como a mais vantajosa.

9.8.2. A Taxa de Administração deverá ser calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$TA (\%) = 100 \times (VL/VE - 1)$$

onde:

TA – Porcentual da Taxa de Administração;

VL – Valor do lance vencedor do Item 01 (máximo de R\$ 923.476,95) e Item 02 (máximo de R\$ 889.695,02);

VE - Valor Anual Estimado para o Consumo fixado do Item 01 (R\$ 908.337,98) e Item 02 (R\$ 872.250,02).

9.9. Para efeito de apuração da Taxa de Administração será considerada até 02 (duas) casas decimais. O valor da taxa de administração incidirá sobre os valores totais dos serviços prestados, incidindo-se em cada fatura mensal, e sendo utilizada durante toda a execução do contrato.

9.10. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme previsto na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União, “é obrigatória a admissão da adjudicação por item, e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

10.2. Dessa forma, a solução em questão será parcelada tendo em vista que a divisão é tecnicamente possível e economicamente viável. Além disso, não haverá perda de escala por não se tratar de uma contratação com uma quantidade significativa de itens que pudessem ser entregues exclusivamente por um único fornecedor. Fato esse que, inclusive, evidencia um melhor aproveitamento do mercado e uma ampliação da competitividade ao dividir a solução.

10.3. Por fim, considerando o objeto de contratação e com a finalidade de evitar o parcelamento inadequado do objeto, será realizada uma única licitação. Cada parcela do objeto será adjudicada por dois itens distintos: o Item 1 referente a Serviços de Abastecimento e o Item 2 referente a Serviços de Manutenção.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Atualmente a UFPE possui quatro processos que tratam de contratações correlatas ou interdependentes à contratação pretendida neste ETP. Os referidos processos são relacionados à contratação de motoristas para conduzir a frota oficial e locação de veículos de passeio tipo Sedan, Pick-up e Hatch.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretendida contratação para prestação de serviços de gerenciamento de frota para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, via web para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está alinhada com o planejamento desta IFES, pois busca promover uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, ao mesmo tempo que viabiliza um serviço de gerenciamento da frota própria de veículo oficial mais seguro e disponível sob demanda.

12.2. A pretendida contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional da UFPE - 2013-2027 que tem como objetivos: “14. Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa de formação acadêmica para todos os estudantes e 8. Promover uma política de sustentabilidade. Dessa forma, a contratação do serviço de gerenciamento de frota contribui ao viabilizar o aumento da participação dos estudantes em eventos acadêmicos, científicos e culturais, fortalecendo assim a integração e o desenvolvimento acadêmico da comunidade estudantil, além de viabilizar a coleta seletiva bem como o recolhimento e reaproveitamento dos inservíveis e a coleta dos Resíduos Sólidos da UFPE, mantendo o compromisso efetivo com a preservação ambiental e a gestão responsável dos recursos.

12.3. Além disso, a contratação está amparada no PDI 2019-2023 que tem como objetivos: “16. Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa da formação acadêmica dos estudantes, 17. Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia, 08. Ser referência na Governança e Gestão Institucional e 09. Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social”. Desse modo, a gestão da frota possibilitará a promoção do apoio à participação em eventos acadêmicos, tecnológicos, culturais, políticos e esportivos, a manutenção da segurança institucional (considerando segurança das pessoas, dos processos de negócio, das informações, dos bens materiais e imateriais, das áreas, instalações, dependências e ambientes) bem como a promoção da sustentabilidade ambiental.

12.4. Dessa forma, a contratação do serviço de gerenciamento de frota não apenas atende às necessidades operacionais da instituição, mas também está alinhada aos princípios e objetivos mais amplos estabelecidos no PEI 2013-2027 e no PDI 2019-2023, consolidando o compromisso da instituição com o desenvolvimento acadêmico, a segurança institucional, a sustentabilidade e a promoção cultural.

12.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2024

II. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III. Id do item no PCA: 1685, 1686 e 1687

IV. Classe/Grupo: 851, 859 e 871

V. Identificador da Futura Contratação: 90395/2024

12.6. Portanto, disponibilizar o serviço de gerenciamento de frota é fundamental para viabilizar o atendimento das demandas de transportes relativas as atividades essenciais de ensino, pesquisa, extensão e inovação com eficiência, eficácia e efetividade.

13. Resultados Pretendidos

13.1. Caso seja formalizada conforme as condições estipuladas, a contratação garantirá a continuidade dos serviços de transporte, em benefício da comunidade universitária da UFPE:

I) Assegurando a segurança e eficiência nos deslocamentos essenciais para o cumprimento das atividades acadêmicas e administrativas da universidade.

II) Promovendo a economicidade por meio da possibilidade de solicitar orçamentos em diversos estabelecimentos, permitindo a negociação de descontos nos serviços de manutenção inicialmente previstos.

III) Garantindo uma execução superior dos serviços contratados, através da implementação de tecnologia da informação para o acompanhamento detalhado dos serviços prestados.

IV) Mantendo um fluxo contínuo de mobilidade para todas as atividades da UFPE, sem interrupções ou atrasos.

V) Reduzindo os custos operacionais relacionados à manutenção e abastecimento de combustível da frota, o que contribui para uma gestão financeira mais eficiente e sustentável.

Esses pontos evidenciam os benefícios substanciais que a contratação trará para a comunidade universitária e para a instituição como um todo.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. As providências a serem adotadas após a conclusão do certame serão:

14.1.1. Fornecer as informações necessárias para o cadastro da frota de veículos da Universidade Federal de Pernambuco no sistema da Contratada

14.1.2. Fornecer as informações necessárias para o cadastro de servidores e motoristas no sistema da contratada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Diante do objeto a ser contratado, é importante pontuar que os postos de combustíveis conveniados deverão estar licenciados nos órgãos competentes, incluindo os ambientais. Isso se dá em virtude de que o exercício dessa atividade pode causar impacto negativo, como contaminação de recursos naturais, a exemplo do solo e da água, estando, por isso, classificada como atividade potencialmente poluidora.

15.1. A emissão de gases poluentes pelos automóveis e o descarte ambientalmente inadequado dos pneus, óleos, pilhas e baterias poderá causar grande impacto ao meio ambiente.

15.2. Medidas mitigadoras dos impactos ambientais

15.2.1. Os veículos automotores utilizados na prestação de serviços deverão utilizar preferencialmente o combustível renovável (etanol, biodiesel, conforme o caso, inclusive mediante tecnologia "flex"), nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

15.2.1.1. Todos os veículos desta IFES ainda são movidos a combustível fóssil, entretanto, visando uma política de redução de danos para minimizar os impactos ambientais relacionados à emissão de gases poluentes, dentre os requisitos da contratação está inserido a exigência de oferta, na rede de postos credenciadas, de combustíveis com menor efeito poluidor, a exemplo do etanol (recomendado como combustível renovável no guia nacional de licitações sustentáveis da AGU) e do diesel S10 (com reduzida emissão de enxofre em relação ao S500); o biodiesel (também citado no guia da AGU) foi considerado neste estudo, concluindo-se que este é um elemento ainda não disponível, senão como aditivo do próprio óleo diesel comum e com percentual de mistura regulado pela ANP, ou seja, em tese, aproximadamente 11% do óleo diesel é composto por biodiesel, portanto atendendo aos critérios de sustentabilidade recomendados possíveis.

15.2.2. O uso do Arla 32 reduz significativamente a emissão de gases poluentes, como óxidos de nitrogênio (NOx), que são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, transformando os tóxicos óxidos de nitrogênio em materiais não-nocivos, como nitrogênio e água.

15.2.3. Entendendo-se a Administração pública como fomentadoras das boas práticas de sustentabilidade e com o dever constitucional de prezar pela defesa do meio ambiente, também é exigida a oferta de serviços de lavagem automotiva ecologicamente sustentável com vistas a preservação dos recursos hídricos (a base de cera carnaúba ou similar, com utilização de até 500ml de água por lavagem) com atendimento na UFPE, sempre que possível.

15.2.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a rede credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

15.2.5. As oficinas credenciadas deverão providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11 /2008, e legislação correlata.

15.2.6. As oficinas credenciadas deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

15.2.7. As oficinas credenciadas deverão implementar o sistema de logística reversa para realizar o descarte dos componentes de troca na manutenção da frota, como as peças e óleo, por uma empresa qualificada em logística reversa comprometida com a responsabilidade compartilhada, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).

16. Obrigações da Contratante

16.1. São obrigações do Contratante:

16.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.7.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

16.8.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.9.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

16.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

16.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. Obrigações do Contratado

17.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

17.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

17.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

17.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

17.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

17.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

17.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

17.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

17.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

17.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

18. Reajuste

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2024.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de correção monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento

19. Infrações e Sanções Administrativas

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

(1) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 19.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

19.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

19.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

19.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Equipe de apoio

RAFAEL MAGNO DOS SANTOS CAMELO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 18:35:40.

Despacho: Aprovo este Estudo Técnico Preliminar.

ROSANA MEDEIROS FERREIRA

Ordenadora de Despesas Substituta



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 18:36:21.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

Declara esta Equipe de Planejamento que a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para a Universidade Federal de Pernambuco, ao bom andamento das atividades da instituição, contribuindo com os servidores no exercício de suas atividades funcionais e de seus usuários internos e externos.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf (13.54 KB)
- Anexo II - Modelo de Declaração de Conhecimento do Objeto.pdf (9.59 KB)
- Anexo III - Modelo de Ordem de Serviços.pdf (51.62 KB)
- Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf (129.77 KB)
- Anexo V - Relacao de veiculos da UFPE..pdf (1.02 MB)
- Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf (51.68 KB)
- Anexo VII - MODELO DE IMR - GERENCIAMENTO DE FROTA_.pdf (175.3 KB)

Anexo I - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf

Modelo de Atestado de Vistoria

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017)

Atesto, para fins de habilitação na Dispensa de Licitação nº ____/20____, que o(a) Senhor (a)

representante da empresa, compareceu nesta data e vistoriou a _____ da UFPE,
local para prestação de serviços de gerenciamento de frota, e tomou conhecimento de todas as
informações, peculiaridades e condições locais para a execução contratual.

Recife, ____ de _____ de 20 ____.

...(setor responsável)...

(assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

Obs:

1. A vistoria técnica requer prévio agendamento com a Diretoria de Gestão de Bens e Serviços, pelo e-mail dqbs.progest@ufpe.br.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário a uma mesma Unidade Administrativa, podendo ocorrer na mesma data, desde que conduzida por servidores diferentes.
3. O profissional indicado pela empresa participante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-la ao servidor responsável.

Anexo II - Modelo de Declaração de Conhecimento do Objeto.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/_____
(em papel timbrado da empresa participante)

Atestamos, para fins de habilitação na dispensa de licitação de nº ____/____ da UFPE, que a empresa participante _____, CNPJ _____, representada por (inserir nome e cpf do representante legal), tem pleno conhecimento do objeto, das condições da dispensa de licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Termo de Referência e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ____ de _____ de 20__.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

Anexo III - Modelo de Ordem de Serviços.pdf

Modelo de Ordem de Serviço
(Anexo V-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017)

| IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO | |
|-------------------------|-----------------------|
| Nº OS: | Unidade requisitante: |
| Data de emissão: / / | Serviço: |
| Contrato nº: / | Processo nº: |

| IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA | | | |
|-----------------------------|-----------|-------|---------|
| Razão Social: | | CNPJ: | |
| Endereço: | | | |
| | Telefone: | Fax: | E-mail: |

| DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS | | | | | |
|--------------------------------------|---------|-------------------|------------|--------------------|------------------|
| | Serviço | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

| ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/REMUNERAÇÃO POR HORAS | | | | | |
|--|---------|--------------|---------------------|--------------------|------------------|
| Nº | Serviço | Metodologia* | Quantidade de horas | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total | | | | | |

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS | |
|-------------------------------------|--|
| | |
| | |

| DEMAIS DETALHAMENTOS |
|----------------------|
| |

| LOCAL DE REALIZAÇÃO | | | |
|---------------------|------------|----------|----------------------|
| Nº do item | Quantidade | Endereço | Data a ser Executado |
| | | | |
| | | | |

| RECURSOS FINANCEIROS | |
|---|--|
| Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada: | |
| Unidade Orçamentária: | |
| Função Programática: | |
| Projeto de Atividade: | |
| Elemento de Despesa: | |
| Fonte de Recurso: | |
| Saldo Orçamentário: | |

| IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS | |
|--|--|
| <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> | <div>Local, data</div> <div>_____</div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div> |

Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf

MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados e oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|--|--|-----|----------------------|-------------------|
| 1 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X % do Subtotal | 01 | R\$ | R\$ |
| | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol e Gasolina (comum e aditivada) | 01 | R\$ 203.881,22 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 01 | R\$ 697.834,44 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla-32 | 01 | R\$ 6.622,32 | R\$ 6.622,32 |
| | SUBTOTAL (subitem 1.2 + subitem 1.3 + subitem 1.4) | | | R\$ 908.337,98 | R\$ 908.337,98 |
| | TOTAL DO ITEM 01 (subitem 1.1 + subitem 1.2 + subitem 1.3+ subitem 1.4) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 01: R\$ _____ (por extenso)

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|---|--|-----|----------------------|-------------------|
| 2 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota X% do subitem 2.2 | 01 | R\$ | R\$ |
| | 2.2 | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de Peças e acessórios de reposição. | 01 | R\$ 872.250,02 | R\$ 872.250,02 |
| | TOTAL DO ITEM 02 (subitem 2.1 + subitem 2.2) | | | | R\$ |

Valor Total da Proposta para o Item 02: R\$ _____ (por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, **QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS:** **1)** o valor dos serviços; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** os encargos incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

(Local), de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

Anexo V - Relacao de veiculos da UFPE..pdf

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA UFPE

| | PLACA | COMPL. CATEG. MARCA/MODELO | FAB/MOD |
|----|--------------|-----------------------------------|----------------|
| 1 | HIG4841 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2009/2010 |
| 2 | HIG5350 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2010/2010 |
| 3 | HIG5856 | FIAT/DOBLO CARGO FLEX | 2010/2010 |
| 4 | HIG6345 | VW/PARATI 1.6 SURF | 2010/2010 |
| 5 | HIG6933 | FORD/CARGO 1517 E | 2010/2010 |
| 6 | HLY9849 | FIAT/D REVECAP AMB UTI | 2011/2012 |
| 7 | JFP9693 | GM/ASTRA GL | 2001/2001 |
| 8 | JJU1927 | VW/24.250E WORKER 6X2 | 2011/2012 |
| 9 | KFM8974 | VW/COMIL VERSATILE I | 2010/2010 |
| 10 | KFZ7059 | AGRALE/8500 TCA | 2010/2010 |
| 11 | KGB5251 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 12 | KGB5291 | VW/GOL 1.0 | 2005/2006 |
| 13 | KGB5331 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 14 | KGB5351 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 15 | KGB5381 | VW/GOL 1.6 POWER | 2005/2006 |
| 16 | KGF7867 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2010/2011 |
| 17 | KGF8385 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 18 | KGP8971 | VW/GOL 1.0 | 2009/2010 |
| 19 | KGP9091 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 20 | KGP9201 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 21 | KGP9331 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 22 | KGP9651 | VW/GOL 1.6 | 2010/2010 |
| 23 | KGP9801 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 24 | KGP9941 | VW/GOL 1.6 | 2009/2010 |
| 25 | KGU1505 | VW/9150 NEOBUS THUNDER EXECUTIVO | 2010/2010 |
| 26 | KGX0985 | VW/PARATI 1.6 | 2007/2008 |
| 27 | KHH7415 | FIAT/DUCATO MODIFICAR EM | 2009/2009 |
| 28 | KHJ1160 | REB/CHICO CITY TRG3 | 2009/2009 |
| 29 | KHM4676 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2007/2008 |
| 30 | KHN8907 | M.BENZ/COMIL PIA O | 2008/2009 |
| 31 | KHO9702 | VW/MASCA GRANMICRO O | 2005/2005 |
| 32 | KHP4392 | M.BENZ/COMIL CAMPIONE R | 2005/2005 |
| 33 | KHQ0941 | VW/GOL 1.0 | 2010/2010 |
| 34 | KHS9543 | HONDA/FIT LX | 2005/2005 |
| 35 | KHT1769 | REB/TRANSGRANJA | 1991/1991 |
| 36 | KHX8881 | TOYOTA/COROLLA XEI 1.8 FLEX | 2008/2009 |
| 37 | KHY1127 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2003/2003 |
| 38 | KHY2590 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 39 | KHZ9363 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2010/2010 |
| 40 | KIA5160 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 41 | KID6930 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2013/2014 |
| 42 | KIR2945 | GM/BLAZER ADVANTAGE | 2005/2005 |
| 43 | KIX7237 | M.BENZ/710 | 2000/2000 |
| 44 | KJD0451 | VW/SAVEIRO 1.6 CE | 2010/2010 |

| | | | |
|----|---------|---------------------------|-----------|
| 45 | KJE0666 | M.BENZ/OF1722M NEOBUS SP | 2010/2010 |
| 46 | KJG4051 | FIAT/PALIO FIRE FLEX | 2006/2007 |
| 47 | KJI5223 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 48 | KJK5950 | REB/CHICO CITY TRG2 | 1993/1993 |
| 49 | KJQ3617 | FIAT/DOBLO EX | 2005/2005 |
| 50 | KKA9379 | HONDA/CIVIC LX | 2005/2006 |
| 51 | KKA9511 | TOYOTA/COROLLA XEI18 FLEX | 2008/2009 |
| 52 | KKB2860 | I/FORD RANGER XL 12F | 2002/2002 |
| 53 | KKC2869 | I/FORD RANGER XLS 12P | 2005/2005 |
| 54 | KKD3391 | REB/CHICO CITY TRG1 | 2009/2009 |
| 55 | KKD5091 | VW/PARATI 1.6 | 2009/2009 |
| 56 | KKF9251 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 57 | KKF9311 | FIAT/UNO MILLE WAY ECON | 2008/2009 |
| 58 | KKF9391 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2008/2009 |
| 59 | KKF9471 | VW/PARATI 1.6 | 2008/2009 |
| 60 | KKH9281 | REB/CHICO CITY TRG2 | 2001/2001 |
| 61 | KKI8610 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 62 | KKI8680 | I/TOYOTA HILUX CD 4X4 | 2009/2010 |
| 63 | KKN1875 | VW/COMIL CAMPIONE R | 2008/2009 |
| 64 | KKN5893 | GM/MONTANA | 2003/2004 |
| 65 | KKO3250 | FORD/COURIER L 1.6 FLEX | 2009/2009 |
| 66 | KKO8797 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 67 | KKO8807 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 68 | KKO8857 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 69 | KKO8877 | HONDA/XRE 300 | 2010/2010 |
| 70 | KKQ7569 | LROVER/DEFENDER110 SW | 2002/2002 |
| 71 | KKU8011 | FIAT/FIORINO IE | 2002/2002 |
| 72 | KLC0665 | I/FORD RANGER XLT 13P | 2009/2009 |
| 73 | KLF4884 | FORD/CARGO 815 E | 2009/2009 |
| 74 | KLF8277 | I/KIA SORENTO EX 2.5 VGT | 2008/2009 |
| 75 | KLJ6644 | FIAT/UNO MILLE ECONOMY | 2009/2010 |
| 76 | KLO9367 | IVECO/DAILY 70C16 CS | 2008/2009 |
| 77 | KLV7692 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | 2004/2004 |
| 78 | KLZ2678 | FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX | 2008/2008 |
| 79 | KMA9733 | GM/S10 2.2 D 4X2 | 1999/1999 |
| 80 | KMC5818 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 81 | KMC5878 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2008/2009 |
| 82 | KMD0416 | FIAT/DOBLO ELX 1.6 | 2002/2002 |
| 83 | OYL8751 | CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ | 2014/2015 |
| 84 | OYM9603 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 85 | OYM9623 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 86 | OYM9643 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 87 | OYM9663 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 88 | OYM9673 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |
| 89 | OYP4015 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2014/2014 |
| 90 | OYS4054 | I/VW AMAROK CD 4X4 S | 2014/2014 |

| | | | |
|-----|---------|----------------------------|-----------|
| 91 | OYU8998 | IVECO/TECTOR 170E22 | 2014/2014 |
| 92 | PCC7850 | FIAT/FIORINO 1.4 FLEX | 2015/2016 |
| 93 | PDD3703 | I/M.BENZ 415 MARIMAR A | 2014/2015 |
| 94 | PDH7831 | CHEVROLET/S10 LT DD4A | 2015/2016 |
| 95 | PDW4374 | MMC/L200 TRITON GL D | 2015/2015 |
| 96 | PDX7957 | AGRALE/MASCA GRMICRO E O | 2016/2016 |
| 97 | PEE0437 | I/FORD RANGER XL 13P | 2010/2011 |
| 98 | PEP5747 | M.BENZ/OH1628L ROD LINCE | 2010/2010 |
| 99 | PEW9765 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 100 | PEW9785 | FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX | 2011/2011 |
| 101 | PEX0045 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 102 | PEX0065 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2011/2012 |
| 103 | PFF2700 | GM/CORSA SEDAN PREMIUM | 2011/2012 |
| 104 | PFK2501 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 105 | PFK2551 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 106 | PFK2611 | GM/S10 COLINA D 4X4 | 2011/2011 |
| 107 | PFK2701 | CHEVROLET/PRISMA 1.4L LT | 2011/2012 |
| 108 | PFK6681 | VW/COMIL VERSATILE I | 2011/2011 |
| 109 | PFU8991 | NISSAN/FRONTIER XE 4X4 | 2012/2013 |
| 110 | PFY7923 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 111 | PFY7953 | FIAT/DUCATO MINIBUS | 2012/2013 |
| 112 | PFY8753 | I/GM CAPTIVA SPORT 2.4 | 2012/2012 |
| 113 | PGE9265 | VOLVO/COMIL SVELTO U | 2012/2012 |
| 114 | PGG3753 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 115 | PGG3783 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 116 | PGG3793 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 117 | PGK3184 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 118 | PGK8904 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 119 | PGK8944 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 120 | PGK9034 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2013 |
| 121 | PGL1268 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 122 | PGL2298 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 123 | PGL2368 | I/VW AMAROK CD 4X4 SE | 2013/2013 |
| 124 | PGS0474 | FIAT/PALIO WK TREKK 1.6 | 2013/2014 |
| 125 | PGS7901 | FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX | 2013/2014 |

Anexo VI - Mapa de Riscos 23.2024.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

| | | |
|--|--------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
| 23/2024 | ROSANA MEDEIROS FERREIRA | 25/04/2024 11:47 |
| Objeto da Matriz de Riscos | | |
| Contratação, em caráter emergencial, de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota | | |

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---|-----------------------|--|------------------------|---------|
| R-01 | Contratação não ocorrer no período previsto | Atraso nos procedimentos internos e externos | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da execução contratual | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Elaboração dos documentos do processo licitatórios de contratação seguindo as normas vigentes. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade. | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-02 | Empresa vencedora não assinar contrato | Participante não prestar a devida atenção ao objeto que está sendo licitado | Seleção do Fornecedor | Contratada | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no início da prestação dos serviços | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Setor demandante deixar claro qual o objeto que está sendo licitado | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-03 | Cortes orçamentários | Ministério decidir por contingências ou mesmo diminuir os custos das instituições vinculadas ao MEC | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Redução do quantitativo de serviços a serem contratados e consequentemente necessidade de adaptação dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Revisão do custo de outros contratos | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Corte do orçamento de outras contratações. | | | Responsável: LILIANA VIEIRA DE BARROS | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-04 | Falha na execução contratual | Descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratada | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Fiscalização permanente quando da execução e quando do pagamento da nota fiscal. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificações à contratada para providências quanto as regularizações | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|-----------------------------|--------------|---------------------------------------|------------------------|---------|
| R-05 | Preço estimado inadequado e/ou preço elevado | Falha na pesquisa de preços | Planejamento | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Contrato superfaturado ou subestimado e licitação deserta ou fracassada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Atenção redobrada para a escolha dos itens pesquisados | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação dos valores, nova pesquisa | | | Responsável: ROSANA MEDEIROS FERREIRA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-06 | Atraso na medição dos serviços | Não envio da documentação para faturamento | Gestão de Contrato | Contratada | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso no faturamento da contratada | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Conscientizar a contratada dos prazos para envio da documentação | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Apurar responsabilidade da falta de envio dos dados | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|--|--------------------|--|------------------------|---------|
| R-07 | Serviço paralisado | Contratada deixar de prestar o serviço | Gestão de Contrato | Contratada | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Interrupção da prestação dos serviços, ocasionando prejuízos às atividades administrativas, pedagógicas e didáticas. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar contratação emergencial | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Adequação das quantidades. | | | Responsáveis: ROSANA MEDEIROS FERREIRA, FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|---------------------------------------|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-08 | Em caso de descumprimento, não haver sanções | Má gestão e fiscalização do contrato. | Gestão de Contrato | Administração | Alto | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Cumprir, mediante normativa interna, os ritos do processo administrativo disciplinar. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada. | | | Responsável: FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA | | |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ROSANA MEDEIROS FERREIRA
Membro da comissão de contratação

LILIANA VIEIRA DE BARROS

Pró-reitora de Gestão Administrativa

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

FELIPE TADEU DE HOLLANDA COSTA

Membro da comissão de contratação

Anexo VII - MODELO DE IMR - GERENCIAMENTO DE FROTA_.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. CARACTERIZAÇÃO

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.
- 1.2. O Instrumento de Medição de Resultados é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.
- 1.3. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de gerenciamento do fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
- 1.4. O relatório de qualidade será gerado por meio da nota obtida na avaliação periódica realizada pelo servidor responsável ou pela comissão.
- 1.5. O Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme IMR, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 1.6. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados. As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.
- 1.7. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no IMR, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na contratação.
- 1.8. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
- 1.9. Os aspectos considerados no IMR referem-se especificamente às ocorrências técnicas, ou seja, relacionadas à qualidade esperada dos serviços. Ocorrências diversas deverão ser enquadradas nas hipóteses de aplicação de penalidades previstas na contratação.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

- 2.1. O procedimento de avaliação técnica dos serviços será realizado periodicamente pela Fiscalização, gerando relatórios de prestação de serviços executados. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro.
- 2.2. O mecanismo de cálculo será a apuração da quantidade de ocorrências para a determinação do percentual da glosa/desconto correspondente do valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao período objeto de avaliação.
- 2.3. O responsável pela Fiscalização deverá emitir o relatório de avaliação de IMR encaminhando à Contratada e à Administração, para fins de verificação do valor de pagamento.
- 2.4. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de ocorrência de fato fortuito ou de força maior), conforme Instrução Normativa - IN SEGES/MPDG nº 005/2017.
- 2.5. Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização indicará a glosa correspondente na fatura corresponde ao serviço avaliado.
- 2.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 2.7. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.
- 2.8. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

| INDICADOR Nº 01 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | | |
|---|--|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir o abastecimento dos veículos e a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | 2 pontos por ocorrência |
| Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | 3 pontos por ocorrência |

| INDICADOR Nº 02- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | | |
|---|---|-------------------------|
| Finalidade: | Garantir a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento. | |
| Meta a cumprir: | A Contratada deve atender o objeto do contrato de maneira eficiente, inclusive em relação ao acesso a rede credenciada. | |
| Instrumento de Medição: | Registros de ocorrências devidamente formalizadas pela Fiscalização Técnica ou Gestão do Contrato. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| Início da vigência: | Será permitido um prazo de 30 dias, imediatamente após o início do contrato, para a empresa contratada realizar adequações necessárias. | |
| Periodicidade: | Diária, com aferição mensal do resultado. | |
| Forma de Acompanhamento: | Registro mensal do Fiscal Técnico e/ou do Gestor do Contrato | |
| ITEM/DESCRIÇÃO OCORRÊNCIA | | MECANISMO DE CÁLCULO |
| Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | 1 ponto por ocorrência. |
| Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | 1 ponto por ocorrência |
| Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | 2 ponto por ocorrência |
| Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | 3 pontos por ocorrência |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO | | | |
|--|--|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 01 | Execução dos Serviços de Abastecimento | | |
| 1.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de postos de combustíveis sem a devida justificativa. | | | |
| 1.2. Abastecimento não realizado devido a falha no sistema, falta de combustível ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 1.3. Falta de abastecimento devido à ausência de postos de combustíveis em um raio de 250 km ao longo das rodovias federais. | | | |
| 1.4. Fornecimento de combustíveis prejudicado pela distância superior a 10 km entre as unidades fixas dos três Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória) e a rede credenciada. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO | |
|---|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE ABASTECIMENTO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

| QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO | | | |
|--|-------------------------------------|---|------------------|
| Indicador de desempenho | | Número de ocorrências verificadas pela fiscalização | Número de pontos |
| 2 | Execução dos Serviços de Manutenção | | |
| 2.1. Atraso no atendimento da solicitação de novos credenciamentos de oficinas sem a devida justificativa. | | | |
| 2.2. Manutenções não realizadas devido a falhas no sistema ou descredenciamento não comunicado. | | | |
| 2.3. Manutenção não realizada ou prejudicada devido à ausência do quantitativo mínimo de 3 (três) oficinas credenciadas em cada município onde a contratante possui Campus (Recife, Caruaru e Vitória) | | | |
| 2.4. Indisponibilidade ou atraso do serviço do guincho ou da assistência mecânica. | | | |
| TOTAL | | | |

| Faixa de ajuste no pagamento: |
|---|
| Pontuação mensal = De 00 a 04 pontos = Pagamento de 100% do valor total da nota fiscal mensal. De 05 a 09 pontos = Desconto de 1% do valor total da nota fiscal mensal. De 10 a 14 pontos = Desconto de 2% do valor total da nota fiscal mensal. De 15 a 19 pontos = Desconto de 3 do valor total da nota fiscal mensal. De 20 a 24 pontos = Desconto de 4% do valor total da nota fiscal mensal. De 25 pontos em diante = Desconto de 5% do valor total da nota fiscal mensal. |

| VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO | |
|--|--|
| VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL/FATURA DE MANUTENÇÃO | |
| PERCENTUAL DE DESCONTO DA NOTA FISCAL | |
| VALOR TOTAL A SER PAGO | |

FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS

| | | |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|
| Contrato nº | Empresa: | Mês/ano de referência: |
|--------------------|-----------------|-------------------------------|

| CONTROLE DE OCORRÊNCIAS | |
|------------------------------------|------------|
| Data: | Indicador: |
| Ocorrência: | |
| Descrição sintética da ocorrência: | |
| Data: | Indicador: |
| Ocorrência: | |
| Descrição sintética da ocorrência: | |
| Data: | Indicador: |
| Ocorrência: | |
| Descrição sintética da ocorrência: | |
| Data: | Indicador: |
| Ocorrência: | |
| Descrição sintética da ocorrência: | |
| Data: | Indicador: |
| Ocorrência: | |
| Descrição sintética da ocorrência: | |

Anexo II - Minuta do Termo de Contrato.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E
A XXX.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominado CONTRATANTE, e a , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº .../2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados, oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado, via internet, para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

| ITEM | SUBITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----------------------------|-----|--|-------|---------|----|---|---|
| 1 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo abastecimento | 25518 | Unidade | 01 | X | X |
| 1 | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol, Gasolina (comum e aditivada) | 25372 | Unidade | 01 | X | X |
| 1 | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 25372 | Unidade | 01 | X | X |
| 1 | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla 32 | 25372 | Unidade | 01 | X | X |
| Valor Total para o item 01 | | | | | | X | |
| 2 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota compreendendo manutenção | 25518 | Unidade | 01 | X | X |
| 2 | 2.2 | Serviços de manutenção com fornecimento de peças e acessórios de reposição para veículos | 3565 | Unidade | 01 | X | X |
| Valor Total para o item 02 | | | | | | X | |
| Valor Total da Contratação | | | | | | X | |

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Podendo a contratante findar o contrato antes do prazo acima, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, em razão da conclusão do procedimento licitatório cujo processo administrativo 23076.024971/2024-85 está em andamento, de modo a garantir a continuidade da prestação dos referidos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até

o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

OU

11.2. *O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato

que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

13.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área

responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PROPOSTA DE PREÇO

OBJETO: Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO DE FROTA para abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, através de rede de postos credenciados e oficinas e centros automotivos disponibilizados em todo o território nacional, com implantação de sistema informatizado e integrado para atender às necessidades dos 03 campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|---|--|-----|----------------------|-------------------|
| 01 | 1.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota - 0,37 % do Subtotal | 01 | R\$ 3.360,85 | R\$ 3.360,85 |
| | 1.2 | Serviços de abastecimentos Etanol e Gasolina (comum e aditivada) | 01 | R\$ 203.881,22 | R\$ 203.881,22 |
| | 1.3 | Serviços de abastecimentos Óleo Diesel (comum e S10) | 01 | R\$ 697.834,44 | R\$ 697.834,44 |
| | 1.4 | Serviços de abastecimentos Arla-32 | 01 | R\$ 6.622,32 | R\$ 6.622,32 |
| | SUBTOTAL (subitem 1.2 + subitem 1.3 + subitem 1.4) | | | R\$ 908.337,98 | R\$ 908.337,98 |
| | TOTAL DO ITEM (subitem 1.1 + subitem 1.2 + subitem 1.3+ subitem 1.4) | | | 01 | R\$ 904.977,13 |

Valor Total da Proposta para o Item 01: R\$ 904.977,13 (novecentos e quatro mil novecentos e setenta e sete reais e treze centavos)

| Item | Subitem | Descrição do serviço | Qtd | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|------|---|---|-----|----------------------|-------------------|
| 02 | 2.1 | Taxa de administração de gerenciamento de frota - 1,41% do subitem 2.2 | 01 | R\$ 12.298,72 | R\$ 12.298,72 |
| | 2.2 | Serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de Peças e acessórios de reposição | 01 | R\$ 872.250,02 | R\$ 872.250,02 |
| | TOTAL DO ITEM 02 (subitem 2.1 + subitem 2.2) | | | | R\$ 859.951,29 |

Valor Total da Proposta para o Item 02: R\$ 859.951,29 (oitocentos e cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos)

VALIDADE DA PROPOSTA 60 (sessenta) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS:



Personal Net Tecnologia de Informação LTDA
CNPJ 09.687.900/0002-04
Rua Blumenau, 178 – Loja 02 – América- Joinville-SC

- 1) o valor dos serviços;
- 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições);
- 3) os encargos incidentes;
- 4) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

DADOS DA LICITANTE:

Razão Social: Personal Net Tecnologia da Informação Ltda. **CNPJ:** 09.687.900/0002-04

Endereço: Rua Blumenau, 178 – loja 02 – América – Joinville/SC, CEP 89204-250

Telefone: (48) 3251-0022 **FAX:** (48) 3251-0023 **E-mail:** licitacao@personalcard.com.br

Inscrição Municipal: 177869 **Inscrição Estadual:** Isento

Contato: Alessandra Sagaz

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: Deny Guazi Resende **CPF nº** 157.774.486-15

Cargo/função: Sócio Administrador

E-mail: licitacao@personalcard.com.br **Telefone:** (48) 3251-0022

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Bradesco **Conta Corrente:** 17036-4 **Agência:** 2657-3



Documento assinado digitalmente
MARIANA MATOS COSTA
Data: 28/05/2024 15:57:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Joinville/SC, 28 de maio de 2024.

Mariana Matos Costa
Representante Legal
CPF sob nº 114.229.079-45